

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

Thiago Ferreira dos Santos

**OBSERVAÇÕES SOBRE A MEMÓRIA NA FILOSOFIA DA
PSICOLOGIA DE WITTGENSTEIN**

Guarulhos - SP

2018

Thiago Ferreira dos Santos

**OBSERVAÇÕES SOBRE A MEMÓRIA NA FILOSOFIA DA
PSICOLOGIA DE WITTGENSTEIN**

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em filosofia da Universidade Federal de São Paulo como requisito para obtenção do título de Mestre em Filosofia. Área de Concentração: Metafísica, ciência e Linguagem, sob a orientação do Prof. Dr. Marcelo Carvalho.

Guarulhos - SP

2018

SANTOS, Thiago Ferreira dos.

Observações sobre a memória na filosofia da psicologia de Wittgenstein / Thiago Ferreira dos Santos – 2017.

Dissertação de Mestrado em filosofia – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Guarulhos, 2017.

Orientação: Prof. Dr. Marcelo Carvalho

1. Filosofia. 2. Psicologia. 3. Linguagem.

THIAGO FERREIRA DOS SANTOS

**OBSERVAÇÕES A MEMÓRIA NA FILOSOFIA DA PSICOLOGIA DE
WITTGENSTEIN**

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em filosofia da Universidade Federal de São Paulo como requisito para obtenção do título de Mestre em Filosofia. Área de Concentração: Metafísica, ciência e Linguagem.

Aprovação: ____/____/____

Prof. Dr. Marcelo Carvalho
Universidade Federal de São Paulo.

Prof. Dr. Bento Prado Neto
Universidade Federal de São Carlos.

Prof. Dr. Marcus José Alves de Souza
Universidade Federal de Alagoas.

*Em memória de Jackson Monteiro,
amado amigo.*

AGRADECIMENTOS

A conclusão dessa pesquisa é também a conclusão de uma etapa de muita luta. O caminho até aqui foi de muitas maneiras difícil, mas profundamente enriquecedor. Se dispor a investigação filosófica é por si só uma tarefa árdua, mas a vida cotidiana, em todas as suas contradições, transforma a experiência em algo mais complexo e rico.

De todos os passos dados, meus agradecimentos mais sinceros são dirigidos aos meus pais Lindalva Ferreira e João Carlos que me ofereceram o suporte, a compreensão e o carinho necessários.

À Bruna, companheira, confidente, amiga e suporte em todos os momentos. Meu amor e admiração.

Aos amigos de Alagoas e São Paulo, pela força, a compreensão e o carinho que me dedicaram.

Ao professor Dr. Marcus José pela amizade, pelo carinho, pelas tantas conversas e por toda força que me dedicou no percurso acadêmico.

Aos professores Dr. Plínio Smith e Dr. Tiago Tranjan pelas considerações e indicações, durante o exame de qualificação, que fizeram a diferença no percurso final da pesquisa.

Ao professor Dr. Bento Prado Neto pelas observações e cuidado oferecido em relação a este trabalho, tendo aceitado compor a banca de avaliação da pesquisa.

Ao Professor Dr. Marcelo Carvalho pela orientação, conselhos, indicações, e conversas durante o curso de mestrado.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UNIFESP, em especial à Jane Yamaguti e Daniela Gonçalves.

Ao apoio financeiro CAPES-REUNI.

Don't get involved in partial problems, but always take flight to where there is a free view over the whole single great problem, even if this view is still not a clear one. [Journal entry (1 November 1914)]

Ludwig Wittgenstein – Notebooks 1914-1916.

RESUMO

Esta pesquisa propõe apresentar uma leitura das observações de Ludwig Wittgenstein sobre o conceito de memória presente em obras de final de produção. A memória é fundamental por seu papel na formação do indivíduo, através do qual se retém conhecimento, retoma vivências, sendo um aspecto significativo na construção de sua identidade. É uma temática que há muito tem despertado o interesse de filósofos e cientistas na formulação de uma compreensão geral e definição. O modelo definido tradicionalmente compreende a memória como sistemas de armazenamento de traços de vivências. O conteúdo das vivências na memória seria imagético, acessado privadamente por um “olho mental”. Assim, quando uma pessoa lembra, ela está recuperando traços deixados para trás por uma experiência passada, sendo perceptível devido a sentimentos característicos que acompanham o traço na recordação. Nossa pretensão é apresentar as observações e críticas de Wittgenstein para o modelo tradicional de memória e explicitar que suas reflexões sobre o ambiente dos conceitos psicológicos se identificam com suas reflexões acerca da linguagem, isto é, sua filosofia da psicologia é um trabalho de esclarecimento conceitual dos termos da psicologia.

Palavras-Chave: Memória, Wittgenstein, Filosofia, Psicologia.

ABSTRACT

This research proposes to present a reading of Ludwig Wittgenstein's remarks on the concept of memory present in his latest works. The memory is crucial for its role in the formation of the individual, through which it retains knowledge, incorporates experiences, as a significant aspect in building his/her identity. It is a subject that has long aroused the interest of philosophers and scientists in the formulation of a general understanding and definition. The model defined traditionally understands memory as storage systems of traces of experiences. The contents of the experiences in memory would be as image, accessed privately by a "mental eye". So, when someone remembers, he/she is retrieving traces left behind by a past experience, being noticeable due to feelings that accompany the characteristic trace in memory. Our intention is to present the comments and criticisms of Wittgenstein for the traditional model of memory and clarify his thoughts on the environment of psychological concepts identify with his reflections about language, that is, his philosophy of psychology is a work of conceptual clarification of the psychological terms.

Keywords: Memory, Wittgenstein, Philosophy, Psychology.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
Organização do Texto	16
CAPÍTULO I	19
OBSERVAÇÕES SOBRE A LINGUAGEM E TRATAMENTO DOS CONCEITOS PSICOLÓGICOS	19
1.1 Aspectos da filosofia da psicologia em Wittgenstein	19
1.2 O Argumento da linguagem privada.....	28
CAPÍTULO II	40
ARMAZENAMENTO E TRAÇOS DE MEMÓRIA	40
2.1 Múltiplos sistemas de armazenamento de memória	40
2.1.1 Memória de Trabalho	46
2.1.2 Memória declarativa e não-declarativa.....	47
2.2 Wittgenstein sobre armazenamento e traços de memória nos §§903-8 das RPPI	48
2.2.1 §903 Isomorfismo mente-cérebro: pontos de crítica.....	50
2.2.2 §905 Memória e causalidade.....	58
2.2.3 §908 Exemplo dos “Jottings”	64
CAPÍTULO III	68
CONTEÚDO VIVENCIAL (EXPERIENCIAL) E IMAGENS DE MEMÓRIA	68
3.1 Wittgenstein sobre a noção de conteúdo experiencial da memória.....	68
3.1.1 Imagens de memória	71
3.1.2 Sentimentos característicos.....	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS	88

INTRODUÇÃO

Ludwig Wittgenstein (1889-1951) escreveu não apenas no campo da filosofia da linguagem, mas da matemática e da psicologia. A proposta deste trabalho é, a partir da discussão acerca da memória, pensar questões concernentes à sua filosofia da psicologia, explicitando o modo original com o qual o filósofo trata os termos da psicologia. Os escritos sobre psicologia, bem como grande parte das observações sobre a memória¹ debatidos neste estudo, são parte de investigações tardias do filósofo compiladas a partir de manuscritos do final dos anos 40 e início dos anos 50, mais precisamente entre 1946-49 e 1950-51, ano de sua morte. A compilação de parte desses manuscritos é lançada com os nomes de *Observações sobre a Filosofia da Psicologia I e II* (1980) e *Últimos Escritos sobre a Filosofia da Psicologia* (1982), embora já nas *Investigações Filosóficas* (1953) se encontre o aporte de suas descrições sobre o mental com a passagem para psicologia na obra (§243) e a relação com o trabalho em filosofia da linguagem em suas reflexões dos conceitos da psicologia. Ainda em 1949, o filósofo reuniu uma série de anotações relacionadas às suas investigações sobre psicologia, sobretudo do final de 1948, e alguns escritos mais antigos no manuscrito MS144 (TS 234), publicados como *Filosofia da Psicologia – Um fragmento* (anteriormente conhecido como parte II das *Investigações Filosóficas*).

O trabalho geral de Wittgenstein com a psicologia é, sobretudo, o de uma investigação da gramática dos termos, isto é, de como usamos o nosso vocabulário psicológico. Ele não está preocupado em tratar a psicologia enquanto ciência experimental, mas a partir de suas incursões pela filosofia toma seu aporte na investigação de conceitos psicológicos. Nas palavras de Valle:

¹ Há menções sobre a memória já no Wittgenstein intermediário. No texto das *Observações Filosóficas* o filósofo traz uma acepção de memória como parte da estrutura lógica do mundo, a memória seria entendida como (i) fonte do tempo; (ii) conceito de passado; (iii) conhecimento; (iv) reconhecimento e; (v) identidade. Contudo, não nos utilizamos dos textos das *Observações Filosóficas* neste estudo por entendermos que o recorte proposto para o desenvolvimento dessa discussão se situa no contexto dos escritos sobre psicologia que aparecem principalmente entre as *Investigações filosóficas*, *Observações sobre a Filosofia da Psicologia* e *Últimos Escritos sobre a Filosofia da Psicologia*.

Wittgenstein não tem a intenção de tomar a psicologia como ciência no sentido tradicional, mas tão somente de esclarecer e diagnosticar as confusões conceituais nela presente. Seu estudo leva adiante a tarefa a partir da análise do uso dos termos que expressam os conceitos psicológicos. Ele olha a psicologia a partir da filosofia (2007, p. 104).

Neste contexto de investigações da filosofia da psicologia de Wittgenstein, propomos um trabalho de reflexão do conceito de memória e sobre como esse conceito se insere nas reflexões do filósofo. É uma temática que há muito tem despertado o interesse de filósofos e psicólogos na formulação de uma compreensão geral e definição.

O modelo definido tradicionalmente compreende a memória como sistemas de armazenagem de traços de vivências, nos quais o conteúdo das vivências na memória seria imagético, acessado privadamente por um “olho mental”. Nesse sentido, a lembrança se daria a partir do acesso a imagens na mente que, dado por introspecção – uma definição ostensiva privada –, levaria o indivíduo por intermédio de sentimentos característicos a reconhecê-las como lembrança.

As observações sobre a memória em Wittgenstein estão situadas no âmbito de uma discussão mais ampla, que é o trabalho do filósofo com a linguagem em sua fase madura de investigação. No entanto, ainda que Wittgenstein frequentemente mencione a memória e termos aparentados – como, por exemplo, lembrança, recordação, chamar à mente etc. –, as investigações quanto a esta temática apresentada pelo filósofo não aparecem de maneira sistemática em sua obra. Por outro lado, ainda que os escritos e discussões acerca da memória não apareçam em Wittgenstein na mesma intensidade que às produções sobre discussões mais específicas da filosofia da linguagem relacionadas à questão do significado, essa é uma temática relevante de se pensar, não só pela relevância do conceito de memória na história humana, na relação com a retenção de conhecimento etc., mas também pelo trabalho de esclarecimento do conceito trazido pelo filósofo, apresentado um olhar diferente sobre os diversos contextos em que falamos de memória, nos colocando questões a serem refletidas e esclarecidas sobre o tratamento dado ao conceito.

Com o grupo de parágrafos que ficaram conhecidos como o *Argumento da Linguagem Privada* (§§243-315) nas *Investigações Filosóficas*, se apresenta uma

passagem para a psicologia que explicita esse aspecto fundamental no modo como o filósofo entende os conceitos da psicologia, que é o tratamento desses conceitos tendo como pano de fundo o trabalho do filósofo com questões relacionadas ao significado. Isto é, nas investigações conceituais da psicologia, temos uma crítica mais ampla que se direciona a uma ideia de linguagem privada e, como veremos no correr desse trabalho, essa concepção de linguagem deriva de uma imagem de linguagem referencialista (objeto - designação) apresentada já no §1 das *Investigações Filosóficas com a Imagem Agostiniana da Linguagem* que, quando usada para representar estados internos, reaparece como uma linguagem privada, ou seja, nomeiam-se objetos privados, processos privados etc.

Para pensar essa temática em Wittgenstein, é necessária, ainda, uma compreensão geral das teorias e definições tradicionais do conceito a fim de estabelecer o lugar de onde partem ou estão inseridas as observações do filósofo, uma vez que suas observações se apresentam em geral como críticas a definições cristalizadas do conceito que remontam a concepções anteriores às suas observações e se mantém apresentadas problemáticas refletidas pelo filósofo. Suas observações sobre linguagem, psicologia, processos mentais etc. têm, no estudo sobre a memória, um objeto interessante para o avanço do entendimento acerca de seu trabalho com a filosofia da psicologia, bem como o esclarecimento do conceito. Grosso modo, o trabalho de Wittgenstein com a memória é, sobretudo, no sentido de chamar a atenção para os diversos contextos em que a memória não se ajusta às definições mais aceitas do conceito, a ideia de um processo de armazenamento de traços na mente ou cérebro, bem como os desdobramentos dessa questão.

No livro I das *Observações sobre a Filosofia da Psicologia*, Wittgenstein escreveu:

Poderia quase causar surpresa a alguém o fato de que a pergunta “o que você fez hoje de manhã” pode ser respondida – sem que eu saia em busca de rastros históricos em minha atividade ou algo do tipo. E o que acontece é que eu respondo, e eu nunca saberia que isso só é possível graças a um processo mental particular, o da lembrança, se não tivessem me dito que é assim (RPPI §106).

A suspeita levantada pelo filósofo de que o alcance da memória é dado a partir de um processo mental particular parece ser o núcleo de suas observações e exemplos em seu percurso de esclarecimento do conceito. Assim, o que

entendemos ser o movimento de argumentação – e que pretendemos expor nos capítulos deste estudo – é um esforço por parte do filósofo em explicitar em que medida as definições que tem como escopo a noção de memória como processos mentais não se sustentam em relação às diversas circunstâncias em que falamos sobre memória. Para Wittgenstein, quando se fazem declarações de memória, não necessariamente há uma busca por algo interior: nem há um esforço introspectivo em busca de um conteúdo, nem há sentimentos que estão essencialmente conectados à lembrança. Nos termos do filósofo, “Se me perguntam o que eu fiz nas últimas duas horas, respondo sem rodeios e sem ir lendo a resposta em nenhuma experiência. E, no entanto, o que se diz é que eu me lembrei, e que isso é um processo mental” (RPPI §105). É justamente essa tentação de se definir a memória como um processo mental e as consequências que se desdobram dessas definições que encontram nas observações do filósofo um alerta e um trabalho de explicitação dos limites dessas noções.

Assim sendo, o trabalho é um esforço de tornar explícito, o que parece ser um desajuste entre a forma que agimos cotidianamente quanto à memória e as definições gerais do conceito que limitam a lembrança a processos internos específicos. Suas observações, nesse sentido, podem ser entendidas como críticas, sobretudo, em relação a noções de armazenagem, à ideia de conteúdos vivenciais (experienciais), imagens de memória e sentimentos característicos que acompanham a recordação. Ao passo que a pergunta fundamental da qual parece partir o filósofo é: qual é a necessidade desses processos para a recordação?

Contudo, Wittgenstein não sugere a negação de processos mentais na recordação. A questão não é quanto à existência ou não desses processos, o que se está rejeitando é que processos mentais dariam a ideia correta do que fazemos quando falamos sobre memória. De acordo com Danièle Moyal-Sharrock, o trabalho de Wittgenstein de elucidação do conceito de memória leva a uma noção de memória que ultrapassa a noção de processos específicos no cérebro ou mente, mas se revela como uma habilidade que se manifesta na ação:

Wittgenstein's major contribution to the elucidation of the concept of memory is his discrediting the picture of memory as information *storage* and boldly replacing it with the idea that memory is nothing but an *ability* and that, in some contexts, remembering amounts to a *way of acting*; that is, to an act or

expression which does not result from introspection or retrospection (e.g. BrB 85). The input of context is essential here. What gives a gesture or an utterance their mnemonic status is not any property they may have, or any mental representations they are based on, but their *context*: it is context that makes an act (say, a smile or a nod) a memory act, rather than, say, an act of politeness (2009, p.9).²

Wittgenstein chama a atenção através de uma série de exemplos e discussões acerca da temática da memória e suas definições, para o que ocorre em casos particulares e em que, medida, a memória se manifesta como uma *maneira de agir* que expressa seu sentido no contexto em que está inserida. Nesse sentido, O'Loughlin aponta que, em última instância, ações de recordar podem tomar diversas formas e muitas coisas podem significar casos particulares de recordação, ao passo que propriedades atribuídas à memória em definições tradicionais (sobretudo a noção de imagens de memória e sentimentos característicos como conteúdos da experiência), que aparecem como características necessárias da lembrança, não são tão facilmente encontradas em algumas dessas formas, isto é:

In our characterizations of many phenomena, especially mental phenomena, Wittgenstein cautions against neglecting particular cases in favor of presuppositions of unity and analysis. This is especially tempting when our language happens to treat certain psychological terms as though they each refer to an entity or process (2014, p.133).³

A negligência é direcionada aos vários contextos de uso de conceitos psicológicos, que merece ser refletido e esclarecido, em favor de pressuposições. As confusões presentes na linguagem aparecem como fonte dessa negligencia, como aparece na citação acima. As observações de Wittgenstein vão de encontro, justamente, às definições tradicionais no sentido de trazer esses conceitos de volta a nosso uso.

² (Trad. Própria) A principal contribuição de Wittgenstein para a elucidação do conceito de memória é desacreditar da noção de memória como armazenamento de informações e substituí-la corajosamente pela ideia de que a memória não é senão uma habilidade e que, em alguns contextos, lembrar equivale a uma jeito de agir; Isto é, a um ato ou expressão que não resulta da introspecção ou retrospecção (e.g. BrB 85). A entrada do contexto é essencial aqui. O que dá a um gesto ou a um enunciado seu status mnemônico não é qualquer propriedade que eles possam ter, ou quaisquer representações mentais em que se baseiam, mas seu contexto: é o contexto que faz um ato (digamos, um sorriso ou um aceno) um ato de memória, ao invés de, digamos, um ato de polidez.

³ (Trad. Própria) Em nossas caracterizações de muitos fenômenos, especialmente fenômenos mentais, Wittgenstein adverte contra negligenciarmos casos particulares em favor de pressupostos de unidade e análise. Isso é especialmente tentador quando nossa linguagem é tratada como se cada um deles se referisse a uma entidade ou processo.

Organização do Texto

Para compor as discussões acerca da memória a partir dos textos que tratam da filosofia da psicologia de Wittgenstein, além do debate com formulações tradicionais do conceito, procuraremos apresentar os resultados e observações propostas à efetivação do trabalho em três capítulos, nos quais procuraremos tornar claro, por um lado, o modo original de trabalho de Wittgenstein com conceitos psicológicos – como o caso da memória –, a partir de seus textos tardios e sua relação com suas reflexões sobre a linguagem, por outro, como as observações do filósofo podem ser pertinentes, sobretudo se pensadas como um trabalho de esclarecimento conceitual, e como pode ter influenciado novos vieses de pesquisa da memória, influenciados por suas observações. A proposta do projeto é apresentar essas questões e refleti-las no âmbito da filosofia da psicologia de Wittgenstein, discutindo as relações entre o esforço do filósofo quanto ao processo de elucidação conceitual e as ciências da memória quanto às definições do termo.

No **Capítulo I: Observações sobre a linguagem e tratamento dos conceitos psicológicos**, pretendemos situar o contexto de reflexões de onde partem as observações de Wittgenstein sobre a memória trabalhadas nessa pesquisa. Seu trabalho com a filosofia da psicologia está intimamente ligado com seu trabalho com a filosofia da linguagem, sobretudo a partir das *Investigações Filosóficas*, texto que já apresenta uma virada à psicologia mais diretamente ligada a uma crítica da linguagem. Neste contexto, retomaremos o argumento da linguagem privada e críticas às noções de “posse privada” e “privacidade epistêmica” da experiência. Além disso, retomaremos a proposta de tratamento de conceitos psicológicos das *Observações sobre a Filosofia da Psicologia I e II*, na tentativa de explicitar o pano de fundo das críticas de Wittgenstein às noções tradicionais da memória, bem como sua inclinação a um modo de tratamento para o ambiente dos conceitos psicológicos que se identifica com suas reflexões acerca da linguagem. As críticas do filósofo estão interligadas e explicitam uma tentativa de correção do uso do conceito. As questões principais discutidas nesse capítulo são:

- (i) As objeções de uma linguagem privada com o Argumento da linguagem privada (PI §§243-315);

- (ii) Assimetria pronominal, o problema da primazia do próprio caso (PI §246; §253).

No **Capítulo II: Armazenamento e traços de memória**, trataremos, por um lado, de apresentar um panorama das noções de múltiplos sistemas de armazenamento de memória que reivindicam o armazenamento de traços de vivências que representam a experiência original no cérebro; por outro, de trazer os parágrafos 903-8 dos *Remarks on the philosophy of psychology I* de Wittgenstein para apresentar suas observações acerca de sua compreensão da noção de armazenamento e explicitar suas críticas a noções de isomorfismo mente-cérebro. Esses parágrafos são interessantes por conter críticas que dialogam de forma mais direta com definições científicas da memória, o que torna pertinente a retomada dessas noções tradicionais e largamente aceitas do conceito, para que se situe o contexto de debate com as observações de Wittgenstein sobre memória. As observações trabalhadas nesse capítulo aparecem principalmente como:

- (i) Rejeição de noções de memória nas quais se apresenta a necessidade de um isomorfismo mente-cérebro derivadas da ideia de sistemas de armazenamento, em que o cérebro seria o centro desse sistema (RPPI §§903-4);
- (ii) Crítica da noção tradicional de causalidade, que seriam desdobramento da rejeição da noção de isomorfismo do conceito de memória (RPPI§ 905);
- (iii) Rejeição da noção de paralelismo psicofísico como explicação para a relação entre memória e cérebro (RPPI §906).

No **Capítulo III: Conteúdo vivencial (experiencial) e imagens de memória**, procuraremos aplicar as discussões abordadas nos pontos do capítulo II às noções de conteúdo vivencial (experiencial), imagens de memória e sentimentos característicos. Nas definições de memória como depósito de armazenamento de traços, se tem uma estrutura (física) que é lida como representações (mental) da experiência original, em outras palavras, há na memória um conteúdo experiencial de imagens mentais que podem ser interpretadas como sendo representações de uma experiência passada por serem acompanhadas por sentimentos característicos que possibilitam o reconhecimento. Em seguida, apresentaremos às observações de

Wittgenstein quanto à noção de conteúdo experiencial, no intuito de dar continuidade à explicitação das dificuldades e restrições presentes nos modelos representacionistas de memória. Os principais pontos tematizados nesse capítulo são:

- (i) Wittgenstein rejeita noções representacionistas da memória em que traços e representações sejam conteúdos necessários e suficientes da recordação. Para Wittgenstein, imagens são conteúdos contingentes na lembrança e não são suficientes para a lembrança (RRPI §1041; PI §§602-5);
- (ii) Wittgenstein questiona as noções de conteúdos experienciais da memória, derivado de noções representacionistas (RPPI §§ 105-29; §896);
- (iii) Wittgenstein explicita como pode ser confuso recorrer a sentimentos característicos como necessários ao reconhecimento de uma imagem como de memória. Para perceber tal sentimento, seria indispensável recordá-lo, isso implica na necessidade de uma compreensão prévia do conceito de passado, mas este é apreendido pela recordação, o que torna o argumento circular (RPPI §§120-27; PI §§595-610).

CAPÍTULO I

OBSERVAÇÕES SOBRE A LINGUAGEM E TRATAMENTO DOS CONCEITOS PSICOLÓGICOS

Os conceitos da psicologia são simplesmente conceitos do dia a dia. Não conceitos reformados pela ciência para seus próprios propósitos, como os da física e da química. Os conceitos psicológicos estão para os das ciências estritas mais ou menos como os conceitos da medicina científica estão para os das velhas mulheres que se dedicam a cuidar dos doentes (RPPII §62).

1.1 Aspectos da filosofia da psicologia em Wittgenstein

Os últimos cursos ministrados por Wittgenstein como professor da Universidade de Cambridge entre os anos de 1946 e 1947 foram na área de filosofia da psicologia, além disso, entre abril de 1946 e março de 1949 o filósofo dedicou seu trabalho à investigação de questões dessa natureza, levando-o a produzir um largo material a cerca dessa temática⁴. Foram escritas 1900 páginas de anotações que compõem os MSS 130-38. Posteriormente seleções desse manuscrito foram feitas, não sendo necessariamente reordenado por temas específicos internos a discussão sobre a psicologia senão em ordem cronológica dos manuscritos originais. Em dois momentos, Wittgenstein ditou os manuscritos a um datilógrafo, assim, no ano de 1947, uma seleção desse material foi datilografada no TS 229 que viria a ser as *Observações Sobre a Filosofia da Psicologia I*. No ano seguinte, em 1948, foi datilografado no TS 232 que viria a ser as *Observações sobre a Filosofia da Psicologia II*.⁵

Ainda da série de anotações que formam os MSS 130-38, a segunda parte do MS137 e o MS138 por inteiro, escritos entre 1948-49, foram publicados pelos editores como os *Últimos Escritos sobre a Filosofia da Psicologia*. Em 1949,

⁴ Cf. P.M.S. Hacker. The Development of Wittgenstein's Philosophy of Psychology. In John Cottingham & Peter Hacker (eds.), *Mind, Method, and Morality: Essays in Honour of Anthony Kenny*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

⁵ Cf. L. Wittgenstein. *Remarks on the Philosophy of Psychology* 2 vols. Oxford Basil Blackwell, 1980.

compilou uma seleção de anotações manuscritas no MS144 (cujo datiloscrito está perdido) que deu origem a *Segunda Parte das Investigações Filosóficas*, depois da 4ª edição da obra ficou conhecida como *Filosofia da Psicologia – Um Fragmento*.

Pelo caráter cronológico, de forma e conteúdo das observações apresentadas por Wittgenstein, de acordo com Anscombe⁶, o teor dos manuscritos 130-38 pode ser caracterizado como estudos preliminares para esta *Filosofia da Psicologia – Um Fragmento*.

Entendemos que entre as décadas de 30 e 40, Wittgenstein desenvolveu um trabalho vasto e importante que o levou a suas concepções maduras apresentadas nas *Investigações Filosóficas* e, já em seus 693 parágrafos apresentados pelos editores como a parte I de suas investigações, encontramos uma série de exemplos que nos apresentam questões relacionadas à significação de conceitos psicológicos, mas que serão tratados de forma mais específica nos escritos posteriores a 1946.

Nas palavras de Hacker:

These controversial, indeed revolutionary, conceptual commitments are prominent in the Investigations. They are all grammatical clarifications supported by reasoned argument,. Their denial leads to incoherence. And they provide a very substantial grammatical framework for more detailed investigations of the large network of psychological concepts that inform the lives of language-using creatures like us. It was to such investigations that Wittgenstein turned in 1946. (HACKER, 2010, p.10)⁷.

De fato, os escritos finais sobre filosofia da psicologia, ainda que compartilhem de um solo comum ao das *Investigações Filosóficas*, têm uma forma particular de tratar as questões. Autores como Hacker entendem que, ainda que importantes de serem trazidas nas incursões de Wittgenstein sobre a filosofia da psicologia, as questões estreitamente conectadas ao problema da linguagem e significado já estão bem trabalhadas nas *Investigações Filosóficas*, de modo que nos últimos escritos se situam como um pano de fundo mais amplo das discussões

⁶ Cf. Prefácio da RPPI e II.

⁷ [Trad. Própria] Esses compromissos conceituais controversos, de fato revolucionários, são proeminentes nas Investigações. Todos eles são esclarecimentos gramaticais apoiados por argumentos fundamentados. Sua negação leva à incoerência. E fornecem um quadro gramatical muito importante para investigações mais detalhadas da grande rede de conceitos psicológicos que informam a vida de criaturas que usam linguagem como nós. Foi com tais investigações que Wittgenstein virou em 1946.

que sugerem um tratamento mais específico. Em outras palavras, o uso significativo da linguagem é pressuposto fundamental no trabalho com a filosofia da psicologia de seus últimos escritos, que são resultado de uma inclinação que parte de suas investigações do significado e o levam na década de 40 cada mais fundo em questões concernentes à psicologia.

Como sabemos, o trabalho com a linguagem, desde aquele apresentado no *Tractatus logico-philosophicus*, como sua concepção madura apresentada nas *Investigações Filosóficas*, sofreram um trabalho de leitura e interpretação bastante vasto. Nos anos que seguiram a morte de Wittgenstein e a publicação das *Investigações Filosóficas em 1953*, houve uma série de estudos da obra do filósofo tomando como objeto de investigação a questão do significado que, pode se dizer, ainda atualmente é a temática de maior visibilidade na obra do filósofo. Em contrapartida, quando se trata de sua filosofia da psicologia, os estudos mais relevantes aparecem mais recentemente.

Como Valle Afirma:

No que se refere particularmente à Psicologia, aqui nosso objeto de estudo, só muito recentemente começaram a surgir trabalhos dedicados a explorar o alcance das considerações do filósofo de Viena: aportes sobre a atividade do sujeito psicológico que se estende para além dos limites do cartesianismo, daqueles do behaviorismo e da psicanálise, bem como dos pretensiosos fundamentos de uma Psicologia de tonalidade científica. (VALLE, 2009, p. 385)

Somente nos anos oitenta, em média três décadas depois das anotações originais do filósofo é que essas obras vêm à tona e são publicadas. Primeiro em 1980 as versões das *Observações sobre a Filosofia da Psicologia* e, posteriormente, em 1982, os *Últimos escritos sobre a Filosofia da Psicologia*, trazendo consigo uma gama de investigações em que Wittgenstein inova intensamente o tratamento das questões relacionadas à psicologia oferecendo novas perspectivas na compreensão de conceitos da psicologia, a exemplo da memória, objeto de estudo dessa pesquisa.

Quando se observa o tratamento de Wittgenstein dos conceitos psicológicos, é preciso ter em mente que a psicologia se desenvolve como ciência de caráter empírico e experimental no final do século XIX e início do século XX. É certo que no período anterior ao final do século XIX não se pode falar em pesquisas sistemáticas

para se tratar fatos psicológicos. Com o advento dos ideais positivistas e as propostas científicas, se estabeleceu a exigência de mensuração, quantificação e método aplicado às ciências naturais na produção de conhecimento e, para abranger uma totalidade na investigação, reivindicou-se também a psicologia os processos interiores, como problema das ciências que estavam se desenvolvendo nesse período, tomando para si seus pressupostos.

Com o avanço tecnológico e a pesquisa experimental, novas respostas e novas perguntas para o tema foram sendo cada vez mais frequentes e assim novos conhecimentos foram se formando, sobretudo de cunho físico-biológico, tendo como principal vertente de pesquisa a psicofísica, que pretendia, grosso modo, traçar um paralelo entre mente e cérebro, isto é, se propunha a estabelecer o estudo do interior com as mesmas ferramentas de investigação das ciências naturais para o mundo exterior, tratando assim essas duas instâncias de forma similar e, conseqüentemente, constituindo certo estudo empírico do interior, o que se pode chamar um determinismo psicofísico em que, aparentemente, seria possível prever, mensurar e quantificar os estados internos, atribuindo à psicologia o *status* de ciência. Porém, o trabalho de Wittgenstein com a psicologia não se insere nessa perspectiva, não está no âmbito da experimentação. Como aponta Valle:

Wittgenstein não tem a intenção de tomar a Psicologia como Ciência no sentido tradicional, mas tão-somente de diagnosticar e esclarecer as confusões conceituais nela presente. Seu trabalho consiste, portanto, numa atividade de análise do uso de certos termos empregados na expressão dos conceitos psicológicos. O filósofo olha a Psicologia como um campo também constituído pelo uso da linguagem: seu propósito não é tanto desenvolver um saber empírico, mas realizar uma reflexão filosófica sobre elementos básicos do pretense *corpus* científico da Psicologia. Ele olha como filósofo para a experiência psicológica ordinária (o cotidiano) e compara a experiência ordinária com algumas afirmações procedentes da Ciência Psicológica (com sua estrutura formal). A linguagem ordinária assume papel decisivo no desnudamento dos chamados estados psicológicos. Assim, seus trabalhos estão direcionados para o esclarecimento conceitual dos termos utilizados na Psicologia, com a tarefa de marcar os contornos da investigação psicológica, bem como de seu objeto e de seus métodos. (VALLE, 2009, pp. 386-7).

O trabalho de Wittgenstein, portanto, não se situa em uma perspectiva empírica, experimental, mas explicita uma investigação de cunho conceitual, de esclarecimento dos conceitos da psicologia. Tendo em vista que “os conceitos da psicologia são simplesmente conceitos do dia a dia. Não conceitos reformados pela

ciência para seus próprios propósitos, como os da física e da química.” (WITTGENSTEIN, 2008, p. 273; §§62). Mas se situam como parte de nossas práticas.

Não obstante, ainda que no período anterior ao final do século XIX não se pudesse falar em pesquisas sistemáticas para se tratar fatos psicológicos, como aponta Hacking, “para cada predecessor existe um predecessor” (HACKING, 2000, p. 222), em outras palavras, pode-se afirmar que a psicologia surge estabelecendo diálogo com o que já vinha sendo produzido durante a história acerca de conceitos como mente, comportamento etc., pela filosofia. A psicologia que reivindicava naquele contexto o caráter de pesquisa científica se interdiscipliniza com a pesquisa filosófica para tratar de assuntos como a mente e o conteúdo mental. Nesse sentido:

Para analisar a Psicologia, Wittgenstein parte da Filosofia. Centraliza-se na questão *do Significado* extraído do uso diário da linguagem, problema no qual estão inscritos boa parte de seus comentários sobre a linguagem psicológica. Por isso a tarefa realizada na análise dos usos linguísticos correspondentes aos conceitos psicológicos deve ser entendida desde este ponto de vista. Sua descrição dos usos da linguagem é a pauta oferecida para que se perceba o significado dos termos e enunciados da Psicologia. (VALLE, 2009, p. 387).

A partir de suas incursões na filosofia, Wittgenstein trabalhou intensamente, apresentando suas concepções sobre a metafísica e o processo de dissociação da mesma, clareando as confusões presentes em concepções que combinam questões empíricas com questões conceituais e tendo como problema geral a questão da linguagem, que aparece como fonte dessas confusões. Nesse aspecto, o estudo dos conceitos psicológicos em Wittgenstein não é pautado na análise do fenômeno empírico, fisiológico, mas no âmbito da investigação conceitual. Nos termos de Wittgenstein:

Investigações filosóficas: investigações conceituais. O que é essencial à metafísica: que para ela não seja clara a distinção entre investigações factuais e conceituais. A questão metafísica sempre tem toda a aparência de uma questão factual, embora o problema seja conceitual. (WITTGENSTEIN, 2010, p.202; §949).

Wittgenstein dá ênfase a esse problema, pois entende que vivências em primeira pessoa não são explicadas factualmente e, como proposto por Hacker, Wittgenstein prestou mais atenção do que qualquer outro filósofo a questão da

assimetria entre primeira e terceira pessoa do presente em proposições da psicologia. De modo que, no movimento de passagem para a psicologia nas *Investigações Filosóficas*, essa é em última instância a temática mais fortemente trabalhada pelo filósofo no trabalho de clareamento e compreensão do uso de nosso vocabulário psicológico e que nos apresenta o modo como Wittgenstein entende a psicologia já nas *Investigações*. Para isso, há um desmonte da concepção metafísica da linguagem e relação interno/externo⁸ que sustentam a assimetria (linguagem privada).

Durante séculos, as concepções de interior se sustentaram em teorias *dualistas* e *monistas*. As primeiras afirmam que o mundo é formado por substâncias materiais e imateriais que são independentes e irreduzíveis entre si (e.g. dualismo da substância), neste contexto, substâncias físicas e mentais são inconciliáveis. As segundas afirmam que existe apenas uma substância – material – responsável tanto pelo físico quanto pelo mental, isto é, o campo mental só é possível devido ao físico e as experiências mentais se reduzem às físicas. Todavia, tanto para concepções dualistas, como para concepções monistas, o interior foi visto como um âmbito privado. O plano do mental é visto por grande parcela da tradição filosófica como algo privado, isto é, as experiências mentais ocorrem e são conhecidas apenas pelo sujeito da experiência. Em outras palavras, o sujeito teria posse e conhecimento privado de seu próprio caso.

⁸ Este contraste aparece primeiro na obra de Wittgenstein em meados dos anos 30, ganha destaque depois de 1945, constituindo o tema central de seus últimos manuscritos sobre a psicologia filosófica (RPPII §§170, 335, 643-4, 703-4; LW I e II passim). Caracteriza-se, com ele, o dualismo entre o mental e o físico. Parece-nos natural estabelecer uma diferença entre o mundo físico – que é público e contém matéria, energia e objetos tangíveis, incluindo-se aí corpos humanos – e a mente humana, um mundo privado, oculto por detrás de nosso comportamento. Acreditamos, além disso, que cada indivíduo tem acesso privilegiado à sua própria mente, ao passo que nosso acesso a outras mentes é indireto, porque baseado em observações do comportamento alheio e, na melhor das hipóteses, incerto. Wittgenstein considera esta “imagem” que se encontra imersa em nossa linguagem, uma concepção enraizada no fato de que atribuímos predicados mentais aos outros, mas não a nós mesmo, com base em CRITÉRIOS comportamentais, em algo “externo”. [...] Em seu ataque a dicotomia interno/externo, Wittgenstein é amiúde acusado de reduzir o interno ao externo, ignorando, assim, os aspectos mais importantes da existência humana. Ironicamente, Wittgenstein por sua vez, ataca a concepção dicotômica interno/externo por esta assimilar, de forma equivocada, o mental ao físico. Nessa concepção, explica-se a relação entre fenômenos mentais e termos mentais “segundo o modelo de” “designação e objeto” material, transformando, assim, a mente em um *domínio* de entidades, estados, processos e eventos mentais, que são exatamente como suas contrapartes físicas, só que ocultos e mais etéreos (PI §§ 293, 308, 339; BB 47, 64, 70). Cf. GLOCK, Hans-Johann. *Dicionário Wittgenstein / Hans-Johann Glock*. Trad. Helena Martins, 1998, pp. 217-18.

A concepção moderna de interior tem suas raízes em Descartes. A tese dualista cartesiana influenciou muito no modo como se compreende o interior, dando força ao debate entre os defensores do dualismo e monismo da substância. Em sua reivindicação, o filósofo das *Meditações Metafísicas* dividiu o homem em duas substâncias distintas quando afirmou que a razão é uma substância que subsiste para além do corpo sensível. A essas substâncias distintas, são atribuídas propriedades específicas, isto é, enquanto o corpo seria material e possuiria como propriedade a extensão (*res extensa*), a mente seria imaterial e possuiria como propriedade o pensamento (*res cogitans*). Essas seriam substâncias separadas entre si, não podendo uma reduzir-se a outra (DONAT, 2009, p. 439).

Descartes afirmou que o conhecimento que se tem pela introspecção seria infalível (i.e. *cogito ergo sum*). Pela consciência, seria possível acesso imediato do nosso próprio interior. Como substância pensante seríamos amparados pela certeza do *cogito*.

Glock compara essa noção de interior que remonta Descartes com a ideia de um teatro mental, em que as experiências internas ocorrem em um palco do qual só o sujeito da experiência é expectador, somente ele tem acesso ao conhecimento interno. Porém, Glock acrescenta algo importante para a crítica de Wittgenstein a esta concepção de interior, pode-se dizer, nesta noção de teatro mental, está implícito o *modelo agostiniano de linguagem*⁹, pois se aplica o modelo objeto-designação, tornando o tratamento dado ao mental semelhante ao dado ao material (GLOCK, 1998, p. 218). Em outras palavras, Glock está explicitando o pilar da crítica wittgensteiniana, que é a influência da linguagem agostiniana (objeto – designação) na concepção de interior e, conseqüentemente, no modo como são tratados os conceitos da psicologia.

O trabalho reflexivo de Wittgenstein sobre o conceito de Filosofia e sobre as questões da linguagem, sobretudo a partir das *Investigações Filosóficas*, é parte fundamental das concepções do filósofo sobre a psicologia. Wittgenstein entende que a filosofia não cria teses filosóficas, mas seu papel se limita à clarificação ou dissolução de confusões conceituais. Trata a filosofia como instrumento de formação, de condução, de clareamento do nosso entendimento,, “a filosofia é uma

⁹ Cf. *Investigações Filosóficas*, §1.

luta contra o enfeitiçamento de nosso entendimento pelos meios de nossa linguagem” (WITTGENSTEIN, 1996, p. 65). Nesse sentido, o trabalho de Wittgenstein no ambiente dos conceitos psicológicos é também o de uma investigação da gramática dos termos.

A caracterização de um conceito psicológico, seja pela filosofia, seja pela psicologia – e mesmo no nosso uso cotidiano –, acompanha em sua definição uma imagem de linguagem, e o uso desta imagem de linguagem carrega uma série de consequências que imprime naquele modelo suas características. A *imagem agostiniana da linguagem* que é fundamentalmente referencialista, isto é, supõe-se que, de modo geral, as palavras nomeiam objetos ou descrevem objetos, o significado de uma palavra seria dado pela sua referência. E, supondo que esta imagem se aplica a todos os conceitos para o estabelecimento de significado, quando esta imagem é utilizada para representar conceitos psicológicos, ela reaparece como descrição de um ambiente interno. Isto é, temos a descrição de conceitos que se referem ao ambiente externo, um ambiente observável, público, e a descrição de conceitos que se referem ao ambiente interno, um ambiente privado, acessível apenas ao sujeito da experiência, com o uso de uma linguagem que referiria a objetos privados, processos privados etc. (SANTOS, 2017, p. 13), a ideia do interior como teatro mental.

Assim sendo, o plano interior seria uma instância acessível apenas para o sujeito da experiência, seria experienciado, conhecido diretamente, apenas por ele próprio e, sendo explicado a outro sujeito apenas indiretamente, este outro não teria acesso ao conhecimento direto, real, mas apenas ao comportamento, pois não teria acesso a outro interior se não o seu próprio. Tem-se então uma privacidade epistêmica da experiência, e.g., “somente eu conheço minhas dores”. O problema é que isto gera o que chamamos de assimetria pronominal entre 1ª e 3ª pessoa em que a 1ª pessoa tem primazia do conhecimento interno próprio, em detrimento da 3ª pessoa que só teria acesso indireto, por meio de observação exterior.

A resposta de Wittgenstein à questão da “posse e privacidade epistêmica” da interioridade (assimetria pronominal) é que este não é um problema ontológico ou epistemológico, mas que se esclarece como um problema da linguagem (SANTOS,

2017, p. 14). E é a partir de uma crítica da linguagem que Wittgenstein dá o tom de seu tratamento do ambiente dos conceitos psicológicos.

Wittgenstein enfatiza no §244 das *Investigações Filosóficas* que a exteriorização desse plano interior é linguística, estando relacionada a um sistema linguístico primitivo que intersubjetivamente é substituído por sistemas linguísticos mais complexos possibilitados pelas formas de vida no qual estão inseridos os sujeitos da experiência. Assim, o filósofo afirma:

How do words *refer* to sensations? – There doesn't seem to be any problem here; don't we talk about sensations every day, and name them? But how is the connection between the name and the thing named set up? This question is the same as: How does a human being learn the meaning of names of sensations? For example, of the word "pain". Here is one possibility: words are connected with the primitive, natural, expressions of sensation and used in their place. A child has hurt himself and he cries; then adults talk to him and teach him exclamations and, later, sentences. They teach the child new pain-behaviour.

"So you are saying that the word 'pain' really means crying?" – On the contrary: the verbal expression of pain replaces crying, it does not describe it. (WITTGENSTEIN, 2009, p. 95e; §244)¹⁰.

Não obstante, a relação entre interior e exterior se dá justamente pela exteriorização¹¹ que imprime nessa relação como marca a expressão linguística, e

¹⁰ (Trad. Carlos Bruni) Como as palavras se referem às sensações? – Parece não haver nenhum problema aqui; não falamos sobre as sensações todos os dias e lhes damos nomes? Mas como a conexão entre nome e coisa nomeada se dá? Essa questão é a mesma que essa: como os seres humanos aprendem os significados dos nomes das sensações? – da palavra "dor", por exemplo. Eis uma possibilidade: as palavras estão conectadas com as expressões naturais, primitivas da sensação e usadas no seu lugar. Uma criança se machucou e chora, então um adulto fala com ela e a ensina exclamações e, depois, frases. Ele a ensina um novo comportamento de dor. "Sendo assim, estás dizendo que a palavra 'dor' realmente significa o choro?" – Pelo contrário: a expressão verbal de dor substitui o chorar e não o descreve (WITTGENSTEIN, 1996, pp. 98-9).

¹¹ Esse termo foi introduzido na filosofia por Ryle, mas é também comum a sua utilização para traduzir os termos wittgensteinianos *Ausserung* e *Ausdruck* (outras alternativas são "expressão", "manifestação" ou "proferimento"). Wittgenstein caracterizava como exteriorizações alguns usos de sentenças psicológicas construídas em primeira pessoa e no tempo presente. Negativamente, isso indica que não se trata de descrições ou relatos de entidades mentais privadas, encontradas em um domínio interno. Positivamente, Wittgenstein caracteriza as exteriorizações como sendo dotadas do mesmo tipo de carga expressiva de um gesto ou de um franzir de testa, capazes de expressar ou manifestar emoções, atitudes, etc. São substitutos parciais para expressões naturais da esfera mental, tais como gritos, sorrisos ou caretas, constituindo extensões aprendidas destas expressões. As palavras designadoras de sensações "ligam-se às expressões primitivas, naturais, de sensação, sendo utilizadas em seu lugar. Uma criança se machuca e chora; adultos então falam com ela, ensinando-lhe exclamações e, depois, sentenças. Ensinam à criança um novo comportamento de dor" (PI §244). Não se trata aqui de teorizações superficiais sobre o processo-aprendizagem, mas antes da afirmação de que, do ponto de vista lógico, a função das exteriorizações é semelhante à das

não um acesso direto do interior na 1^o pessoa em contraposição com uma observação indireta do interior de outrem, mas o critério aqui é a exteriorização.

1.2 O Argumento da linguagem privada

Wittgenstein recusa a ideia de uma linguagem privada na significação de um conceito e reivindica o tratamento do ambiente dos conceitos psicológicos como possível somente a partir de uma linguagem pública. Suas reivindicações contra uma linguagem radicalmente privada aparecem nas *Investigações Filosóficas* em um grupo de parágrafos conhecido largamente como argumento da linguagem privada. Este argumento, na verdade, se situa em um contexto mais amplo de debates que remonta o percurso de dissociação levado a cabo por Wittgenstein desde os primeiros parágrafos das *Investigações Filosóficas* de uma linguagem do tipo objeto-designação, isto é, a recusa da “imagem agostiniana de linguagem” – citada anteriormente –, que é uma imagem referencialista de linguagem. Os parágrafos em que aparece o argumento da linguagem privada, na verdade, explicitam uma discussão que já está presente na obra, isto é, compõe uma unidade. A passagem para a psicologia nessa obra é, por tanto, um movimento natural no percurso de observações do filósofo quanto ao uso significativo da linguagem.

De acordo com Ter Hark:

In the Augustinian idea of language (see PI, § 1-27), defining by ostension is an important way of giving words meaning. Wittgenstein's objection is that ostensive ceremonies can only be meaningfully conducted within horizontal relations of language games. An ostensive definition of 'ball' is only meaningful if it is already clear what can and cannot be done with a ball. The possibility of ostensive definitions is conditional on the use of the concept within a language-game. So the meaning of a concept is not its reference but its use¹² (TER HARK, 1990, p. 94).

manifestações não verbais. Cf. GLOCK, Hans-Johann. *Dicionário Wittgenstein / Hans-Johann Glock*. Trad. Helena Martins, 1998, pp. 153-4.

¹² (Trad. Própria) Na ideia agostiniana da linguagem (ver PI, § 1-27), definir por ostensão é uma maneira importante de dar significado às palavras. A objeção de Wittgenstein é que os atos ostensivos só podem ser conduzidos de forma significativa dentro de relações horizontais de jogos de linguagem. Uma definição ostensiva de "bola" só é significativa se já está claro o que pode e não pode ser feito com uma bola. A possibilidade de definições ostensivas está condicionada ao uso do

Em outras palavras, o argumento da linguagem privada se constrói, por um lado, como a recusa de uma concepção referencialista de linguagem e, por outro, da explicitação de que a significação de um conceito se dá em seu uso. Desse modo, no percurso do argumento, há uma recusa de que processos internos, conceitos mentais, intencionais etc. signifiquem a partir de uma concepção referencialista de linguagem.

Com o *Argumento da Linguagem Privada*, explicitado entre os §§243-315 das *Investigações Filosóficas* (WITTGENSTEIN, 1996, pp. 98-110), Wittgenstein reivindica a publicidade da linguagem que estabelece um interior expresso no uso significativo da linguagem. No percurso do argumento, se explicita, em linhas gerais, que (i) o tratamento dos conceitos psicológicos não é privado; (ii) não é possível uma linguagem privada, a linguagem é pública e (iii) com isto não se exclui o interior, mas se reconstrói uma concepção de “interior que se mostra nos conceitos que utilizamos pra expressá-lo” (FATTURI, 2010, p. 18).

Wittgenstein inicia o argumento fazendo distinções quanto ao que ele está chamando de linguagem privada, para que não haja precipitações ou dúvidas quanto ao que está sendo criticado no argumento:

A discussão da linguagem privada se inicia por distinguir entre o sentido ordinário de privacidade, no qual meu diário oculto, meu código secreto ou minha dor escondida são questões privadas, e a concepção sublime de privacidade que é foco de interesse do interlocutor. Ainda que um diário, um código ou uma dor possam muito bem ser privados – ou seja, ninguém mais sabe a seu respeito – é sempre possível, pelo menos em princípio, que outros descubram algo sobre estas coisas. O interlocutor, por outro lado, nos pede para imaginar uma linguagem que é necessariamente privada, uma que ninguém mais teria a possibilidade de entender, pois as palavras “se referem à aquilo que só pode ser conhecido pela pessoa que fala; às suas sensações privadas imediatas. Assim, uma outra pessoa não pode entender a linguagem” (§243) (STERN, 2009, p.255).

Desse modo, no §243 explica que não se pretende falar de uma linguagem estabelecida em monólogos que um sujeito poderia fazer para si mesmo, ou até mesmo uma linguagem em códigos, pois é passível de compartilhar traduzindo-se para uma linguagem comum. A linguagem aqui tratada é aquela em que apenas o

conceito dentro de um jogo de linguagem. Portanto, o significado de um conceito não é sua referência, mas seu uso.

sujeito pode saber. Aquela pela qual é possível um acesso direto a suas experiências privadas imediatas, não sendo possível um compartilhamento. É este o modelo de linguagem privada a ser criticado pelo filósofo no decorrer dos parágrafos ulteriores. A seguinte passagem, a partir do questionamento de Wittgenstein e da resposta do interlocutor, expressa bem isso:

A human being can encourage himself, give himself orders, obey, blame and punish himself; he can ask himself a question and answer it. So one could imagine human beings who spoke only in monologue, who accompanied their activities by talking to themselves. – An explorer who watched them and listened to their talk might succeed in translating their language into ours. (This would enable him to predict these people's actions correctly, for he also hears them making resolutions and decisions.)

But is it also conceivable that there be a language in which a person could write down or give voice to his inner experiences – his feelings, moods, and so on a for his own use? — Well, can't we do so in our ordinary language? – But that is not what I mean. The [89] words of this language are to refer to what only the speaker can know – to his immediate private sensations. So another person cannot understand the language (WITTGENSTEIN, 2009, p. 95e; §243)¹³

O argumento de Wittgenstein para demonstrar a impossibilidade de uma linguagem privada se constrói tendo ênfase, pelo menos, nos §§ 258, 265 e 293. Um dos principais argumentos explicitados nos parágrafos citados é a recusa da ideia de ostensão interna, que reaparece nesse grupo de parágrafos como modelo de significação dado privadamente. Se, por um lado, a partir dos primeiros parágrafos das *Investigações Filosóficas* Wittgenstein, já apresenta uma série de exemplos que levam a uma dissociação do modelo ostensivo como fundante da linguagem, quando se trata de significação de objetos externos, nesses parágrafos que compõem o argumento da linguagem privada, o filósofo vai argumentar quanto a ostensão privada e ainda contra a possibilidade de um critério de 'uso' privado.

¹³ (Trad. Carlos Bruni) Um homem pode encorajar-se a si próprio, dar-se ordens, obedecer-se, consolar-se, castigar-se, colocar-se uma questão e respondê-la. Poder-se-ia, pois, imaginar homens que falassem apenas por monólogos. – Um pesquisador que os observasse e captasse suas falas, talvez conseguisse traduzir sua linguagem para a nossa. (Estaria, com isto, em condição de predizer corretamente as ações dessas pessoas, pois eles as ouviram também manifestar intenções e tirar conclusões).

Mas seria também pensável uma linguagem na qual alguém pudesse, para uso próprio, anotar ou exprimir suas vivências interiores – seus sentimentos, seus estados de espírito? – Não podemos fazer isto em nossa linguagem costumeira? – Acho que não. As palavras dessa linguagem devem referir-se àquilo que apenas o falante pode saber, às suas sensações imediatas, privadas. Um outro, pois, não pode compreender esta linguagem (WITTGENSTEIN, 1996, p. 98; §243).

O primeiro empecilho é a *impossibilidade de fazer uma definição ostensiva*¹⁴ do interior por introspecção, como é apresentado no §258 que, entendemos, apresenta o núcleo do argumento da linguagem privada. Nesse parágrafo, Wittgenstein propõe a composição de um diário para a ocorrência de determinada sensação:

Let's imagine the following case. I want to keep a diary about the recurrence of a certain sensation. To this end I associate it with the sign "S" and write this sign in a calendar for every day on which I have the sensation. — I first want to observe that a definition of the sign cannot be formulated. a But all the same, I can give one to myself as a kind of ostensive definition! a How? Can I point to the sensation? a Not in the ordinary sense. But I speak, or write the sign down, and at the same time I concentrate my attention on the sensation a and so, as it were, point to it inwardly. a But what is this ceremony for? For that is all it seems to be! A definition serves to lay down the meaning of a sign, doesn't it? a Well, that is done precisely by concentrating my attention; for in this way I commit to memory the connection between the sign and the sensation. a But "I commit it to memory" can only mean: this process brings it about that I remember the connection *correctly* in the future. But in the present case, I have no criterion of correctness. One would like to say: whatever is going to seem correct to me is correct. And that only means that here we can't talk about 'correct' (WITTGENSTEIN, 2009, pp. 98-99e; §258)¹⁵.

Como a citação mostra, a impossibilidade de se definir ostensivamente o interior por meio de introspecção se dá pela falta de um critério de correção de uso interior que justifique a definição. Sem um critério público de uso, não há como falar

¹⁴ Uma definição ostensiva é a explicação de uma palavra por meio de enunciados como "Isto é um elefante" ou "Esta cor é o 'vermelho'." Inclui tipicamente três elementos: uma expressão demonstrativa, "Isto é...", "O nome disto é '...'"; um gesto dêitico (apontar); e uma amostra, o objeto para o qual se aponta. A expressão foi utilizada primeiramente em *Logic*, de Johnson (1921), mas a ideia é em si muito mais antiga. Cf. GLOCK, Hans-Johann. *Dicionário Wittgenstein / Hans-Johann Glock*. Trad. Helena Martins, 1998, pp. 122.

¹⁵ (Trad. Carlos Bruni) Consideremos este fato. Quero escrever um diário sobre a repetição de uma certa sensação. Para tanto, associa-a com o signo "S" e escrevo este signo num calendário, todos os dias em que tenho a sensação. – Observarei, primeiramente, que uma definição do signo é impronunciável. – Mas posso dá-la a mim mesmo como uma espécie de definição ostensiva! – Como? Posso apontar para uma sensação? – Não no sentido habitual. Mas falo ou escrevo o signo e ao fazê-lo concentro minha atenção na sensação; – aponto, pois, como que interiormente para ela. – Mas para que esse ritual? Pois parece ser apenas isto! Uma definição serve para estabelecer a significação de um signo. – Ora, isto se dá precisamente pela concentração da atenção; pois, desse modo, gravo em mim mesmo a ligação do signo com a sensação. – "Gravo-a em mim mesmo" pode significar apenas: este processo faz com que no futuro me recorde corretamente da ligação. Mas, em nosso caso, não tenho nenhum critério para a correção. Poder-se-ia dizer aqui: correto é o que sempre me parecer correto. E isto significa apenas que aqui não se pode falar de 'correto' (WITTGENSTEIN, 1996, p. 101; §258).

de uso “correto” ou “incorreto”, pois não é suficiente a própria atenção como critério próprio, ao passo que qualquer definição linguística só se justifica publicamente.

O segundo empecilho é o *problema de se recorrer à memória como um critério de uso privado*, apresentado no § 265:

Let us imagine a table, something like a dictionary, that exists only in our imagination. A dictionary can be used to justify the translation of a word X by a word Y. But are we also to call it a justification if such a table is to be looked up only in the imagination? a “Well, yes; then it is a subjective justification.” a But justification consists in appealing to an independent authority a “But surely I can appeal from one memory to another. For example, I don’t know if I have remembered the time of departure of a train correctly, and to check it I call to mind how a page of the timetable looked. Isn’t this the same sort of case?” No; for this procedure must now actually call forth the *correct* memory. If the mental image of the timetable could not itself be *tested* for correctness, how could it confirm the correctness of the first memory? (As if someone were to buy several copies of today’s morning paper to assure himself that what it said was true.)

Looking up a table in the imagination is no more looking up a table than the image of the result of an imagined experiment is the result of an experiment. (WITTGENSTEIN, 2009, p. 100e) ¹⁶.

Aqui, a questão remete ao mesmo problema apresentado no parágrafo 258, que é o fato de a falta de um critério que justifique o uso e recorrer à memória como um critério de correção de uso ser confuso, justamente porque não faz sentido supor que a memória seja critério de uso dela própria¹⁷.

O terceiro empecilho contra a ideia de uma linguagem privada é quanto à *irrelevância da existência do objeto interno para a compreensão do sentido de um conceito psicológico*. Este argumento é importante para a compreensão do modo

¹⁶ (Trad. Montagnoli) Imaginemos uma tabela que existe somente em nossa representação; um dicionário, p. ex. Com a ajuda de um dicionário pode-se justificar a tradução de uma palavra X pela palavra Y. Mas devemos chamar isto também de justificação, caso essa tabela seja consultada somente na representação? - “Ora, trata-se, justamente, de uma justificação subjetiva.” -. Mas a justificação consiste em se recorrer a uma instância independente. “-” Mas eu posso também recorrer de uma lembrança para outra. Eu não sei (p. ex.) se tomei nota corretamente da hora da partida do trem e trago à memória a imagem da página do horário para controle. Não temos aqui o mesmo caso? – Não; porque este processo tem que evocar realmente a lembrança *correta*. Se não se puder comprovar a correção da imagem do horário representado, como poderia ser confirmada a correção da primeira lembrança? (É como se alguém comprasse vários exemplares do jornal da manhã para certificar-se de que ele escreve a verdade).

Consultar uma tabela representada é tão pouco uma consulta de uma tabela quanto representar o resultado de um experimento representado é o resultado de um experimento (§265).

¹⁷ Será retomado no capítulo III.

como Wittgenstein entende a dimensão de tratamento de conceitos psicológicos, que explicita a irrelevância na referência a um objeto interno, mas em contrapartida está preocupado em investigar o sentido desses conceitos e a partir de um contexto de uso regrado. No §293, Wittgenstein propõe o seguinte:

If I say of myself that it is only from my own case that I know what the word “pain” means a must I not say *that* of other people too? And how can I generalize the *one* case so irresponsibly? Well, everyone tells me that he knows what pain is only from his own case! — Suppose that everyone had a box with something in it which we call a “beetle”. No one can ever look into anyone else’s box, and everyone says he knows what a beetle is only by looking at *his* beetle. a Here it would be quite possible for everyone to have something different in his box. One might even imagine such a thing constantly changing. a But what if these people’s word “beetle” had a use nonetheless? a If so, it would not be as the name of a thing. The thing in the box doesn’t belong to the language-game at all; not even as a *Something*: for the box might even be empty. a No, one can ‘divide through’ by the thing in the box; it cancels out, whatever it is.

That is to say, if we construe the grammar of the expression of sensation on the model of ‘object and name’, the object drops out of consideration as irrelevant (WITTGENSTEIN, 2009, p. 106-7e)¹⁸.

Esse empecilho resulta das impossibilidades apontadas pelos dois primeiros, visto que, por introspecção, não é possível definir um objeto interno, justamente pela falta de critérios internos de correção que justifiquem isso, ao passo que, na linguagem pública para se compreender o uso de um conceito, tal como “besouro”, sequer é necessário apontar para algo dentro da caixa, como propõe o exemplo. Isso porque, para se compreender o uso de um conceito psicológico, são necessários critérios de uso dados publicamente e no jogo de linguagem de um conceito o que lhe dá sentido é seu uso. Deste modo, Wittgenstein reivindica a linguagem pública como única possibilidade de linguagem.

¹⁸ (Trad. Carlos Bruni) Ora, alguém me diz, a seu respeito, saber apenas a partir de seu próprio caso o que sejam dores! – Suponhamos que cada um de nós tivesse uma caixa com algo dentro dela: nós chamamos isso de um “besouro”. Ninguém pode olhar dentro da caixa do outro; e cada um diz que sabe o que é um besouro apenas a partir da visão do seu besouro. – Poderia ser que cada um tivesse algo diferente em sua caixa. Poderíamos mesmo imaginar que tal coisa se modificasse continuamente. – Mas, e se a palavra “besouro” tivesse um uso para essas pessoas? – Neste caso, não seria o de designar uma coisa. A coisa da caixa não pertence, de modo nenhum, ao jogo de linguagem nem mesmo como um algo: pois a caixa poderia também estar vazia. – Não por meio desta coisa na caixa, pode-se ‘abreviar’; seja o que for, é suprimido.

Isto significa: quando se constrói a gramática da expressão da sensação segundo o modelo de ‘objeto e designação’, então o objeto cai fora de consideração como irrelevante (WITTGENSTEIN, 1996, p. 107).

No contexto estabelecido por Wittgenstein, a partir da crítica da linguagem privada, são explicitadas as confusões desse modelo de linguagem para o tratamento dos conceitos psicológicos, pois, como se vê no argumento, não se trata de uma descrição de experiências interiores (do tipo objeto – designação), mas da exteriorização que se constitui de regras linguísticas.

As diferenças pretendidas pelo filósofo não são diferenças ontológicas, não é uma dicotomia de mundos em sentido ontológico, mas são “diferenças *gramaticais*, e isto significa que palavras tais como *interno* e *privado* fazem parte do jogo de linguagem dos termos psicológicos para marcar as diferenças de tais conceitos com os conceitos de outros jogos de linguagem” (DONAT, 2009, p. 452). Não estando, assim, a compreensão ligada a um conhecimento interno, mas a uma atividade baseada no uso. No jogo de linguagem das sensações, não está a compreensão de um objeto interior, mas a expressão de nossas sensações em diversas manifestações a qual cabem os usos.

A relação entre interno e externo se dá justamente por sua publicidade, que imprime nessa relação como marca a expressão linguística, e não um acesso direto do interior em contraposição com uma observação indireta do exterior, mas o critério, aqui, é a exteriorização. A isso se ancora, para o filósofo, uma noção de interior cuja marca é a exteriorização linguística, e não um teatro mental. Assim sendo, é no contexto de uso que Wittgenstein nos apresenta a expressão desses conceitos.

No percurso da crítica da linguagem privada, a temática da relação entre externo e interno nos apresenta questões relacionadas a chamada assimetria pronominal, que está inserida na compreensão da linguagem privada, o filósofo, no argumento, ao recusar uma imagem de linguagem privada, constrói também uma crítica à forma como é empregada a assimetria pronominal quando se trata de proposições em 1ª e 3ª pessoa.

No §246 das *Investigações Filosóficas*, aparece o seguinte diálogo:

In what sense are my sensations *private*? a Well, only I can know whether I am really in pain; another person can only surmise it. – In one way this is false, and in another nonsense. If we are using the word “know” as it is normally used (and how else are we to use it?), then other people very often know if I’m in pain. – Yes, but all the same, not with the certainty with which I

know it myself! – It can't be said of me at all (except perhaps as a joke) that I *know* I'm in pain. What is it supposed to mean – except perhaps that I *am* in pain?

Other people cannot be said to learn of my sensations *only* from my behavior – for I cannot be said to learn of them. I *have* them.

This much is true: it makes sense to say about other people that they doubt whether I am in pain; but not to say it about myself (WITTGENSTEIN, 2009, pp. 95-6e)¹⁹.

Neste parágrafo, aparece claramente o interlocutor defendendo a primazia do próprio caso. Isto é, por um lado, minhas sensações são privadas (há uma posse privada da experiência), e, por outro, “apenas eu posso saber se realmente tenho dores” (§246) (há uma privacidade epistêmica da experiência), restando ao outro apenas a suposição. A resposta do narrador, em contrapartida, dá o tom das observações de Wittgenstein quanto à questão da assimetria. O problema é gramatical – “Não se pode dizer que os outros aprendam minha sensação apenas por meu comportamento –, pois não se pode dizer de mim que as aprendi. Eu as *tenho*.” (§246). Ainda sobre esse parágrafo, Stern aponta que a preocupação de Wittgenstein, quando reflete o problema da assimetria, não é se comprometer com teorias, mas nos levar a reflexão quanto ao nosso uso do vocabulário psicológico:

A leitura padrão do §246 e de outras passagens nas quais o narrador ataca a convicção do interlocutor de que “só eu posso saber se realmente sinto dor; uma outra pessoa só pode supô-lo” (§246a) é de que isto é a consequência do comprometimento de Wittgenstein com uma teoria sobre as condições para que se apresente proposições com sentido. A teoria habitualmente atribuída a ele é de que para que eu esteja autorizado a afirmar que sei algo, esta afirmação deve ser feita com base em evidência, evidência que é, ao menos em princípio, sujeita a dúvidas. Pois minhas sensações não são algo sobre que eu possa descobrir mais coisas, como posso descobrir mais sobre a dor dos outros; em vez disso, a questão é que “eu *as tenho*”, e as tenho de uma maneira que torna sem sentido afirmar que sei que tenho dor. É claro, o narrador diz que “não se pode dizer de mim, de modo algum (exceto, talvez, como uma piada), que eu *sei* que

¹⁹ (Trad. Carlos Bruni) Em que medida minhas sensações são privadas? – Ora apenas eu posso saber se realmente tenho dores; o outro pode apenas supor isto. – De certo modo, isto é falso, de outro, absurdo. Quando usamos a palavra “saber”, como normalmente é usada (e como deveríamos, pois, usá-la), então os outros frequentemente sabem quando tenho dores. – Sim, mas não com a certeza com que eu próprio sei! – De mim ninguém pode dizer (a não ser por brincadeira) que *sei* que tenho dores. O que isto pode significar, a não ser que tenho dores?

Não se pode dizer que os outros aprendem minha sensação *apenas* por meu comportamento, – pois não se pode dizer de mim que as aprendi. Eu as *tenho*.

Isto é correto: tem sentido dizer que os outros duvidam que eu tenha dores; mas não tem sentido dizer isto de mim mesmo (WITTGENSTEIN, 1996, p. 99; §246).

tenho dor. O que se supõe que isto significa – exceto, talvez, que eu *tenho dor?*” (§246a). Mas isto não precisa ser interpretado como um comprometimento com a teoria esboçada acima. Em vez disso, podemos interpretá-lo como uma maneira de nos levar a suspeitar deste uso filosófico da palavra “saber”, como uma maneira de dar origem a uma imagem da mente segundo a qual apenas eu tenho acesso direto aos meus estados internos (STERN, 2012, p. 253).

Para o filósofo austríaco, a ideia de uma “posse privada da experiência” decorre de um modo indiscriminado de tratar as sensações interiores, por dar a sensações internas o mesmo tratamento atribuído a objetos físicos, isto quer dizer que as sensações interiores são tratadas como objetos dos quais lhes são associados nomes, numa relação objeto-designação, ao passo que a linguagem utilizada para significar esses conceitos é um linguagem descritiva. Na crítica apresentada por Wittgenstein, como pudemos ver não se trata de descrições de objetos internos (definição ostensiva privada), mas exteriorizações²⁰.

Não obstante, uma vez que se analisa o uso para os conceitos, é perceptível o equívoco gramatical a que está submetida esta noção de interior, visto que se confundem os critérios para categorias distintas, como no exemplo “eu tenho dores”. Sobre isso, Wittgenstein, no §253 das *Investigações Filosóficas*, reflete da seguinte maneira:

“Another person can’t have my pains.” – *My pains – what pains are they? What counts as a criterion of identity here? Consider what makes it possible in the case of physical objects to speak of “two exactly the same”*: for example, to say, “This chair is not the one you saw here yesterday, but is exactly the same as it”.

In so far as it makes *sense* to say that my pain is the same as his, it is also possible for us both to have the same pain. (And it would also be conceivable that two people feel pain in the same a not just the corresponding a place. That might be the case with Siamese twins, for instance.)

I have seen a person in a discussion on this subject strike himself on the breast and say: “But surely another person can’t have this pain!” a The

²⁰ Ao contrário das descrições, as exteriorizações: (a) não admitem verificação, pois não há possibilidade de eu “descobrir” que tenho uma sensação ou que pretendo ir a Londres, ou de eu “perceber” ou “reconhecer” minhas sensações ou experiências; (b) não admitem haver, com sentido, erro, ignorância ou dúvida; não há lugar para uma identificação equivocada de seu sujeito ou para uma aplicação incorreta de seus predicados; É absurda uma frase como “Eu pensei que estava com dor, mas no final era apenas uma coceira; e era Sarah que sentia e não eu”; 9c0 não expressam pretensões de conhecimento. Cf. GLOCK, Hans-Johann. *Dicionário Wittgenstein / Hans-Johann Glock*. Trad. Helena Martins, 1998, p. 155.

answer to this is that one does not define a criterion of identity by emphatically enunciating the word “this”. Rather, the emphasis merely creates the illusion of a case in which we are conversant with such a criterion of identity, but have to be reminded of it (WITTGENSTEIN, 2009, p. 97e)²¹.

Da afirmação de que “O outro não pode ter minhas dores”, Wittgenstein propõe a reflexão sobre quais critérios identificam essas dores e como determiná-los. Tradicionalmente, a resposta mais corrente seria a introspecção, o apontar para dentro, para a experiência de dor. Neste sentido, cada sujeito aponta para a própria dor, não podendo um falar da dor do outro se não indiretamente e de maneira assimétrica. Entretanto, como já se sabe, o modo de tratar a questão para Wittgenstein, é outro, pois aqui não se trata da “dor” como referência ontológica, mas de uma investigação acerca do conceito de dor, de quais são os critérios para o uso do conceito.

Pois bem, em vez de tratar a questão do “critério de identidade” no sentido ostensivo, apontando para um objeto privado; a proposta é tratar da gramática, do uso do conceito. Ainda no §253, sobre as confusões feitas a partir do uso do conceito de dor, Wittgenstein propõe que se reflita sobre a possibilidade de “no caso de objetos físicos, falar de ‘dois exatamente iguais’. Por exemplo, dizer: ‘esta poltrona não é a mesma que você viu aqui ontem, mas é uma exatamente igual’” e ainda dizer que “minha dor é igual a sua, nesta medida podemos ter a mesma dor”. Aqui, o que está se pontuando é que os jogos de linguagem para o exemplo da poltrona são distintos para o exemplo da dor. O verbo *ter*, aqui, não pode ser usado do mesmo modo para conceitos de categorias distintas, isto é, conceitos externos jogam com regras distintas de conceitos internos. Uma mesma poltrona, como é o

²¹ (Trad. Carlos Bruni) “O outro não pode ter minhas dores.” – Quais são *minhas* dores? Qual é aqui o critério de identidade? Reflita no que torna possível, no caso de objetos físicos, falar de “dois exatamente iguais”. Por exemplo, dizer: “esta poltrona não é a mesma que você viu aqui ontem, mas é uma exatamente igual”.

Na medida em que tem sentido dizer que minha dor é igual a sua, nesta medida podemos ter a mesma dor. (Sim, e seria também pensável que dois homens sintam dor no mesmo – e não apenas homólogo – lugar. Por exemplo, em gêmeos siameses poderia dar-se tal caso).

Vi como alguém, em uma discussão sobre este assunto, bateu no peito e disse: “Mas o outro não pode de maneira nenhuma ter ESTA dor!” – A resposta a isto é que, ao se acentuar enfaticamente a palavra “esta”, não se define nenhum critério de identidade. A ênfase reflete muito mais o fato de que um tal critério nos é familiar, mas precisamos ser lembrados disso (WITTGENSTEIN, 1996, p. 100).

caso, por questões físicas/espaciais não pode ocupar dois lugares ao mesmo tempo, já no caso de um conceito psicológico como dor, que é compreendido por exteriorização gramatical, os critérios são diferentes. Deste modo, a partir de uma análise gramatical é possível apontar para as confusões, pois, como no exemplo de Wittgenstein, os jogos de linguagem para o conceito de poltrona e os jogos de linguagem para o conceito de dor têm usos diferentes.

Essa noção de posse privada da experiência é decorrente de um vício gramatical. Donat enfatiza que “as confusões geradas por aquelas teorias que consideram as sensações e experiências como coisas que alguém tem são por causa da assimilação da gramática desses conceitos com a gramática de conceitos para objetos do mundo físico” (DONAT, 2009, 448). Essas mesmas confusões gramaticais, ainda, levam a uma concepção de privacidade epistêmica da experiência.

Para Wittgenstein, esta ideia de “privacidade epistêmica da experiência”, em que o sujeito por introspecção tem acesso direto e imediato as suas experiências interiores, levando assim a um conhecimento indubitável destas experiências, deve ser problematizada gramaticalmente, visto que é gerada sobre erros e confusões gramaticais.

Ainda, utilizando-se do exemplo da dor, afirmações do tipo “eu sei que tenho dores” são, para Wittgenstein, afirmações sem sentido, justamente por não serem passíveis de dúvida. Só faz sentido afirmar que sabe quando é possível, do contrário, duvidar. Essa regra funciona para experiências externas “eu sei que tenho um livro azul na gaveta” e “eu não sei se tenho um livro azul na gaveta”, ao passo que deveria funcionar para experiências internas “eu sei que tenho dores” e “eu não sei se tenho dores”. Porém, para experiências internas, isto não faz sentido, uma vez que não se duvida de afirmações de 1ª pessoa do indicativo de verbos intencionais/psicológicos, não sendo possíveis afirmações de dúvida do tipo “eu não sei se tenho dores”. O problema é que, para Wittgenstein, proposições desse tipo sequer são proposições epistêmicas, pois onde não é possível duvidar, não é possível dizer que sabe, “ter uma sensação não é um conhecimento dessa sensação, mas apenas *ter a sensação*” (DONAT, 2009, p.453). Isso fica claro no §246 quando o filósofo questiona “– De mim ninguém pode dizer (a não ser por

brincadeira) que *sei* que tenho dores. O que isto pode significar, a não ser que tenho dores?” (WITTGENSTEIN, 1996, p. 99). Dessa maneira, proposições desse tipo são o que Wittgenstein chama de proposições gramaticais²², que expressam as regras, descrevem o uso destes conceitos. Com o esclarecimento acerca das confusões geradas pela ideia de posse privada e privacidade epistêmica da experiência, elimina-se, então, a possibilidade de uma assimetria epistêmica.

As discussões apresentadas nesse capítulo se situam no âmbito das observações de Wittgenstein quanto à filosofia da psicologia desde o trabalho apresentado nas *Investigações Filosóficas*, por entendermos que ali já se encontra sua concepção de filosofia madura que se mantém em seus últimos escritos sobre psicologia. Ao passo que o tratamento do conceito de memória, sobretudo no que diz respeito à questão de seu conteúdo, remonta as observações sobre psicologia presentes nas *Investigações Filosóficas*. Entendemos que as observações posteriores presentes nas *Observações Sobre a Filosofia da Psicologia I e II* e os *Últimos Escritos Sobre a Filosofia da Psicologia I e II* se sustentam nas críticas à linguagem privada e à assimetria pronominal. Assim, as observações sobre a memória apresentadas nos capítulos seguintes devem ser lidas inseridas nesse contexto mais amplo de observações.

²² Para se avaliar a visão normativa de linguagem em Wittgenstein, é preciso que se leve em conta que sua concepção de regras corresponde a uma visão funcional. Se uma sentença expressa ou não uma regra gramatical é algo que depende de seu papel ou função em nossas práticas linguísticas. Wittgenstein distingue as “proposições empíricas” das “proposições gramaticais”, sentenças tipicamente utilizadas para expressar uma regra (por exemplo, PI §§251, 428; AWL 31, 105-6; RFM 162). Essa distinção não se baseia na forma linguística – uma proposição gramatical não necessariamente é um enunciado metalinguístico que especifica como uma expressão deve ser utilizada. O que conta é se ela é *usada* como um padrão de correção linguística. O contraste entre proposições empíricas e proposições gramaticais corresponde a um contraste entre *regras* de nossos jogos de linguagem e os *lances* que realizamos em nossos jogos de linguagem conforme essas regras (por exemplo, PI §49; OC §622). A “verdade” de uma proposição gramatical não consiste em enunciar como estão as coisas, mas antes em expressar uma regra de forma exata. Proposições gramaticais devem ser diferenciadas de enunciados empíricos – no sentido de que uma comunidade linguística segue certas regras linguísticas, como, por exemplo, “Todos os ingleses usam estes signos desta forma” (AWL 154; SDE 240) –, e também de proposições acerca das condições de base, que tornam as regras aplicáveis. Pois são utilizadas normativamente, para explicar, justificar e criticar usos de palavras. Cf. GLOCK, Hans-Johann. *Dicionário Wittgenstein / Hans-Johann Glock*. Trad. Helena Martins, 1998, p. 194.

CAPÍTULO II

ARMAZENAMENTO E TRAÇOS DE MEMÓRIA

Um evento deixa um rastro na memória: às vezes imagina-se que isso consistiria no evento deixar para trás um rastro, uma impressão, uma consequência no sistema nervoso. Como se pudéssemos dizer: até os nervos têm uma memória. Mas, se alguém agora se lembra de um evento, ele teria de deduzi-lo dessa impressão, desse rastro. Seja o que for que o evento deixe para trás no organismo, isso não é lembrança (RRPI §220).

2.1 Múltiplos sistemas de armazenamento de memória

A visão mais difundida na pesquisa científica em relação à memória está ligada, principalmente, a múltiplos sistemas de armazenamento em diferentes regiões relativamente independentes do cérebro²³, ao passo que se estabelece um quadro conceitual para os tipos de memória que são armazenados nessas diferentes regiões, segundo seu tempo, função e conteúdo na constituição da memória, traçando assim uma definição geral.

Nas pesquisas modernas sobre a memória, o chamado estruturalismo compreende as noções de múltiplos sistemas de armazenagem no cérebro. Nos termos de Toth e Hunt:

In the context of modern theories of human memory, structuralism is represented by the multiple memory systems approach. In this approach, ones postulates a multitude of distinct memory representations, and the systems in which these representations are stored. Memory, then, is the process of activating the representations stored in a particular system. Once activated, the representations are able to influence a person's performance with the nature of that influence being dependent on the kind of information 'contained in' the representation. Thus, for the systems approaching, memory is explained by reference to structural concepts – specifically, memory systems (the 'architecture' of memory) and memory representations

²³ Cf. Toth and Hunt. *Not one versus many, but zero versus any: structure and function int the context of the multiple memory systems debate*. Oxford: Oxford University Press. 1999. pp 232-272.

(the fundamental components from which these large-scale systems are built) (1999, p.234).²⁴

A importância atribuída à memória não é recente, pelo contrário, são milênios desde as formulações mais antigas. A ideia de armazenamento e traços de memória é muito anterior às neurociências²⁵, a visão da memória como um depósito em que impressões se armazenariam e de imagens de memória como fundamentais na experiência da recordação, já aparecem, ainda que de forma preliminar, em textos de Platão²⁶ e de Aristóteles²⁷ e se mantêm em explicações modernas. Em

²⁴ (Trad. Própria) No contexto das teorias modernas da memória humana, o estruturalismo é representado pela abordagem dos múltiplos sistemas de memória. Nessa abordagem, se postula um grande número de representações de memória distintas, e os sistemas nos quais essas representações são armazenadas. A memória, então, é o processo de ativação das representações armazenadas em um sistema particular. Uma vez ativadas, as representações são capazes de influenciar o desempenho de uma pessoa em que a natureza dessa influência depende do tipo de informação "contida" na representação. Assim, para a abordagem de sistemas, a memória é explicada por referência a conceitos estruturais - especificamente, sistemas de memória (a "arquitetura" da memória) e representações de memória (os componentes fundamentais a partir dos quais esses sistemas em larga escala são construídos). (TOTH & HUNT, 1999, p.234).

²⁵ Cf. Bennett e Hacker, p.177.

²⁶ Platão supôs que haveria na alma de cada indivíduo um bloco de cera. A memória seria como a cera que recebe marcas que podem durar ou com o tempo desaparecer, desse modo poderia armazenar marcas, e também as perder (esquecimento). Haveria então, presente de Mnemosine, um bloco de cera nas almas, maleável na medida de guardar impressões por excelência. O bloco de cera, afirma Platão: numa pessoa, maior; noutra, menor; nalguns casos, de cera limpa; noutros, com impurezas, ou mais dura ou mais úmida, conforme o tipo, senão mesmo de boa consistência, como é preciso que seja [...] Diremos, pois, que se trata de uma dádiva de Mnemosine, mãe das Musas, e que sempre que queremos lembrar-nos de algo visto ou ouvido, ou mesmo pensados calcamos a cera mole sobre nossas sensações ou pensamentos e nela os gravamos em relevo, como se dá com os sinetes dos anéis. Do que fica impresso, temos lembrança e conhecimento enquanto persiste a imagem; o que se apaga ou não pôde ser impresso, esquecemos e ignoramos (PLATÃO 191 d-e).

Não obstante, com as vivências gravadas na alma como traços num bloco de cera, para recordar seria necessário acessar esses traços, para reconhecer um objeto, uma vivência anterior que ainda subsiste no mundo seria necessária uma comparação entre o real e o traço (imagem) na alma. De modo que ao reconhecer *Teeteto* e Teodoro, Sócrates propõe que "vos vendo a uma certa distância e de maneira indistinta, apresso-me em destinar a correta impressão de cada um de vós à percepção visual correta e executar o seu ajuste [...] visando a produzir o reconhecimento" (PLATÃO 193c). Isso quer dizer, na metáfora, que a memória funcionaria de forma ativa, ainda que pudesse haver falhas nesses traços [esquecimento] a ação que implicaria no acesso a esses traços se daria pela vontade, e para explicar essa ação intencional.

²⁷ Aristóteles no *Da memória e da Revocação* acrescentou à ideia de traços armazenados a noção de memória como imagens, a recordação como um processo de inferência de imagens no intelecto (453a5). Para Aristóteles a memória se daria como um tipo de carimbo de percepção, uma impressão na alma. Assim quando lembramos, lembraríamos por inferência de imagens, seria possível lembrar-se de algo que não está presente porque acessamos a essas imagens impressas em nossa alma e as relacionaríamos a uma experiência no mundo. Cf. ARISTÓTELES 449b5-453b10.

outras palavras se, por um lado, com as pesquisas modernas, experimentações e novas conclusões, as pesquisas sobre a memória trouxeram uma gama de sofisticações nas explicações e definições da memória, por outro, o pressuposto que sustenta essas explicações (armazenamento) permanece o mesmo desde as primeiras definições do conceito.

Para os antigos, o armazenamento se dava na alma que, marcada pelos traços de experiências anteriores, conservava a memória, ao passo que comumente o armazenamento era obtido em forma de representação. Os empiristas clássicos acertaram que o armazenamento se daria na mente como uma imagem mental, cópia da experiência original. Pesquisas modernas atribuíram o armazenamento ao cérebro, para elas a “maneira como está armazenado é dado por um padrão de conexões sinápticas cujos efeitos levam à excitação de certos neurônios sob certas condições, excitação essa que representa ou codifica a experiência original” (BENNETT & HACKER, 2003, p. 178).

Nessa visão, para haver recordação, para que a memória ocorra, seria preciso uma modificação física (a codificação de um traço no cérebro) que resultaria no armazenamento de um evento no cérebro e, a partir daí, se daria a inferência do que ocorreu no passado, a lembrança, assim, seria a representação armazenada. A experiência resulta em traços, sendo a memória a inferência desses traços que são representações da experiência original. Nesse sentido, a memória ocorre a partir da percepção atual com a representação da experiência original armazenada sob traços no cérebro. Em outras palavras, a memória (processo mental) seria concebida a partir de estruturas físicas (processos físicos).

A representação ou codificação das experiências no cérebro, a partir de teorias estruturalistas, se daria por fases distintas:

Os traços a serem armazenados são inicialmente recebidos pela memória sensorial ou memória imediata que ocorre em uma fração de segundo. A partir daí, após verbalização, eles são transferidos para a memória primária que representa a memória de curto prazo. Sua duração é pequena, da ordem de alguns segundos ou minutos. Em abordagens mais recentes, a memória primária tem sido também denominada de memória operacional ou memória executiva (*working memory*) uma vez que se refere ao armazenamento momentâneo da informação por um período suficiente para

o nosso raciocínio imediato e a resolução de problemas como, por exemplo, o teor de uma conversa com um amigo, um número de telefone ou compreensão de fatos. Após algum tempo, estas informações podem ser descartadas. Esta memória pode ser prolongada por minutos, horas ou dias pelo processo de memorização, isto é, pela repetição mental do conteúdo da informação. Esse exercício facilita também a transferência da informação para o sistema duradouro de armazenamento, a memória de longo prazo. Nesta nova concepção, a memória operacional deve ser considerada como um processo dinâmico no qual mecanismos de memória são recrutados de modo a permitir que funções mentais elaboradas, como o raciocínio, possam ser acionadas (BRANDÃO, 2004, p. 104).

Essas fases foram classificadas como *aquisição* e *consolidação* da memória. Na fase inicial, se dá a *aquisição*, isto é, o recebimento traços de memória imediatos estaria nos limites da memória primária ou de curto prazo. Na fase final, os traços de informações ou representações que se conservariam na memória de longo prazo seriam traços consolidados, neste ponto se daria a *consolidação*. Somente cerca de 1% desses traços seriam armazenados nas memórias de longo prazo (BRANDÃO, 2004, p. 104).

A distinção entre memória de curto e longo prazo e seus desdobramentos compõe as noções de múltiplos sistemas de armazenamento, isto é, a memória passou a ser entendida como armazenada não em um sistema geral de armazenamento, mas cada fase de codificação da memória passa por uma região diferente, por sistemas diferentes, tendo funções diferentes. Nesses sistemas, foram distinguidas, principalmente, a memória executiva (operacional) ou memória de trabalho, referente à memória primária ou curto prazo, e as memórias declarativa e não-declarativa²⁸, referentes à memória de longo prazo.

No processo de *aquisição* e *consolidação* da memória, nas fases chamadas de memória de curto prazo e memória de longo prazo, os tipos de memória são classificados pelas teorias modernas, principalmente segundo a função que desempenham até que se conservem e possam ser recuperadas como conhecimento adquirido.

O psicólogo e neurocientista cognitivo Endel Tulving²⁹ fez uma distinção entre o que chamou de *memória episódica* e *memória semântica*. No geral,

²⁸ C.f. Cohen 1984; Cohen and Squire 1980.

²⁹ C.f. Tulving, E., 1972; IDEM, 1983.

estabeleceu-se como *memória episódica* a capacidade de recordar conscientemente experiências mais pessoais (e.g., uma visita ao museu do Louvre), e como *memória semântica* a capacidade de armazenar conhecimentos mais gerais sem que haja a consciência de quando ou como foi aprendido (e.g., o fato de o Louvre ser em Paris – França).

Sobre essa definição, de acordo com Moyal-Sharrock, a memória episódica ou autobiográfica é sobre “personally-experienced events [...] and associated with a qualitatively distinct consciousness or experiential awareness”³⁰, enquanto a memória semântica “comprises the general, basic, stable knowledge about the world and language that we share with our community” (MOYAL-SHARROCK, 2009, p. 10)³¹.

Entretanto, a distinção entre memória episódica e memória semântica se mostrou problemática, sendo, por vezes, difícil estabelecer os limites de compreensão que classificasse um tipo ou outro de memória, isto porque tanto a memória semântica poderia formar base para memória episódica, como a memória episódica poderia formar base para a memória semântica. Uma memória nunca é puramente episódica, pois sempre que nos lembramos de um episódio pessoal também entendemos seu significado, isto é, aparece também uma memória semântica. A partir dessa problemática, foi preciso criar novas classificações:

Finding it difficult to neatly distinguish between episodic and semantic memory, and finding also that these did not cover all types of memory, neuropsychologists effected a more comprehensive and viable division between *declarative* (or *cognitive* memory) – which subsumes both the episodic / autobiographical and semantic memory just mentioned – and nondeclarative (or *procedural* memory) (MOYAL-SHARROCK, 2009, p. 10).³²

Essas distinções traçam um conjunto amplamente aceito de classificação dos sistemas de memória nas ciências cognitivas, definidos principalmente como o

³⁰ (Trad. Própria) Eventos pessoalmente experienciados [...] e associados a uma consciência qualitativamente distinta ou consciência experiencial.

³¹ (Trad. Própria) Compreende o conhecimento geral, básico e estável sobre o mundo ea linguagem que compartilhamos com nossa comunidade.

³² (Trad. Própria) Encontrando dificuldade em se distinguir nitidamente entre memória episódica e semântica, e descobrindo também que estas não cobriam todos os tipos de memória, os neuropsicólogos realizaram uma divisão mais abrangente e viável entre a memória declarativa (ou cognitiva) - que agrupa tanto a relação entre memória episódica / autobiográfica e semântica já mencionadas - e não-declarativa (ou memória procedural).

sistema primário, que seria a *memória de trabalho*, e os sistemas posteriores, chamados de memória propriamente dita, que seriam as memórias *declarativa* (abarcando as memórias *episódica* e *semântica*) e *não-declarativa*.

O quadro a seguir representa graficamente essas distinções na constituição dos sistemas de memória a partir da perspectiva de múltiplos sistemas de armazenamento:

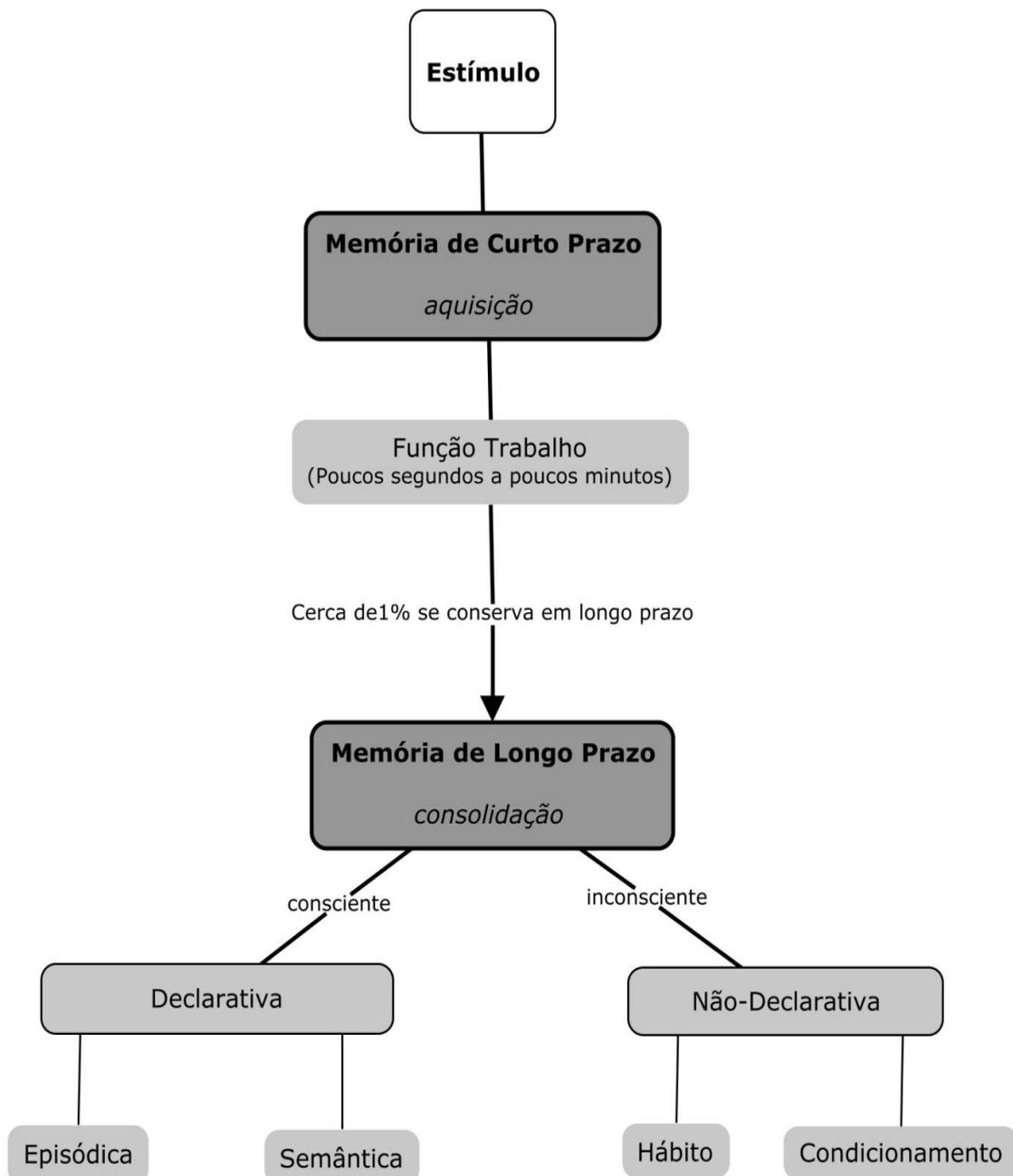


Fig. 1 - Múltiplos sistemas de armazenamento de memória.

2.1.1 Memória de Trabalho

A chamada *memória de trabalho* é um sistema de memória muito particular em relação aos outros sistemas de memória convencionados pelos pesquisadores dessa área de pesquisa, isto porque é uma memória breve que serve basicamente como gerenciadora das informações imediatas captadas, e que pode durar entre poucos segundos a poucos minutos. É um tipo de memória que permite situar no tempo e espaço, possibilitando a continuidade de nossas ações de modo que, por ser breve, não produz mudanças significativas e, diferentemente dos outros sistemas, não deixa traços, não é armazenada, mas serve como mediadora de memórias de longa duração.

Exemplos de memória de trabalho podem ser tomados a partir de ações comuns do dia a dia. Izquierdo afirma que “usamos a memória de trabalho quando perguntamos para alguém o número de telefone do dentista: conservamos esse número o tempo suficiente para discá-lo e, uma vez feita a comunicação correspondente, o esquecemos” (2011, p. 25). Outro exemplo deste modelo de memória é “o da terceira palavra de minha frase anterior: ao ler, a conservamos por alguns segundos, o suficiente para poder entender essa frase e talvez a seguinte; mas a esquecemos para sempre, logo depois” (IZQUIERDO, 2011, p. 26). Em resumo, é uma memória de curto prazo.

Os neurocientistas afirmam que esse tipo de memória é processado basicamente na região do córtex pré-frontal, dependendo fundamentalmente das atividades elétricas dos neurônios dessa região. Além disso, por ser processada no córtex pré-frontal, a memória de trabalho pode ser influenciada por neurotransmissores provenientes de regiões reguladoras dos estados de ânimo. Para Izquierdo, “isso explica o fato tão conhecido de que um estado de ânimo negativo, por exemplo, por falta de sono, por depressão ou por simples tristeza ou desânimo, perturba nossa memória de trabalho” (2011, p. 27). Isto é, fatores emocionais interferem no gerenciamento da memória de trabalho, e conseqüentemente na consolidação de outros níveis de memória, que, como citado anteriormente, compreende cerca de 1% do que foi gerenciado pela memória de trabalho (BRANDÃO, 2004, p. 104).

Em seu trabalho de gerenciamento dos traços recebidos, a memória de trabalho determinaria quais seriam as informações úteis ou não, se são novas ou não. Desse modo, “para verificar se a informação que lhe está chegando é útil ou prejudicial para o organismo, a memória de trabalho deve indagar [...] as possíveis relações da experiência atual com outras semelhantes das quais possa haver registro” (IZQUIERDO, 2011, p. 29). A partir desse gerenciamento, as informações podem vir a se conservar em memória em longo prazo ou não, isto é, sendo os sistemas de armazenamento dessas informações isolados, cada compartimento teria funções distintas, e somente se consolidando em memória secundária é que essas informações terão maior duração.

2.1.2 Memória declarativa e não-declarativa

Em um quadro de classificação temporal, neurocientistas classificam a memória em curto e longo prazo. Como foi apresentada, a memória de trabalho está situada no sistema de memória de curto prazo. Mas, considerando-se apenas a memória de longo prazo, é possível encontrar outras divisões, aqui relacionadas ao conteúdo, função e forma do armazenamento (BRANDÃO, 2004, 104). O modo como a informação é codificada e recuperada leva a distinções no modo como se compreende a memória de longo prazo. Essas memórias foram classificadas como *declarativas ou explícitas* e *não-declarativas ou implícitas*.

A *memória declarativa* é considerada pela maioria dos pesquisadores como memória propriamente dita, pois esta seria a memória que “corresponde a fatos e informações adquiridos através da aprendizagem e que conscientemente acessamos através da busca aos arquivos de memória” (BRANDÃO, 2004, p. 104). É a memória consciente, podemos declarar a existência dessas memórias. Está ainda subdividida, como já apontamos, nas memórias *episódicas/autobiográficas* e *semânticas*, que constituem a forma consciente de aquisição de conhecimento.

As *memórias não-declarativas*, também conhecida como memórias de procedimento, são memórias relacionadas a capacidades motoras e sensoriais,

geralmente condicionadas pelo hábito. “Exemplos típicos são as memórias de como andar de bicicleta, nadar, saltar, soletrar, etc. É difícil ‘declarar’ que possuímos tais memórias; para demonstrar, devemos de fato andar de bicicleta, nadar, saltar ou soletrar” (IZQUIERDO, 2011, p. 30). São memórias aprendidas, no geral, de forma não consciente e não declarativamente.

Essas memórias de longo prazo também foram classificadas como *implícitas* e *explícitas* do seguinte modo: “As memórias adquiridas sem a percepção do processo denominam-se implícitas. As memórias adquiridas com plena intervenção da consciência se chamam explícitas” (IZQUIERDO, 2011, p. 31). O problema dessa classificação é que nem toda memória considerada *declarativa* é adquirida de forma explícita, como é o caso da memória *semântica* que, muitas vezes, se dá implicitamente. Desse modo, atualmente, classificações como memória *implícita* e *explícita* não são suficientes para diferenciar memórias do tipo *declarativa* e *não-declarativa*, pois os limites do consciente e não consciente ainda não estão claramente traçados nessas classificações.

2.2 Wittgenstein sobre armazenamento e traços de memória nos §§903-8 das RPPI

Em um contexto mais amplo de discussão acerca da memória, entendemos que o conceito tradicional de memória se estrutura na história – desde os antigos até soluções modernas – a partir de um pressuposto comum, que é a ideia de sistemas de armazenamento de memória, como apresentamos sumariamente no ponto anterior. Não obstante, nesse contexto de discussão mais amplo, há referências explícitas a Wittgenstein no que concerne às contribuições para a compreensão do conceito. As observações do filósofo quanto à memória trazem para a literatura de estudos sobre o conceito contribuições, que se pode dizer, mensuradas em termos de mudança de paradigma (MOYAL-SHARROCK, 2009, p.1) quanto ao tratamento do conceito.

De acordo com Danièle Moyal-Sharrock:

He has achieved this through a demystification of 'the inner' and a correlated emphasis on action; a resistance to explanatory ghostly mental processes that themselves remain unexplained; and an unprecedentedly broad appeal to context or use in the determination of meaning, understanding, and memory. Because of Wittgenstein, physicalists and functionalists throughout the humanities and the sciences have had to abandon the quest for neat, unitary, and closed concepts and accommodate the ineluctable input of broad context into their models³³ (2009, p.2).

Entendemos que, em seu contexto de argumentação, o filósofo já previa conclusões a que a pesquisa científica da memória só debateria décadas depois. O que nos leva a entender que, nessa mudança de paradigma e reestabelecimentos das direções trazida pelas observações de Wittgenstein, a psicologia mudou seu curso ainda que não estivesse necessariamente consciente da fonte de mudança (MOYAL-SHARROCK, 2009).

Os §§ 903-8 do texto *Remarks on the Philosophy of Psychology voll* (§§608-12 Zettell) apresentam uma série de observações de Wittgenstein acerca de uma questão fundamental quando se trata das definições tradicionais do conceito de memória³⁴ que é a questão da correlação entre processos físicos e mentais para a explicação do conceito. Como apresentamos, as principais definições do conceito de memória sugerem um modelo estruturalista (múltiplos sistemas de armazenamento, traços de memória) e representacionista (conteúdo experiencial, imagens de memória com o qual esses sistemas são constituídos) nas definições do funcionamento da memória, isto é, para se recordar o cérebro precisa passar por modificações e a lembrança ser inferida de representações internas desses traços. A *identidade* psicofísica presente em soluções tradicionais é rejeitada por Wittgenstein nesse grupo de parágrafos, sendo que, nos §§903-4 RPPI o filósofo apresenta suas observações quanto ao conceito de pensamento e; nos §§905-8 RPPI a aplicação de suas objeções ao conceito de memória.

³³ (Tradução Própria) Ele conseguiu isso através de uma desmistificação do "interior" e uma ênfase correlacionada a ação; uma resistência a explicações fantasmagóricas de processos mentais que permanecem inexplicáveis; e um apelo sem precedentes ao contexto ou uso na determinação do significado, compreensão e memória. Por causa de Wittgenstein, fisicalistas e funcionalistas em todas as ciências humanas e ciências tiveram que abandonar a busca de conceitos básicos, unitários e fechados e acomodar a entrada inelutável de contexto amplo em seus modelos.

³⁴ Memória como múltiplos sistemas de armazenagem de traços – traços de memória, imagens de memória. Cf. Toth and Hunt, 1999, pp 232-53.

Os pontos principais a serem refletidos a partir da leitura desses parágrafos são as observações sobre processos de pensamento e processos cerebrais, bem como a analogia das sementes no §903; as observações acerca dos traços de memória e questão da causalidade no §905 e a analogia das anotações (jottings) no §908. Essas observações compõem uma tentativa, por parte do filósofo, de ilustrar o modo como compreende conceitos psicológicos desse tipo (pensamento, memória etc.) e explicitar confusões presentes em explicações que pressupõem uma identidade físico-mental.

2.2.1 §903 Isomorfismo mente-cérebro: pontos de crítica

Wittgenstein escreveu:

No supposition seems to me more natural than that there is no process in the brain correlated with associating or with thinking; so that it would be impossible to read off thought-processes from brain-processes. I mean this: if I talk or write there is, I assume, a system of impulses going out from my brain and correlated with my spoken or written thoughts. But why should be the *system* continue further in the direction of the centre? Why should this order not proceed, so to speak, out of chaos? (RPP I §903; Z. §608)³⁵.

O parágrafo é controverso e trouxe uma série de interpretações que atribuíram a Wittgenstein o rótulo de anti-fisicalista radical. Isso porque aqui, ao que parece, o filósofo não está trazendo observações de caráter metodológico³⁶ como costuma fazer, isto é, a irrelevância de processos fisiológicos para problemas conceituais (TER HARK, 1995, p.115), mas questiona diretamente a plausibilidade de certas teses fisiologistas quanto à relação mente-cérebro.

Um ponto importante para seguir a leitura do parágrafo é compreender que a intenção de Wittgenstein, aqui, não é rejeitar uma correlação entre processos cerebrais e mentais, pode-se dizer que ele supõe uma correlação (Cf. MOYAL-SHARROCK, 2009, p.3; STERN, 1991, p.208; TER HARK, 1995, p.123; SUTTON,

³⁵ (Trad. MACHADO, R. H. P.) Nenhuma suposição me parece mais natural que a de que não existe nenhum processo no cérebro **correlacionado** ao associar ou pensar; de forma que então seria impossível ler processos de pensamento em processos cerebrais. Eis o que quero dizer: Quando falo ou escrevo, eu suponho que haja, saindo de meu cérebro, um sistema de impulsos **correlacionado** a meus pensamentos falados ou escritos. Mas por que o *sistema* deveria continuar adiante na direção do centro? Por que essa ordenação não deve, por assim dizer, surgir do caos? [Grifo meu]

³⁶ Cf. RRPI §1063.

2015, p. 420; O'LOUGHLIN, 2014, p. 152). O que Wittgenstein está rejeitando, aqui, é uma relação de identidade psicofísica, um isomorfismo mente-cérebro, em que processos mentais sejam identificados com processos físicos.

A tese do isomorfismo mente-cérebro remete à concepção de armazenamento, traços e imagens de memória que, como vimos, remonta aos gregos, é retomada com James no século XIX, tendo, então, o cérebro como armazém desses traços³⁷. A concepção de que os traços de memória se encontram no cérebro se populariza desde então. Essa ideia é seguida e sofisticada, com algumas modificações, por psicólogos da Gestalt, como Köhler, e tornou-se uma imagem fundamental de reflexão dos neurocientistas até a atualidade (BENNETT; HACKER, 2003, p. 179). Nos termos de Köhler:

Todas as teorias consistentes da memória, do hábito, e assim por diante, têm de conter hipóteses acerca dos traços de memória como fatos fisiológicos. Essas teorias também têm de assumir que as características dos traços são mais ou menos semelhantes às dos processos pelos quais foram estabelecidos. De outra forma, como é que se poderia explicar a exatidão da recordação, que em muitos casos é altíssima? (KÖHLER, 1947, p. 252).

Em outro momento, segue com a mesma proposta:

O que significa reconhecimento? Significa que um fato presente, em geral um fato perceptivo, entra em contato com um fato correspondente na memória, um traço, um contato que dá à percepção presente o caráter de já ser conhecida ou familiar. Mas a memória contém um enorme número de traços, todos eles representações de experiências anteriores que devem ter sido estabelecidos pelos processos que acompanham essas primeiras experiências. Ora, porque é que a experiência perceptiva atual entra em contato com a experiência original correta? Trata-se de uma realização surpreendente. Parece que ninguém tem dúvidas de que a seleção é causada pela semelhança da experiência atual com a experiência do fato original correspondente. Mas como esta experiência original não está presente no tempo, temos de assumir que o traço da experiência atual (ou processo cortical correspondente) com esse traço que torna possível a seleção. (KÖHLER, 1969, p. 122).

A *correlação*³⁸ entre processos cerebrais e mentais ou a tese do isomorfismo, elaborada por Köhler³⁹ e incorporada pelas ciências da memória, compõe uma

³⁷ Retomaremos a concepção de James no Capítulo III. Cf. James. *The Principles of Psychology*, 1890.

³⁸ Esse tipo de correlação (isomórfica) expressa uma type-type identity theory. Cf. Smart, J. J. C., "The Mind/Brain Identity Theory", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2017.

imagem básica do que chamamos de estruturalismo e representacionismo da memória que, como veremos a seguir, é criticada por Wittgenstein, sobretudo, nas *Observações sobre a Filosofia da Psicologia*.

Na leitura de Michel Ter Hark a compreensão do uso do termo “correlated”, no §903, explicita, por um lado, a proposta de uma crítica direta a um isomorfismo (como o proposto por Köhler) e, por outro, a admissão de uma *correlação psicofísica*⁴⁰. Ter Hark aponta dois usos distintos para o termo “correlated” no parágrafo, o primeiro aparece na citação: “I mean this: if I talk or write there is, I assume, a system of impulses going out from my brain and **correlated** [grifo meu] with my spoken or written thoughts” (RPPI §903). Em outras palavras, Wittgenstein está supondo que há um sistema de processos físicos correlacionado à escrita e aos pensamentos e, por implicação, à memória, que não estão desincorporados⁴¹. O segundo uso aparece na afirmação “no supposition seems to me more natural than that there is no process in the brain **correlated** [grifo meu] with associating or with thinking; so that it would be impossible to read off thought-processes from brain-processes” (RPPI §903). Aqui, o uso do termo “correlated” é forte e pressupõe (a rejeição) que para cada fato psicológico deve haver uma estrutura física *definida e particular* correlacionada. Ao primeiro uso do termo seria uma mera “correlação psicofísica”, e o segundo uma “correlação isomórfica” (1995, p.123). E, por tanto, o alvo de Wittgenstein é, justamente, o segundo uso, que é a ideia de correlação isomórfica⁴².

A pergunta que segue, “But why should be the *system* continue further in the direction of the centre? Why should this order not proceed, so to speak, out of chaos?” (RPP I 903), traz dificuldades de interpretação. E se vista a partir de uma leitura que atribui um anti-fisicalismo radical a Wittgenstein neste grupo de

³⁹ Cf. Ter Hark. *Electric Brain Fields and Memory Traces: Wittgenstein and Gestalt Psychology*, 1995.

⁴⁰ Esse segundo uso do termo correlação não indica uma identidade type-type. Isso fica mais claro com a analogia dos *Jottings* Cf. §908.

⁴¹ Cf. RPPI §906.

⁴² Defensores do isomorfismo mente-cérebro propõem que para cada processo cerebral há um processo mental particular, sendo os processos físicos condições específicas e necessárias para cada tipo distinto de processo mental, em outras palavras, há um critério de identidade comum entre processos físicos e psicológicos. E, portanto, cada processo psicológico particular (por ex. pensamento, memória) seriam *necessariamente* lidos em processos físicos.

parágrafos, parece propor uma negação de qualquer relação entre o físico e mental e, ainda, o ceticismo a cerca da ocorrência de tais processos.

Na leitura de Colin McGinn (1984), Wittgenstein estaria negando que estados mentais estejam correlacionados em qualquer forma a processos físicos. Enfatiza na pergunta o termo “centro” como referência ao sistema nervoso e, a partir disso, entende que há a negação de qualquer correspondência psico-física, ao passo que atribui a Wittgenstein uma visão de cérebro caótico. A questão aqui é: como seria possível que nada no cérebro correspondesse aos processos de pensamento provenientes dele e que surjam do caos? Pressionado por essa leitura, McGinn afirma:

There is no good *a priori* reason to believe that for every mental state there is a corresponding physical state, and states of the nervous system play no role in the language- game of describing people psychologically. He even suggests that for all we know our behaviour could proceed from internal physical chaos, and that psychological and behavioural differences between people need not correlate with any underlying physical differences: in short, psychological phenomena may turn out to have no physical explanation. The upshot of this view of the relation (or lack of it) between the mental and the physical is thus that it would be quite wrong to think of understanding as necessarily grounded in, or realised by, states of the brain (1984, p. 112).⁴³

Richard McDonough, em leitura mais recente, objetou a leitura do termo “centro” de McGinn, supondo que, em vez de se referir a uma visão caótica do cérebro, refere-se a uma visão cultural, isto é, nessa interpretação, Wittgenstein toma por “centro” não o sistema nervoso, mas os contextos culturais e instituições estabelecidas, propondo que o pensamento e significado surgem do “caos” da vida social, não do caos neural. Nesse contexto, há também nessa leitura uma atribuição a Wittgenstein, de negação de qualquer relação físico-mental, não apenas a negação de que processos mentais derivem do cérebro, mas que em contra partida derivam do contexto social e cultural (2004, p.309).

⁴³ (Trad. própria) Não existe uma boa razão *a priori* para acreditar que para cada estado mental há um estado físico correspondente, e estados do sistema nervoso não desempenham nenhum papel no jogo de linguagem de descrever as pessoas psicologicamente. Ele até sugere que, pelo que sabemos, nosso comportamento poderia proceder do caos físico interno e que as diferenças psicológicas e comportamentais entre as pessoas não precisam correlacionar-se com quaisquer diferenças físicas subjacentes: em suma, os fenômenos psicológicos podem revelar-se sem explicação física. O resultado dessa visão da relação (ou falta dela) entre o mental e o físico é, portanto, que seria completamente errado pensar o entendimento como necessariamente fundamentado ou realizado por estados do cérebro.

O problema dessas leituras mais extremas do parágrafo é uma inclinação à ênfase a certos termos, como no caso dos autores citados acima, e a negligência de outros, como o termo “correlated” que, como proposto por Ter Hark, apresenta a distinção da intenção geral de Wittgenstein no parágrafo. Nesse sentido, a interpretação de McGinn apresentada na citação anterior⁴⁴ apresenta uma confusão na leitura do parágrafo. “Wittgenstein does not derive his ‘chaotic view’ of the brain from the epistemic fact that physiological states play no part in our language games” (1995, p.133)⁴⁵, mas seu agnosticismo fisiológico, como Ter Hark chama, é parte de seu percurso metodológico na significação de conceitos psicológicos e não é o que Wittgenstein está fazendo nesse parágrafo. Nesse ponto, portanto, McGinn confunde o agnosticismo metodológico de Wittgenstein⁴⁶ com suas observações no §903, que propõe a questionar teses fisiológicas de fundamentação de fenômenos psicológicos. Em outras palavras, esse questionamento “But why should be the *system* continue further in the direction of the centre? Why should this order not proceed, so to speak, out of chaos?” (RPP I 903) deriva não de suas observações de caráter metodológico, mas de uma crítica direta ao isomorfismo.

Se, por um lado, a leitura de McGinn não compreende a proposta de Wittgenstein no parágrafo ao derivar a ideia de cérebro caótico da proposta metodológica de Wittgenstein, e não da crítica direta ao isomorfismo, que parece ser a pretensão do filósofo neste grupo de parágrafos, por outro, McDonough confunde a crítica ao atribuir a Wittgenstein uma visão hermenêutica da psicologia ao assumir o parágrafo a partir de uma leitura anti-fisicalista, porém, como proposto, o alvo de Wittgenstein é a crítica ao isomorfismo mente-cérebro.

A leitura de Ter Hark, que propõe a diferenciação de um agnosticismo fisiológico [caráter metodológico] da proposta de observações e críticas ao isomorfismo no §903 RPPI, se mostra bastante plausível quando lida a partir da discussão acerca da memória presente nos §§ 305-6 das PI e no §220 das RPPI.

⁴⁴ Cf. MCGINN, C. 1984, p.112.

⁴⁵ (Trad. própria) Wittgenstein não deriva sua “visão caótica” do cérebro do fato epistêmico de que os estados fisiológicos não fazem parte dos nossos jogos de linguagem.

⁴⁶ Não nega a ocorrência de processos mentais, porém que tais estados não desempenham nenhum papel na significação de um termo. Esse trabalho metodológico quanto ao uso cotidiano de termos da psicologia pode ser visto análogo ao que Wittgenstein propõe no percurso do ALP com o exemplo do “beetle in a box” PI, §293.

Quando no §305 das PI, o interlocutor comenta:

“But you surely can’t deny that, for example, in remembering, an inner process takes place”⁴⁷.

A resposta que se segue dá o tom da crítica. O narrador responde:

– What gives the impression that we want to deny anything? When one says, “Still, an inner process does take place here” – one wants to go on: “After all, you see it.” And it is this inner process that one means by the word “remembering”. – The impression that we wanted to deny something arises from our setting our face against the picture of an ‘inner process’. What we deny is that the picture of an inner process gives us the correct idea of the use of the word “remember”. Indeed, we’re saying that this picture, with its ramifications, stands in the way of our seeing the use of the word as it is (PI §305)⁴⁸.

No §306 o narrador continua:

Why ever should I deny that there is a mental process? It is only that “There has just taken place in me the mental process of remembering . . .” means nothing more than “I have just remembered . . .” To deny the mental process would mean to deny the remembering; to deny that anyone ever remembers anything⁴⁹.

Não obstante, no §220 das RPPI Wittgenstein pontua:

An event leaves a trace in the memory; one sometimes imagines this as if it consisted in the event’s having left a trace, an impression, a consequence, in the nervous system. As if one could say: even the nerves have a memory. But then when someone remembered an event, he would have to *infer* it from this impression, this trace. Whatever the event does leave behind in the organism, it isn’t the memory (RPPI §220).⁵⁰

⁴⁷ (Trad. BRUNI, J. C.) “Mas você não pode negar que, por exemplo, ao recordar, ocorre um processo interior”, IF, §305.

⁴⁸ (Trad. BRUNI, J. C.) Por que então dá a impressão de que queremos negar algo? Quando se diz “ocorre aí um processo interior”, -- quer-se acrescentar: “você vê”. E é pois a este processo interior que nos referimos com a palavra “recordar-se”. – A impressão de que queríamos negar algo remonta ao fato de que nos voltamos contra a imagem de “processo interior”. O que negamos é que a imagem de processo interior nos dê a ideia correta do emprego da palavra recordar. Sim, dizemos que esta imagem, com suas ramificações, os impede de ver o emprego da palavra tal qual é, IF §305

⁴⁹ (Trad. BRUNI, J. C.) Por que devo então negar que aí está um processo espiritual?! Só que “ocorreu em mim agora um processo espiritual de recordação de...” nada mais significa que: “Recordei-me agora de...” Negar o processo espiritual significaria negar a recordação; negar que alguém possa se recordar de alguma coisa, IF §306.

⁵⁰ (Trad. MACHADO, R. H. P) Um evento deixa um rastro na memória: às vezes imagina-se que isso consistiria no evento deixar para trás um rastro, uma impressão, uma consequência no sistema nervoso. Como se pudéssemos dizer: até os nervos tem uma memória. Mas, se alguém agora se lembra de um evento, ele teria de deduzi-lo dessa impressão, desse rastro. Seja o que for que o evento deixe para trás no organismo, isso não é lembrança, OFPI §220.

Os §§305-6 das PI e o §220 das RPPI endossam a leitura moderada do §903 das RPPI, que propõe que Wittgenstein não está negando a ocorrência de processos internos, ou de uma correlação físico-mental, mas que as observações do filósofo, no §903 especificamente, são outras, e lidam diretamente com teorias de identidade psicofísica em sentido forte (paralelismo psicofísico, isomorfismo psicofísico) e não com uma mera correlação psicofísica (como já pontuada aqui a partir da leitura de Ter Hark). A crítica de Wittgenstein, aqui, em se tratando da memória, é contra concepções estáticas e estruturalistas (múltiplos sistemas de armazenagem) que assumem que traços de memória seriam armazenados independentemente em regiões distintas do cérebro e explicados a partir de uma relação isomórfica com essas estruturas.

Ainda no §903 Wittgenstein escreveu o seguinte:

The case would be like the following – certain kinds of plants multiply by seed, so that a seed always produces a plant of the same kind as that from which it was produced – but *nothing* in the seed corresponds to the plant which comes from it; so that is impossible to infer the properties or structure of the plant from those of the seed that it comes out of – this can only be done from the history of the seed. So an organism might come int being even out of something quite amorphous, as it were causelessly; and the is no reason why this shoud not really hold for our thoughts, and hence for our talking and writhing.⁵¹

A partir das observações apontadas no início do parágrafo, seguimos uma leitura que não atribui a Wittgenstein a negação de uma mera correlação físico-mental. Como Stern pontua, “certainly, when one acts, impulses travel along the nerves connecting the brain to the parts of the body which act. However, Wittgenstein thinks there is no reason to believe that there is a corresponding pattern in the brain, the ‘centre’ of the nervous system” (p.209)⁵². Em outras palavras – e isto fica mais claro com o exemplo das sementes proposto na continuação do §903 –, o

⁵¹ (Trad. MACHADO, R. H. P.) O caso seria semelhante a este: – certas espécies de plantas se multiplicam por meio de sementes, de modo que uma semente sempre produz uma planta da mesma espécie que a planta da qual ela foi produzida – mas *nada* na semente corresponde à planta que brota dela; de forma que é impossível inferir das propriedades ou da estrutura da semente as propriedades e as estruturas da planta que dela brota – apenas se pode fazer isso com base em sua *história*. Dessa forma, portanto, um organismo poderia sair, sem uma causa, por assim dizer, de algo bastante amorfo, OFPI, §903.

⁵² (Trad. própria) Certamente, quando se age, os impulsos percorrem os nervos que ligam o cérebro às partes do corpo que agem. No entanto, Wittgenstein pensa que não há razão para acreditar que existe um padrão correspondente no cérebro, o "centro" do sistema nervoso.

que Wittgenstein está questionando é, justamente, a suposição de que somos capazes de identificar qualquer processo específico no cérebro que tenha iniciado uma ação específica, isto é, que sejam lidos com os mesmos critérios física e psicologicamente.

O exemplo das sementes se desdobra da seguinte observação presente nas *Philosophical Occasions*:

Think of two different kinds of plant, A and B, both of which yield seeds; the seeds of both kinds look exactly the same and even after the most careful investigation we can find no difference between them. But the seeds of an A-plant always produce more A-plants, the seeds of a B-plant, more B-plants. In this situation we can predict what sort of plant will grow out of such a seed only if we know which plant it has come from. - Are we to be satisfied with this; or should we say: 'There *must* be a difference in the seeds themselves, otherwise they *couldn't* produce different plants; their previous histories on their own *can't* cause their further development unless their histories have left traces in the seeds themselves?'

But now what if we don't discover any difference between the seeds? And the fact is: It wasn't from the peculiarities of either seed that we made the prediction but from its previous history. - If I say: the history can't be the cause of the development, then this doesn't mean that I can't predict the development from the previous history, since that's what I do. It means rather that we don't call *that* a 'causal connection', that this isn't a case of predicting the effect from the cause. And to protest: 'There *must* be a difference in the seeds, even if we don't discover it', doesn't alter the facts, it only shows what a powerful urge we have to see everything in terms of cause and effect (1993, pp. 374-375).⁵³

⁵³ (Trad. própria) Pense em dois tipos diferentes de plantas, A e B, as quais produzem sementes; As sementes de ambos os tipos parecem exatamente a mesma e mesmo após a investigação mais cuidadosa nós podemos não encontrar nenhuma diferença entre elas. Mas as sementes de uma planta-A sempre produzem mais plantas-A, as sementes de uma planta-B, mais plantas-B. Nesta situação, podemos prever que tipo de planta crescerá a partir dessa semente somente se soubermos de qual planta ela veio. - Estamos satisfeitos com isso? Ou devemos dizer: "Deve haver uma diferença entre as sementes, caso contrário elas não poderiam produzir plantas diferentes; Suas histórias anteriores por conta própria não podem causar seu desenvolvimento a menos que suas histórias tenham deixado vestígios nas próprias sementes?"

Mas agora e se não descobirmos nenhuma diferença entre as sementes? E o fato é: não foi a partir das peculiaridades de quaisquer sementes que fizemos a previsão, mas a partir de sua história anterior. - Se eu disser: a história não pode ser a causa do desenvolvimento, então isso não significa que eu não posso prever o desenvolvimento da história anterior, uma vez que é isso que eu faço. Significa antes que não chamamos isso de "conexão causal", que este não é um caso de prever o efeito da causa. E o protesto de que: "Deve haver uma diferença nas sementes, mesmo que não a descobramos", não altera os fatos, só mostra o que é um impulso poderoso que temos de ver tudo em termos de causa e efeito.

Com esse exemplo, Wittgenstein, por analogia, não diz simplesmente que podemos ser incapazes de distinguir sementes de plantas diferentes baseados em suas estruturas e composições químicas, mas sugere que seria impossível fazer isso, justamente porque “*nada* na semente corresponde à planta que brota dela”. Sendo assim, como Wittgenstein aponta, a única maneira de estabelecer distinções seria com base na história, ou seja, a partir da planta que brota e que dela brotará (STERN, 1991, p. 209). Vemos ainda que, na crítica ao isomorfismo, já aparecem objeções acerca da noção causalidade, que são explicitadas no §905 com a implicação da crítica ao isomorfismo em suas observações sobre a memória.

2.2.2 §905 Memória e causalidade

No §905, Wittgenstein escreveu:

I saw this man years ago: now I have seen him again, I recognize him, I remember his name. And why does there have to be a cause of this remembering in my nervous system? Why must something or other, whatever it may be, be stored-up there *in any form*? Why *must* a trace have been left behind? Why should there not be a psychological regularity to which *no* physiological regularity corresponds? If this upsets our concepts of causality then it is high time they were upset (RPPI §905; Z.610)⁵⁴.

Este parágrafo é um desdobramento da crítica ao isomorfismo já apresentado no §903 e aplicado à questão da memória. Retomando, não há uma afirmação explícita por parte de Wittgenstein da impossibilidade de correlação com o cérebro na ocorrência de pensamentos e memórias (pelo contrário, não há a rejeição de uma mera correlação), e a maioria dos estudiosos dessa questão em Wittgenstein assume essa leitura. De acordo com Moyal-Shorrock, “in that limited sense, remembering *is* causally dependent on the brain – on the brain structures in different brain areas and on synaptic modifications in these areas – but it does not follow that

⁵⁴ (Trad. MACHADO, R. H. P.) Eu vi este homem anos atrás; agora o vejo de novo, reconheço-o, lembro-me de seu nome. E por que tem de haver para esta lembrança uma causa em meu sistema nervoso? Por que alguma coisa, seja lá o que ela for, tem de estar ali armazenada *numa forma qualquer*? Por que ele *tem* de ter deixado um vestígio? Por que não deve haver uma legalidade psicológica que não corresponde a *nenhuma* legalidade fisiológica? Se isto põe por terra nossos conceitos relativos à causalidade, então já era tempo que eles fossem postos por terra, OFPI §905.

these structures are *representations* of particular memories, stored and encoded in the brain” (2009, p.4)⁵⁵. Por outro lado, o que se está negando é justamente que haja uma correlação de identidade psicofísica entre a memória e o cérebro, que para cada traço armazenado em diferentes regiões em múltiplo sistema seja possível ler determinado tipo de memória, como na seguinte descrição:

When I originally see a man, brain correlates must be isomorphic to what I see, and, when I remember the man later again, there must be a brain process going on isomorphic to the perception. This brain process must be the result of some causal interaction, of the activation of a memory trace, which is the bearer of the isomorphic structure when the man is not consciously seen (TER HARK, 1995, pp. 127-8)⁵⁶.

A tentação em supor esse tipo de explicação faz com que Wittgenstein, no §905, alerte quanto a preconceitos cristalizados em relação à noção de causalidade, na medida em que se estabelece uma relação de identidade entre traços de memória e o ato de recordar. A ideia de que a causa deve ser necessariamente preceptiva, ou seja, um efeito deve ser necessariamente efeito de uma causa específica, é o que está sendo questionado por Wittgenstein como apresentado já no exemplo das sementes. Pensando a partir da leitura do §903, se de sementes aparentemente idênticas brotam plantas diferentes, não é necessário que haja diferença nas sementes (pensar dessa forma é pensar em causa como não preceptiva). “A insistência na ideia de que essa diferença deva necessariamente existir não se baseia em um discernimento da real natureza das coisas; configura-se a adesão a uma norma de representação” (GLOCK, 1998, p. 70). Isso porque, na realidade, é uma imensa variedade de modos de aplicação do conceito de causa que constituem a causalidade, não necessariamente um modelo preceptivo.

Leituras mais extremas, como a de McGinn, que caracterizam Wittgenstein como um anti-fisicalista radical, isto é, a rejeição de qualquer correlação físico-mental, podem levar à atribuição de rótulos de behaviorista ou mesmo que o filósofo

⁵⁵ (Trad. própria) Em sentido limitado, a lembrança é causalmente dependente do cérebro - nas estruturas cerebrais, em áreas cerebrais diferentes, e em modificações sinápticas nessas áreas - mas não se resulta que essas estruturas sejam representações de memórias particulares, armazenadas e codificadas no cérebro.

⁵⁶ (Trad. própria) Quando eu vejo um homem originalmente, os correlatos cerebrais devem ser isomorfos ao que eu vejo, e, quando eu me lembro do homem novamente mais tarde deve haver um processo cerebral em curso isomorfo à percepção. Este processo cerebral deve ser o resultado de alguma interação causal, da ativação de um traço de memória, que é o portador da estrutura isomórfica quando o homem não é visto conscientemente.

supõe um paralelismo psicofísico em oposição à identidade mente-cérebro, mas isso é logo descartado por Wittgenstein na seguinte passagem:

The prejudice in favour of psycho-physical parallelism is also a fruit of the primitive conception of grammar. For when one admits a causality between psychological phenomena, which is not mediated physiologically, one fancies that in doing so one is making an admission of the existence of a soul alongside the body, a ghostly mental nature (RPPI §906; z. 611).⁵⁷

Ao que parece, leituras que atribuem a Wittgenstein o rótulo de anti-fisicalista radical com a missão exclusivamente desconstrutivista, não deram ênfase aos parágrafos que apresentam afirmações mais moderadas quando se trata de uma mera correlação físico-mental. Tal como aparece no §906, bem como em parágrafos citados anteriormente. O que está em jogo, aqui, é o questionamento quanto a explicações sobre o mental que se utilizam de pressupostos que em última instância são difíceis de sustentar.

Não obstante, ainda que os estudos atuais da memória se ancorem em experimentos e testes para esclarecer, no caso de teorias estruturalistas e representacionistas, por exemplo, os diferentes tipos de memória armazenados em diferentes áreas do cérebro, o que se coloca como questão é como se justifica a leitura dos traços de memória específicos (engramas) na leitura do que chamamos de memória quando lembramos em determinados contextos. “To think it can be possible ‘to read off thought-processes from brain processes’ (RPPI §903) is to conflate brain reading with mind reading” (MOYAL-SHARROCK, 2009, p. 4)⁵⁸. Ainda que o cérebro seja um componente importante para compreensão da memória, é difícil pensar que sozinho pode conter tudo o que é necessário para se explicar a memória. Nas diversas manifestações que explicitam a ação de lembrar, os usos do conceito são muito mais fluídos e jogam *não apenas* com o interno, mas com o externo, com o meio ambiente, o contexto, as histórias dos agentes que lembram.

Um dos problemas mais complexos para as neurociências foi e continua sendo, justamente, a pesquisa acerca das bases neurais dos traços de memória

⁵⁷ (Trad. MACHADO, R. H. P.) O preconceito a favor do paralelismo psicofísico é também fruto de uma concepção primitiva da gramática. Pois, se admitimos uma causalidade entre fenômenos psicológicos que não é mediada fisiologicamente, pensamos estar assim afiançando a existência de uma alma *ao lado* do corpo, de uma entidade mental fantasmagórica, RPPI §906; Z. 611.

⁵⁸ (Trad. própria) Pensar que pode ser possível ‘ler processos de pensamento a partir de processos cerebrais’ (RPPI §903) é confundir a leitura cerebral com a leitura da mental.

armazenados no cérebro. Embora, em geral, defensores de um estruturalismo da memória defendam a noção de traços de memória armazenados no cérebro, não há uma demonstração clara desse armazenamento, não se conseguiu chegar uma distinção clara dos engramas⁵⁹ no cérebro. Por volta dos anos cinquenta, o psicólogo americano Karl Lashley já apresentava as dificuldades em estabelecer a localização desses traços:

Lashley dedicou toda sua vida de pesquisador à investigação dos sítios no SNC [Sistema Nervoso Central] onde estariam localizados os engramas, através de experimentos em que removia determinadas áreas do neocórtex na tentativa de impedir a comunicação transcortical entre as regiões sensoriais e motoras do córtex. Uma descrição dos resultados de suas pesquisas freqüentemente encontrada na literatura reflete bem as dificuldades surgidas nestes estudos: “Não é possível demonstrar a localização isolada de qualquer vestígio de memória em nenhuma parte do sistema nervoso. Determinadas regiões podem ser essenciais para a aprendizagem ou para a retenção de uma atividade específica, mas o engrama está representado por toda parte” (BRANDÃO, 2004, p. 99).

Os traços de memória não estão claramente distinguidos no cérebro. Não foram uma descoberta científica em que pesquisadores, através de certos experimentos, encontraram mudanças específicas em determinadas áreas do cérebro e denominaram de traços de memória, pelo contrário, como demonstrado na citação acima, nem mesmo cientistas estão completamente certos sobre como e exatamente onde encontrá-los. Como pontuado por Toth e Hunt, o ponto é este:

Multiple systems approaches to memory are attempting to describe the underlying structure of memory. However, that structure cannot be directly observed but can only be inferred on the basis of task performance. Task performance, however, is not structural, but rather reflects the functional relationship between prior experience and subsequent task demands. But this leads to a fundamental circularity because if mental structures (i.e. memory systems) are being inferred through a functional task analysis, how can these structures then be used to explain performance on those very same tasks? (1999, p.248).⁶⁰

⁵⁹ Um engrama é uma mudança transitória ou permanente no cérebro que resulta da codificação de uma experiência. C. f. Moyal-Sharrock, 2009, p.6.

⁶⁰ (Trad. Própria) As abordagens dos múltiplos sistemas de memória estão tentando descrever a estrutura subjacente da memória. No entanto, essa estrutura não pode ser diretamente observada, mas somente pode ser inferida com base no desempenho da tarefa. O desempenho da tarefa, no entanto, não é estrutural, mas reflete a relação funcional entre a experiência anterior e as demandas de tarefas subsequentes. Mas isso leva a uma circularidade fundamental porque se as estruturas mentais (isto é, sistemas de memória) estão sendo inferidas através de uma análise de tarefa funcional, como essas estruturas podem então ser usadas para explicar o desempenho naquelas mesmas tarefas? (1999, p.248).

Consenso entre diversos teóricos, como Gerald Edelman, Colin Blakemore, J.Z. Young entre outros, o cérebro é a parte biológica que pensa, que conhece as coisas, que reflete, representa e argumenta. A questão, porém, é: como sabemos que cérebros têm tais atributos? Do ser humano, sabemos que pensa, têm emoções, experiências, escolhas; mas o que seria para um cérebro ter tais experiências? O que ocorre é que atribuir predicados psicológicos ao cérebro parte de uma visão confusa da causalidade e se desdobra em confusões, isso por que “não se pode investigar experimentalmente se o cérebro pensa, acredita, conjectura, raciocina, forma hipóteses etc., ou não, até sabermos no que consistirá um cérebro fazer essas operações” (BENNETT; HACKER, 2003, p. 86).

Nas palavras de Moyal-Sharock:

The brain, then, is a *mechanical* enabler, not the storehouse and codifier of our memories. Representationalism is the product of a misconstrued and mislocated causality. But as well as this *misleading* view of causality, which conflates causal conditions with causal representations, a *narrow* view of causality compounds our misconceptions of memory: we are loathe to envisage a causation that is not physiological. We therefore not only mistakenly take the brain to be recording what we see in an isomorphic trace or “engram”, we also see this trace as having an *activating* function: it acts as mediator and activator between the original event and our ability to call it to mind. So that every time someone remembered an event, besides representing it, the trace would also select, decode and activate the memory. In this mediating capacity, the trace would play, for memory, a role analogous to that attributed to the pineal gland in our interactions between mind and matter/brain ⁶¹(2009, p.5).

No §281 das PI, Wittgenstein apresenta uma observação que explicita seu entendimento da questão, podendo ser lido como contrapartida das atribuições de múltiplos sistemas e codificador das memórias ao cérebro ao afirmar que “only of a living human being and what resembles (behaves like) a living human being can one

⁶¹ (Trad. própria) O cérebro, então, é um capacitor mecânico, não o armazém e codificador de nossas memórias. O representacionismo é o produto de uma causalidade mal interpretada e mal localizada. Mas, assim como essa visão equivocada da causalidade, que confunde as condições causais com as representações causais, uma visão estreita da causalidade agrava nossas concepções equivocadas da memória: nós odiamos considerar uma causalidade que não é fisiológica. Portanto, erroneamente não apenas levamos o cérebro a registrar o que vemos em um traço isomórfico ou “engrama”, mas também vemos esse traço como tendo uma função ativadora: ele atua como mediador e ativador entre o evento original e a nossa capacidade de chamá-lo Mente. De modo que cada vez que alguém se lembra de um evento, além de representá-lo, o rastreamento também selecionaria, decodificaria e ativaria a memória. Nessa capacidade mediadora, o traço desempenharia, para a memória, um papel análogo ao atribuído à glândula pineal em nossas interações entre mente e matéria / cérebro.

say: it has sensations; it sees; is blind; hears; is deaf; is conscious or unconscious” (PI §281)⁶² e que, portanto, pode-se falar apenas de um ser humano – ou do que lhe seja semelhante – que este tenha memória.

Nesse contexto, afirmar que o cérebro lembra é atribuir a uma parte uma capacidade que “o ser humano vivo, ou do que lhe seja semelhante” possui e isto constitui uma falácia mereológica, uma vez que é atribuída a uma parte atributos que, logicamente, só se aplicam ao ser inteiro, “Memory is an *ability*, and it is an ability that beings have, not traces or brains” (MOYAL-SHARROCK, 2009, p. 6)⁶³.

Não obstante, se a ideia de inferir um evento lembrado de um traço armazenado é levada às últimas consequências, isso leva à conclusão de que o cérebro não somente é o *locus* desses traços, mas nele são atribuídas condições de compreensão desses traços como lembrança, ou então, que deveria haver a presença de um homúnculo capaz de ler esses traços e nos informar o que é lembrança, isto é, de interpretar tais traços e estabelecer suas relações com o passado e então nos fornecer dados de lembrança, mas pensar assim seria cair no que se caracteriza como *falácia do homúnculo*. Com efeito, admitir uma presença inteligente no interior seria levar a ideia de causalidade a um patamar ainda mais confuso, já que para o homúnculo ter consciência, deveria haver a consciência da consciência e assim *ad infinitum*, e isso não justifica a inferência de uma lembrança, apenas torna a questão mais confusa, levando à uma armadilha epistêmica, “seja o que for que o evento deixe para trás no organismo, isso não é lembrança” (RPPI §220).

Para os defensores de múltiplos sistemas (estruturalistas), o processo de armazenamento de traços de memória passa por, pelo menos, duas fases principais: a *aquisição* e a *consolidação* da memória. Na primeira fase, que se caracterizaria como memória de curto prazo, é possível distinguir o que chamam de memória operacional ou *memória de trabalho*; na fase seguinte, que se caracteriza como memória de longo prazo, é possível distinguir as memórias *declarativa* e *não-*

⁶² (Trad. BRUNI, C.) [...] apenas se possa dizer de um ser humano vivo, ou do que lhe seja semelhante (se comporte de modo semelhante), que ele tenha sensações; veja; seja cego; ouça; seja surdo; esteja consciente ou inconsciente, IF § 281.

⁶³ (Trad. própria) Memória é uma habilidade, e é uma habilidade que os seres têm, não traços ou cérebros.

declarativa. Para que a memória se conserve em longo prazo, seria preciso passar pela região da *memória de trabalho*. Nas palavras de Izquierdo, esse modelo de memória deveria indagar quais as informações úteis ou não para se conservar como memória de longo prazo, ou memória efetiva (IZQUIERDO, 2011, p. 29), somente depois de passar por esse sistema primário é que se constitui a memória efetiva.

No entanto, o modo como se compreende o funcionamento do processo de armazenamento desses traços nos múltiplos sistemas apresenta o problema da mereologia, primeiro pela imputação de atributos psicológicos aos processos mentais ou cerebrais (e.g., atribuir à memória a consciência de determinar quais informações são úteis ou não para ser armazenada como memória de longo prazo), segundo pela falácia do homúnculo (MOYAL-SHARROCK, 2009, p. 6), pois supor que um sistema primário de memória indaga quais e quais seriam as informações úteis, relações temporais dos traços etc. (como defendeu Izquierdo na citação anterior), seria necessário recorrer à presença do homúnculo que interpretasse essas relações experienciais na memória, o que não é possível. Estas confusões, em última instância, derivam de uma visão estreita de causalidade questionada por Wittgenstein no §§903-5. E uma visão isomórfica é incapaz de conceber uma causa senão física e em sentido preceptivo, gerando a *necessidade* de que o cérebro seja o armazém e codificador das memórias, quando a memória é uma habilidade do ser humano como um todo, sendo um cérebro um componente *correlacionado* ao processo.

2.2.3 §908 Exemplo dos “Jottings”

O §908 exemplifica de uma forma muito interessante a discussão e endossa a correlação do cérebro com a capacidade de se recordar, explicitando, por outro lado, que memórias não são traduções desses traços:

Imagine the following phenomenon. If I want someone to take note of a text that I recite to him, so that he can repeat it to me later, I have to give him paper and pencil, while I am speaking he makes lines, marks, on the paper; if he has to reproduce the text later he follows those marks with his eyes and recites the text. But I assume that what he has jotted down is not *writing*, is not connected by rules with words of the text; yet without these jottings he is unable to reproduce the text; and if anything in it is altered, if part of it is destroyed, he gets stuck in his ‘reading’ or recites the text uncertainly or

carelessly, or cannot find the words at all – This *can* be imagined! – What I called jottings would not be *rendering* of the text, not a translation, so to speak, in another symbolism. The text would not be *stored up* [niedergelegt] in the jottings. And why should it be stored up in our nervous system?? (RPPI §908; Z. §612)⁶⁴.

O que Wittgenstein está pontuando nesse parágrafo é que os “jottings”, ou “anotações”, presentes no exemplo do §908, são radicalmente diferentes de uma escrita comum, “what he has jotted down is not writing” (RPPI§908). Ele enfatiza essa diferença e prossegue afirmando que, assim como escrever, uma pessoa não consegue recordar sem a presença dos “jottings” e, por analogia, assim como o texto não estaria registrado nos “jottings”, a memória não estaria registrada em traços de memória presentes no cérebro, ainda que sem ele não fosse possível recordar.

Por outro lado, é notável que Wittgenstein esteja admitindo, com o exemplo, uma correlação causal entre os “jottings” e o que é recordado, uma vez que sem esses “jottings” não haveria, nesse caso, recordação. Contudo, ainda que se expresse uma correlação, o que não aparece é justamente uma relação isomórfica (que na nossa leitura, é o foco da crítica do filósofo), como já pontuamos a partir da leitura de Ter Hark, que pondera que há uma correlação causal que está pressuposta em Wittgenstein, o que não significa dizer que memórias sejam traduções de traços armazenados no cérebro, como bem explicita o exemplo em questão.

Nas palavras de Stern:

While memory has a linguistic form, the jottings do not; they are not strings of symbols with an articulated structure, and do not store information. On this account, the jottings and memories, like physical and intentional levels

⁶⁴ (Trad. MACHADO, R. H. P.) Imagine este fenômeno: Se quero que alguém retenha um texto que lhe estou ditando, de maneira que ele possa repeti-lo a mim mais tarde, eu tenho de dar-lhe papel e um lápis; e enquanto falo ele escreve traços e sinais sobre o papel; se tiver de reproduzir o texto mais tarde, ele vai seguir aqueles traços com os olhos e recitar o texto. Suponho, entretanto, eu suas anotações não sejam uma *escrita*, que elas não estejam conectadas às palavras do texto por meio de regras; e, no entanto ele não consegue reproduzir o texto sem essas anotações; se algo nelas é alterado, se elas são parcialmente destruídas, ele empaca na “leitura” ou profere o texto inseguro, ou vacilante, ou nem mesmo consegue encontrar as palavras. – Isto pode, sim, ser imaginado! – O que eu chamava de “anotações” não seria, então, uma *versão* do texto, não seria uma tradução, por assim dizer, num outro simbolismo. O texto não estaria registrado nas anotações. E porque ele deveria estar registrado em nosso sistema nervoso? OFPI §908.

of explanation, are only connected by the fact that we have a use for both of them (1991, p. 214)⁶⁵.

Não obstante, como Bennet e Hacker pontuam, o armazenamento, por vezes, implica retenção, mas retenção não implica armazenamento. Para eles, a memória é conhecimento retido e não armazenado. Consideram confusa a ideia de conhecimento armazenado, especialmente em uma parte específica do indivíduo (cérebro), porque não há nenhum armazenamento de memória no cérebro, em vez disso, “a capacidade de recordar vários tipos de coisas está *causalmente dependente* de diferentes áreas cerebrais e das modificações sinápticas nessas áreas” (2003, p. 177). Estar causalmente dependente do cérebro (como propomos explicitar) é diferente de tomar o cérebro como o armazém de traços e representações da experiência original.

De acordo com Bennet e Hacker: “Sendo a memória retenção do conhecimento adquirido, é uma retenção de uma aptidão exatamente na medida em que esse mesmo conhecimento é uma aptidão – mas não é o armazenamento de uma aptidão” (2003, p. 182). Em outras palavras, as reações sinápticas que ocorrem no cérebro são condições causais de retenção de uma aptidão ou habilidade, pois é possível reter uma habilidade, nunca armazená-la.

Como na analogia presente no §908 das RPPI “but I assume that what he has jotted down is not *writing*, is not connected by rules with words of the text”, não há regras⁶⁶ que sustentem a distinção de um registro neural no sistema nervoso, “no fim das contas, não poderíamos olhar para o interior de nosso próprio cérebro, nem conseguimos ler neuralês” (BENNETT & HACKER, 2003, p. 182). Os parágrafos da §903-8 da RPPI são uma proposta de explicitar justamente o quanto é confuso supor que, nas relações entre as instâncias cerebral e mental, haja uma correlação isomórfica – identidade psicofísica – e que, em casos como memória, a introspecção ou retrospecção, por exemplo, seja o que nos oferece a possibilidade de “olhar” para esses conteúdos e interpretá-los como sendo representações de nossas experiências passadas.

⁶⁵ (Trad. própria) Enquanto a memória tem uma forma linguística, os *Jottings* não; Eles não são cadeias de símbolos com uma estrutura articulada, e não armazenam informações. Por esse motivo, as anotações e memórias, como os níveis físico e intencional de explicação, só estão ligadas pelo fato de termos um uso para ambos.

⁶⁶ Essa questão voltará a ser discutida mais explicitamente no Capítulo III.

Não obstante, para acessar uma informação armazenada seria necessário, no nível semântico, o conhecimento prévio de como ler essa informação, o que é incoerente. O que se tem, porém, é a posse de uma informação em nível de correlato causal de processos neurais, sem que haja nenhum armazenamento neural:

Lembrar que *p* é possuir a informação que *p*, mas não é *armazenar* ou *conter* a informação que *p*. Armazenamos a informação que *p* se, por exemplo, escrevemos e armazenamos a inscrição num arquivo ou computador, que depois passa a contê-la (mas não possui-la). De fato, o armazenamento de informação implica a retenção mnemônica dessa informação – há muito material armazenado no nosso arquivo, agenda ou ficheiro indexado que já esquecemos há muito tempo. Mas não *podemos*, a não ser metaforicamente, armazenar informação na nossa cabeça, e a nossa cabeça, ao contrário da nossa agenda, não contém informação (BENNETT & HACKER, 2003, p. 182).

A temática discutida em torno dos §§ 903-8 apresenta uma abordagem menos usual no modo de trabalho de Wittgenstein, uma vez que direciona suas críticas mais diretamente contra teorias representacionais da mente e cérebro e com menos ênfase na linguagem como usualmente se apresentam outros exemplos relacionados à memória apresentados pelo filósofo, ainda que sua filosofia da psicologia, em última instância, se construa a partir de suas reflexões sobre a linguagem e observações do uso de nosso vocabulário psicológico. No entanto, suas observações quantos os problemas de definições de armazenagem são pano de fundo e, junto à crítica da definição ostensiva privada, direcionam a compreensão do trabalho de esclarecimento conceitual dos temas que se desdobram da ideia de traços de memória, isto é, da questão do conteúdo experiencial da lembrança.

O trabalho de observação, que tem como pano de fundo a crítica da linguagem referencialista, fica mais claro no modo como o filósofo observa as noções de memória e conteúdo. Tanto nas *Investigações Filosóficas*, quanto posteriormente nos *Últimos Escritos sobre a Filosofia da Psicologia e Observações sobre a Filosofia da Psicologia*, o filósofo apresenta uma série de reflexões sobre essa temática, como apresentado a seguir.

CAPÍTULO III

CONTEÚDO VIVENCIAL (EXPERIENCIAL)⁶⁷ E IMAGENS DE MEMÓRIA

*Ouvir ou pensar uma palavra com este ou aquele significado é uma experiência genuína? – Como isso pode ser avaliado? – O que fala contra isso? Bem, que não se pode descobrir nenhum conteúdo dessa experiência. É como se manifestássemos uma experiência, mas depois não nos pudéssemos lembrar do que essa experiência propriamente foi. Como se às vezes fosse de fato possível lembrar de uma experiência simultânea àquela que procuramos, mas o que conseguimos ver é apenas **(algo como)** um roupão e, onde deveria estar aquilo que o veste, vemos um vazio. Neste caso, ficamos inclinados a dizer: “O que você não está de jeito nenhum autorizado a fazer é procurar um outro conteúdo. O conteúdo da experiência deve ser descrito apenas por meio da expressão específica (da experiência)”. Mas isso também não é satisfatório. Pois por que sentimos, mesmo assim, que ali não há nenhum conteúdo? (OFPI §105)*

3.1 Wittgenstein sobre a noção de conteúdo experiencial da memória

Uma das questões que parece ter pressionado Wittgenstein e que está presente em uma quantidade relevante de observações do filósofo entre as *Investigações Filosóficas* e *Observações sobre a Filosofia da Psicologia* se expressa na pergunta: *seria a memória uma experiência?*⁶⁸ Essa pergunta está direcionada ao contexto das noções de memória como um processo particular de armazenamento e recuperação de traços e representações.

⁶⁷ Devo chamar todo o domínio psicológico de domínio das “vivências”? Ou seja, talvez chamar todos os verbos psicológicos de “verbos vivenciais” (“conceitos vivenciais”). Sua característica é que sua terceira pessoa é proferida com base em observações, mas não a primeira. Aquela observação é a observação do comportamento. Uma subclasse de conceitos vivenciais são os “conceitos experienciais”. “Experiências” têm duração, um curso; elas podem transcorrer de maneira uniforme ou não-uniforme. Elas têm intensidade. Elas não são caracteres de pensamentos. Uma representação é uma experiência. Uma subclasse de “experiências” são as “impressões”. Impressões têm relações espaciais e temporais umas com as outras. Há impressões mistas. Há, por exemplo, mistos de odores, cores, sons. “Emoções” são “vivências”, mas não “experiências”. (Exemplos: tristeza, alegria, pesar, deleite.) E poderíamos distinguir entre “emoções direcionadas e “emoções não-direcionadas”. A emoção tem duração; ela não tem um lugar; ela tem experiências e pensamentos característicos; ela tem uma expressão mímica característica. Pensar é falar em determinadas circunstâncias e o que mais corresponde a esse falar. Emoções colerem pensamentos (OFP I §836).

⁶⁸ Cf. RPPI §§105-119; PI §§305-8; PI II xiii, p. 206.

No §119 das RPPI, Wittgenstein levanta essa questão, e a resposta que segue já dá um direcionamento para se compreender o caminho que o filósofo apresenta para se esclarecer essa questão. Wittgenstein pondera:

Is memory an experience? *What* do I experience? And is it an experience, when the word “bank” means one thing or the other to me?

Again: *What* do I experience? – One is inclined to answer: I saw this or that before me, I imagined it.

Well, do I merely *say* it? – that is, that this word meant this to me – and did *nothing* happen? It was mere words? – Not mere words; and it can also be said that something happened, which corresponded to them – but one cannot *explain* that it wasn't mere words by saying that something corresponding to them happened. For the two expressions mean the same thing (RPPI §119)⁶⁹.

A suspeita aqui é: em que medida é necessário recorrer a um conteúdo experiencial para se explicar a lembrança? O ponto é que, ainda que não sejam “meras palavras”, o que uma lembrança significou, o filósofo põe em questão a recorrência a processos privados, objetos privados, imagens mentais etc. – através de um movimento de introspecção –, que vai conter e dispor tal significado.

No §111 das RPPI, Wittgenstein observa: “É verdade, quando digo ‘Lembranças daquele dia vieram à tona dentro de mim’, tudo parece diferente. Aqui fico inclinado a falar de um conteúdo da experiência e imagino algo como palavras e imagens vindo à tona diante de minha mente” (RPPI §111), isto é, estamos acostumados a supor que quando lembramos estamos acessando um conteúdo privado, neste caso a imagens mentais de onde vem a lembrança. E é justamente o que caracteriza um conteúdo vivencial (experiencial), sua privacidade, como é citado no §109: “E de onde se tira o conceito de ‘conteúdo’ de uma vivência? Bem, o conteúdo da vivência é o objeto privado, o dado sensível, o ‘objeto’ que capto

⁶⁹ (Trad. MACHADO, R. H. P.) A lembrança é uma experiência? O *que* eu experiencio? E é uma experiência quando a palavra “banco” significa para mim uma coisa ou outra?

De novo: O *que* eu experiencio? – O que se está inclinado a responder é: Eu vi tal e tal coisa diante de mim, imaginei-as.

Então eu apenas *digo* isso – que a palavra significou isso para mim – e *nada* aconteceu? Eram meras palavras? – Meras palavras, não. E pode-se também dizer que algo que correspondia a elas aconteceu – mas não se pode *explicar* que não eram meras palavras dizendo que se passou algo que correspondia a elas. Pois ambas as expressões significam simplesmente o mesmo (OFPI §119).

imediatamente com o olho, o ouvido (etc.) mentais. A imagem interior – Mas onde se tem necessidade desse conceito?” (WITTGENSTEIN, 2008, p. 36).

No §110 a questão continua: “Por que, quando comunico minhas lembranças subjetivas, não fico inclinado a dizer que estou descrevendo o conteúdo de minha vivência?” (RPPI §110). A pergunta pela necessidade desse conceito (conteúdo experiencial imagético), presente no §§109-10, caracteriza a objeção do filósofo em relação à observação do §111, de que ao lembrar ficamos inclinados a falar necessariamente de um conteúdo experiencial.

À primeira vista, ao se perguntar se a lembrança tem um conteúdo experiencial, e se isto pode ser confirmado por introspecção, isto pode levar a supor que, a partir de um movimento de introspecção, ao se voltar para o interior a partir de um “olho, o ouvido (etc.) mentais”, seria possível distinguir se está havendo algo internamente, se confirmaria se há um conteúdo ou se não há conteúdo nenhum. Mas, como Joachim Schulte chama a atenção, essa ideia não ajuda a entender a reivindicação de Wittgenstein aqui, isto é:

First, ‘looking’ by means of introspection will at most permit individual, and hence no general, statements about the absence of a certain content; and, secondly, it will give no information about the meaning of the word ‘remember’. There is no systematic relation between the meaning the meaning of that word and introspection; consequently such a relation will always be an accidental one. Nor it is by any means clear *where* one might look for a possible content and what might be the possible ‘container’ whose emptiness could confirm the thesis of the absence of a content. But it is not only the whereabouts of a possible content which puzzles us, but also the nature of the content itself (2003, p.103)⁷⁰.

A introspecção não dá conta, como proposto na observação acima, de fornecer uma explicação que responda a questão. Em última instância, a pergunta de Wittgenstein não é sobre a presença ou ausência de um conteúdo⁷¹, no percurso

⁷⁰ (Trad. Própria) Em primeiro lugar, “olhar” por meio da introspecção permitirá, no máximo, declarações individuais e, portanto, não gerais sobre a ausência de certo conteúdo; E, em segundo lugar, não dará qualquer informação sobre o significado da palavra “lembrar”. Não existe uma relação sistemática entre o sentido do significado dessa palavra e a introspecção; Conseqüentemente, tal relação será sempre acidental. Nem é de forma alguma claro onde se poderia procurar um possível conteúdo e o que poderia ser o possível “recipiente” que se estivesse vazio poderia confirmar a tese da ausência de um conteúdo. Mas não é apenas o paradeiro de um possível conteúdo que nos intriga, mas também a natureza do conteúdo em si.

⁷¹ Voltaremos a falar sobre isso nos tópicos seguintes que desdobram a questão na problemática das imagens e sentimentos característicos como parte de um conteúdo experiencial.

desse estudo vimos que não há negação de processos mentais quando o filósofo observa o conceito de memória⁷². A pergunta é exatamente o que está proposto no §109 RPPI, sobre qual a *necessidade* desse conceito. Que uso damos a isto quando lembramos.

A suspeita levantada por Wittgenstein – e que configura suas objeções quanto à necessidade de se recorrer a um conteúdo experiencial – carrega no núcleo de sua argumentação as objeções quanto à ideia de memória como armazenamento de traços e representações (capítulo II) e a rejeição a um referencialismo ou definição ostensiva privada, debatidos no percurso do argumento da linguagem privada (Capítulo I).

As observações quanto à noção de conteúdo experiencial da memória se desdobram em críticas quanto à ideia de imagens de memória e sentimentos característicos que acompanhariam essas imagens, possibilitando reconhecimento de que se trataria da representação de um evento passado. Os conceitos de imagem de memória e sentimentos estão atrelados à noção de conteúdo experiencial da memória. Nesse sentido, os apontamentos do filósofo constituem uma crítica geral à ideia de que imagens mentais são parte de um conteúdo experiencial que é interpretado a partir de sentimentos característicos.

3.1.1 Imagens de memória

Ainda que, de forma geral, a crítica de Wittgenstein esteja direcionada para o conceito de imagens de memória, como pontua Schulte, não é realmente clara a dimensão da crítica (2003, p. 97), sobretudo se lida sem tomar a ênfase dos parágrafos em que o filósofo pondera suas observações quanto à crítica. Uma leitura sem essa ênfase pode levar a interpretações que atribuem uma rejeição mais radical da ideia de conteúdo imagético da memória, em outras palavras, de que o filósofo supõe que não há de fato processos físicos ou mentais, como conteúdos e imagens ocorrendo e que estejam correlacionados com a lembrança. Nesse sentido, no capítulo anterior, quanto à discussão de memória como armazenamento, já chegamos à conclusão de que não é isto que Wittgenstein está fazendo, quando

⁷² Cf. PI §§306-8; RPPI §220.

discutimos mais diretamente a dimensão estrutural das definições de memória. Nos termos de Moyal-Sharrock:

What Wittgenstein is, in fact, rejecting is the representational theory of mind, which stipulates that we need to have *representations* in the brain in order to remember, think etc. To think it can be possible 'to read off thought-processes from brain processes' (RPP I, 903) is to conflate brain reading with mind reading, and retention with physical storage (2009, p. 4)⁷³.

O filósofo é um crítico do representacionismo. Na medida em que reconhece que o vocabulário que utilizamos quando falamos de memória, joga com uma série de usos que não necessariamente remetem a busca de um processo mental específico. Suas observações quanto à ideia de armazenamento já nos direcionam, em parte, às críticas levantadas sobre a questão da memória no nível de reconhecimento dessas representações ou, ainda, da noção de imagens mentais como conteúdo da memória. Em última instância, suas críticas não estão separadas e compõem uma reflexão geral sobre o tema, as críticas à noção de memória como armazenamento se desdobram também nas objeções da noção de imagens de memória e sentimentos específicos que aparecem nas definições tradicionais para explicar a passagem do físico (cérebro) ao psicológico (memória).

A dimensão da crítica a um conteúdo representacional da memória é, nesse sentido, mais moderada. De modo que, para pensar essa dimensão crítica das observações de Wittgenstein para esta temática, seguimos as leituras de Danièle Moyal-Sharrock, Joachim Schulte, John Sutton⁷⁴ etc., que dão ênfase a parágrafos tanto das *Investigações Filosóficas* quanto das *Observações sobre a Filosofia da Psicologia*, que demonstram que a disputa aqui não é sobre a existência ou não de imagens ou processos mentais⁷⁵, mas sobre a necessidade dessas imagens ou processos quando falamos sobre memória. Em outras palavras, seguindo essas leituras, o que está sendo pontuado é que não é necessário sempre apelar para imagens mentais a cada vez que se expressa uma lembrança.

⁷³ (Trad. própria) O que Wittgenstein está, de fato, rejeitando é a teoria representacional da mente, que estipula que precisamos ter representações no cérebro para lembrar, pensar etc. Pensar que pode ser possível 'ler processos de pensamento a partir de processos cerebrais' (RPPI §903) é confundir a leitura cerebral com a leitura da mental.

⁷⁴ Cf. D. Moyal Sharrock. Wittgenstein and the memory debate, pp; J. Shult. Memory In Experience and Expression: Wittgenstein's Philosophy of psychology, pp.95-119; J. Sutton. Wittgenstein, memory, and neurophilosophy.

⁷⁵ Cf. §§306-8 IF; §§109-10 RPPI.

Contudo, seguindo a leitura de Schulte, observamos que Wittgenstein, além de explicitar a contingência dessas imagens mentais, ainda aponta que é possível descrever uma experiência passada de memória sem que seja necessária nenhuma imagem interior (privada) acompanhando essa lembrança, isto é, que tal descrição faz sentido sem que seja necessário o acompanhamento de nenhuma imagem mental (2003, p.98), e, ainda assim, o que ocorre é que falamos de lembrança.

No §144 das RPPII, Wittgenstein escreveu:

Couldn't there be people who could describe a person's features in minute detail from memory, who even say that they now suddenly know what he looks like – but who would emphatically deny, when they were asked, that at that moment they in anyway 'saw' the person 'before them' (or anything like that)? People who would find the expression "I see him before me" *totally inappropriate*?

This seems to me to be a very important question. Or even: the important question is whether this question makes sense. – What reason do I have, after all, to believe that this is not the case for all of us? Or, how can I decide the question whether someone else (I'm excluding myself for the time being) is really 'forming a visual image' of somebody, or is merely able to describe him in visual forms (to draw him etc.) – plus the fact that he is familiar with an 'illumination', if I might phrase it this way, or state of illumination similar to "Now I know". ((Genuine duration.)) (RPPII §144)⁷⁶.

O que se explicita, aqui, é que imagens mentais não são necessárias no processo de recordação e, portanto, é certo afirmar que há casos de recordação que podem ocorrer sem que haja a presença de nenhuma imagem. Porém, como Ian O'Loughlin bem pontuou, "as predominantly visual and intellectual creatures, we tend to automatically attend to those examples, not just of memory but of many cognitive

⁷⁶ (Trad. MACHADO, R. H. P.) Não poderia haver pessoas que conseguissem descrever de memória os traços de um homem de maneira extremamente precisa, pessoas que também dissessem que de repente sabiam, agora, qual é a aparência dele – , mas que invariavelmente respondessem com uma negativa à pergunta sobre se elas, em um sentido qualquer, "estavam vendo" o homem "diante delas" (ou algo do tipo) naquele instante? Ou seja, pessoas às quais a expressão "eu o vejo diante de mim" **parece totalmente inadequada**? Esta me parece ser uma questão muito importante. Ou ainda: a questão importante é se essa questão faz sentido. – Pois que tipo de razão tenho eu para acreditar que isso não é o caso para todos nós? Ou como posso decidir a questão sobre se o outro (estou excluindo-me por enquanto) está realmente "imaginando visualmente" alguém ou apenas é capaz de descrevê-lo visualmente (de desenhá-lo etc.)? – E ainda por cima há o fato de que ele, se é que posso colocar desta maneira, está familiarizado com algo como uma "iluminação" ou um estado de iluminação semelhante ao "Agora eu sei" (OFPII §144).

capacities, which neatly conform to a visual-intellectual framework.” (2014, p. 137-8)⁷⁷.

Além do mais, como O’Loughlin propõe, ainda que a suposição de que imagens mentais sejam necessárias para a recordação tenha sido amplamente aceita pelos pesquisadores da memória, nem todas as instâncias de recordação necessitam envolver imagens mentais:

Of the three major memory systems—procedural, semantic, and episodic—two do not even *usually* involve images. Procedural memory is expressed in the successful performance of activities that require learned skill, and usually has nothing to do with imagery. Semantic memory—the ability to remember learned facts—may involve imagery in some cases, but often involves the recollection of non-visual facts that are not suited to any relevant images. Even episodic memory is not always taken to require experienced images, even though it is unanimously admitted that it *may* involve such images (2014, 138).⁷⁸

Conhecemos imagens de memória a partir de nossas experiências cotidianas, na prática o que vemos é o uso de um vocabulário psicológico que expresse uma lembrança mesmo antes de acessar a um “olho mental”, e jogamos com esses usos cotidianamente, de modo que nosso interlocutor compreenda em determinado contexto que estamos falando de uma lembrança. A questão, aqui, é justamente qual o papel que essas imagens desempenham quando falamos de memória (IF §306; SCHULTE, 2003, p. 97) e qual a necessidade dessas imagens para que falemos em memória (RRPI §109-10).

Quando, em certo contexto, falamos de uma lembrança, a noção de imagens não desempenha um papel fundamental (SCHULTE, 2003, p. 98). As várias situações cotidianas em que alguém lembra ou fala sobre lembranças apresentam uma variedade de usos que estão mais relacionados às circunstâncias em que se está lembrando, de forma muito mais fluida do que a ideia de um processo

⁷⁷ (Trad. própria) Como criaturas predominantemente visuais e intelectuais, tendemos a tratar automaticamente a esses exemplos, não apenas de memória, mas de muitas capacidades cognitivas, que se adéquam perfeitamente a uma estrutura visual-intelectual.

⁷⁸ (Trad. própria) Dos três principais sistemas de memória - procedurais, semânticos e episódicos - dois nem sempre envolvem imagens. Memória processual é expressa no desempenho bem sucedido de atividades que requerem habilidade aprendida, e geralmente não tem nada a ver com imagens. A memória semântica - a capacidade de lembrar fatos aprendidos - pode envolver imagens em alguns casos, mas muitas vezes envolve a lembrança de fatos não-visuais que não são adequados a nenhuma imagem relevante. Mesmo a memória episódica nem sempre é levada a exigir imagens experienciadas, mesmo que seja unanimemente admitido que possa envolver tais imagens.

específico, ou sistemas isolados de armazenamento (cujos traços armazenadas seriam como que entidades congeladas em representações mentais ou neurais) podem nos oferecer.

Conceber que imagens possam acompanhar uma lembrança não implica na necessidade de que a memória tenha um conteúdo imagético, nem mesmo que seja necessário deduzir a lembrança de uma imagem (RPPI §220). É confuso, justamente, pela falta de critérios que justifiquem essa dedução. Uma definição privada não dá conta de esclarecer um conceito psicológico, não é possível sequer definir. Uma linguagem que se propõe a esse tipo de definição traz consigo os problemas explicitados através do argumento da linguagem privada (Capítulo I). Além disso, nos termos de Wittgenstein:

What can be adduced against the expressions ‘specific psychological phenomenon’ or ‘irreducible phenomenon’? They are misleading: but what is their source? One wants to say: “If someone is unacquainted with the sweet, bitter, red, green, notes and colours, one cannot make the meaning of these words intelligible to him.” On the other hand, if someone hasn’t yet eaten a sour apple, what is meant can be explained to him. For red is *this*, and bitter *this* and pain *this*. And if one says that, one must now actually exhibit what these words mean; that is, one must point to something red; taste, or make the other taste, something bitter; give oneself or the other pain etc. Not think that one can privately point to pain within oneself. But how in that case will one exhibit what “imagining”, “remembering”, “intending”, “believing” mean? The expression “specific psychological phenomenon” corresponds to that of the private ostensive definition (RPPI §200).⁷⁹

E ainda:

The *content* of experience. One would like to say ‘I see red *thus*’, ‘I hear the note that you strike *thus*’, ‘I feel pleasure *thus*’, ‘I feel sorrow *thus*’, or even ‘*This* is what feels when one is sad, *this*, when one is glad’ etc. One would like to people a world, analogous to the physical one, with these *thus*es and *this*es. But this makes sense only where there is a picture of *what is*

⁷⁹ (Trad. MACHADO, R. H. P.) O que se pode aduzir contra a expressão “Fenômeno psicológico específico” ou “Fenômeno irreduzível”? Elas são enganadoras; mas de onde elas são tiradas? Vai-se dizer: “Se alguém não conhece o doce, o amargo, o vermelho, o verde, notas musicais e dores, não dá para fazê-lo compreender o que estas palavras significam”. Por outro lado, é possível explicar a quem nunca comeu uma maçã azeda o que isso quer dizer. Vermelho é justamente *isto*, azedo *isto*, e dor *isto*. mas, quando se diz isso, é preciso que realmente se exhiba o que essas palavras querem dizer. Ou seja, é preciso mostrar algo vermelho, provar ou fazer provar algo amargo, infringir dores a si mesmo ou ao outro etc., **e não pensar que se pode, de maneira privada, apontar para a dor dentro de si** [grifo do tradutor]. Assim sendo, porém, como se vai exhibir o que quer dizer “imaginar”, “lembrar-se”, “pretender”, “acreditar”? Ora, a expressão “fenômeno psicológico específico” corresponde àquela da definição ostensiva privada, OFPI §200.

experienced, to which one can point as one makes these statements (RPPI §896)⁸⁰

E, mesmo que se proponha a possibilidade da determinação de uma vivência interna específica obtida por uma verificação minuciosa, esse modo de determinação (verificação minuciosa) cai em uma armadilha epistêmica, pois, como não é possível traçar um critério de correção de uso privado, impossibilita-se a indicação de uma vivência específica para um conceito psicológico, uma vez que (pela exigência da verificação), para cada indicação de vivência específica, será exigido algo de mais essencial, mais específico, num processo indefinido. Um conteúdo vivencial não é suficiente para ser tomado como critério de determinação de estados internos do sujeito, visto que as vivências, em última instância, não são objetos que se descrevam através de uma definição ostensiva privada, ao se fazer isso, se cai na exigência de algo mais profundo que não é possível ser determinado.

É, ainda, confuso o modo como se estabelece a noção de imagem mental, porque, em geral, são atribuídas a essas imagens possibilidades de aplicação que não se ajustam ao conceito. Isto é:

Ao reconhecer uma pessoa, eu digo: “Agora eu vejo – são os mesmo traços, apenas...” – e segue-se uma descrição das alterações presentes de fato. – imagine que eu dissesse “O rosto está mais redondo do que era” – devo dizer que é uma peculiaridade da imagem visual, da impressão visual, que me mostra isso? Não há dúvida de que vão dizer: “Não; aqui confluem uma imagem visual e uma lembrança”. Mas como elas confluem? É verdade – é como se aqui duas imagens fossem comparadas; e se houvesse, ainda assim seria preciso reconhecer uma delas como a imagem do rosto passado (RPPI §1041).

Em um contexto público, é possível comparar certas imagens, isto é, a imagem de uma fotografia ou pintura com a paisagem original, uma fotografia com outra, um desenho com uma fotografia, mas quando se trata de uma imagem visual com uma memória, como se daria essa comparação? Ou ainda: o que faz com que minha imagem dele seja uma imagem dele? (LWI 308).

⁸⁰ (Trad. MACHADO, R. H. P.) O *conteúdo* das vivências. Gostaríamos de dizer “Vejo o vermelho *assim*”. “Ouço *assim* a nota que você toca”, “Sinto o prazer *assim*”, “Sinto a tristeza *assim*” etc. Gostaríamos de povoar um mundo, análogo ao físico, com estes *assims* e *istos*. Mas isso apenas faz sentido onde há uma imagem do *vivido* para a qual se pode apontar quando dessas **declarações** [grifo do tradutor], RPPI §896.

3.1.2 Sentimentos característicos

Com as definições de memória a partir de imagens e representações, vimos que um evento lembrado partiria da recuperação dessas representações na mente ou cérebro. Contudo, por si só, as representações não são suficientes para estabelecer que o que está representado é o conteúdo de uma lembrança, isto é, que é a representação de um evento passado.

O problema que surge já de início em modelos de memória como representação é que a representação por si só aparece sempre em tempo presente, ao contemplar um conteúdo interno através de um “olho mental” só haveria espaço para se contemplar o que está acontecendo no momento. Nos termos de Schulte, “here there is never more than one image at a time, and even though this image may be immensely complex and involved, it will never by itself indicate whether or not it is an image or something in past”(2003, p. 95)⁸¹.

A pergunta que segue é: como sei que uma representação fornece o conteúdo de uma experiência passada?⁸²

De acordo com Wittgenstein, é confuso pensar a memória a partir de um processo específico (ainda que processos não estejam sendo negados) justamente porque por si só não se sustentam as possibilidades de aplicação do conceito de memória em seus diversos contextos. No §663 das PI o narrador observa:

If I say “I meant *him*”, a picture might come to my mind, perhaps of how I looked at him, and so forth; but the picture is only like an illustration to a

⁸¹ (Trad. própria) Aqui nunca há mais de uma imagem por vez, e mesmo que esta imagem possa ser imensamente complexa e envolvida, ela nunca indicará por si só se isto é ou não uma imagem ou algo no passado.

⁸² Um dos problemas do processo de compreensão de um traço ou representação como lembrança, já foi previamente apresentado no percurso do Capítulo II dessa pesquisa, com o que chamamos de Falácia do homúnculo (p.?) que surge ao se refletir o contexto de atribuições psicológicas ao cérebro nas definições tradicionais de funcionamento da memória. O argumento que explicita a falácia do homúnculo é um *reductio ad absurdum* e explicita o quão é confusa a explicação desse modelo de definição da memória num contexto mereológico. Não obstante, neste tópico são apresentadas algumas soluções encontradas para resolver o problema da compreensão de que tal e tal representação é cópia de uma experiência passada, no processo de reconhecimento de uma imagem mental como conteúdo de uma recordação, bem as observações de Wittgenstein quanto à temática.

story. From it alone, it would mostly be impossible to infer anything at all; only when one knows the story, does one know what the picture is for.⁸³

A resposta clássica dada a essa questão, para manter o modelo de memória definido a partir de representações armazenadas, é que devem haver *sentimentos característicos* que acompanham a representação e que nos dariam a consciência de que se trata de uma memória. Haveria, assim, um reconhecimento da imagem como a imagem de algo que passou.

Alguns dos apontamentos de Russell e James têm uma direção similar nesse aspecto, isto é, ambos apontam para a existência de sentimentos característicos que distinguem a memória. Por um lado, James supôs um *sentimento geral de direção ao tempo passado*, por outro, Russell apelou para dois tipos de sentimentos, que seriam um *sentimento de passado* e um *sentimento de familiaridade* no reconhecimento da imagem recuperada como sendo lembrança.

James⁸⁴ entendia que a memória seria impressa organicamente e nutrida na consciência pelo hábito. Além disso, “aponta para o fato de que um estado de consciência muito intenso pode ser reproduzido a qualquer tempo futuro em resposta à sugestão correta que o excita; isto indica que, ao ocorrerem, estes estados deixam uma impressão orgânica no cérebro” (ARAKI, 2009, p.29). Assim, quando é “decorado”, um evento deixaria um traço, uma cicatriz, que, mesmo que conscientemente seja esquecido, pode durar no sujeito por toda a vida, seria, aqui, um tipo de engrama. Da noção de memória em James, dizemos que “o hábito esculpe a memória no cérebro” (ARAKI, 2009, p.29).

James apresentou, ainda, distinções na memória, as quais chamou de memória primária e memória secundária⁸⁵, sendo esta última a que considerou como memória propriamente dita. A memória primária seria aquela que diz respeito a uma percepção da experiência num sentido mais fisiológico, mais intuído, seria a imagem-lembrança que registra os eventos ocorridos na vida cotidiana, mas não representa a recordação propriamente dita. A memória secundária, por sua vez, se

⁸³ (Trad. BRUNI, C.) – Quando digo “eu o tinha em mente”, uma imagem pode pairar no meu espírito, por exemplo, como o vi etc.; mas a imagem é apenas como uma ilustração de uma história. Dela sozinha quase sempre nada se poderia concluir; apenas quando se conhece a história, sabe-se o que a imagem representa.

⁸⁴ Cf. W. James, *The Principles of Psychology*, Cap XVI.

⁸⁵ Essas distinções foram incorporadas em concepções de múltiplos sistemas.

estabeleceria como uma consciência do passado e, pelo hábito, seria possível estar ciente de que o processo de recordar é uma recomposição de uma experiência passada.

A memória primária não seria mais que uma representação das ocorrências, funcionando sempre como uma pós-imagem do ocorrido, porém “... It vanishes, if not caught by attention, in the course of a few seconds. Even when the original impression is attended to, the liveliness of its image in memory fades fast” (JAMES, 2014, p. 424)⁸⁶, isto implica a necessidade de tempo e o hábito para que a recordação se desenvolva, e seriam o tempo e hábito que possibilitariam a memória secundária, ou memória propriamente dita. Desse modo:

Memory proper, or secondary memory as it might be styled, is the knowledge of a former state of mind after it has already once dropped from consciousness; or rather it is the knowledge of an event, or fact, of which meantime we have not been thinking, with the additional consciousness that we have thought or experienced it before (JAMES, 2014, p. 425)⁸⁷.

Nesse contexto, o que permitiria a consciência de que se está recordando seria um *sentimento geral de direção ao tempo passado*, que seria tido pelo sujeito como parte de sua experiência e trazido até o tempo presente e um sentimento imaginado como que pertencente ao tempo passado, constituindo os elementos da manifestação dessa memória propriamente dita. Assim:

A general feeling of the past direction in time, then, a particular date conceived as lying along that direction, and defined by its name or phenomenal contents, an event imagined as located therein, and owned as part of my experience, -- such are the elements of every act of memory” (JAMES, 1890, p. 426)⁸⁸.

Isso só seria possível na memória secundária, pois não se distingue só em grau de profundidade da memória primária, mas quanto à sua natureza: enquanto a

⁸⁶ (Trad. própria) (...) ela desaparece, se não for capturada pela atenção, no decorrer de alguns segundos. Mesmo quando a impressão original é atendida, a vivacidade da sua imagem na memória desaparece rapidamente.

⁸⁷ (Trad. própria) Memória propriamente dita, ou memória secundária como pode ser denominada, é o conhecimento de um estado de espírito anterior depois que este já soltou da consciência, ou melhor, é o conhecimento de um evento, ou fato, que, entretanto não tenha sido pensado, com a consciência suplementar de que devemos ter pensado ou experimentado antes.

⁸⁸ (Trad. própria) Um sentimento geral de direção ao tempo passado, então, um período particular concebido como estando junto dessa direção, e definido por seu nome ou conteúdo fenomênico, um evento imaginado como nela localizados e possuídos como parte integrante de minha experiência, - são os elementos de cada ato de memória.

primária só representaria como pós-imagem, a secundária não só representaria, mas, construída a partir do hábito numa ordem rigorosa e esforço sistemático, possibilitaria a consciência do passado em tempo presente, sendo, justamente, o sentimento característico o que estabeleceria a qualidade de realidade que constituiria uma lembrança, isto é, que sem o qual não seria possível distinguir entre uma memória real e a imaginação de algo passado.

Não obstante, as observações de Russell⁸⁹ quanto à memória apresentam uma direção semelhante quando se trata de distinguir a memória de outros tipos de conceitos psicológicos. Ao abordar as características para a sua compreensão do conceito e, ainda, como seria possível diferenciar a memória da imaginação, uma vez que ao considerar o conteúdo da memória como imagético, não diferiria do da imaginação quanto às imagens, por exemplo. Desse modo, para se ter o discernimento de que se está recordando, Russell também propôs a existência de sentimentos característicos que acompanhariam tais imagens de memória na mente.

Russell supôs que compreendemos o ato de recordar, pois temos como característica para distinguir as imagens de memória, por um lado, um *sentimento de passado*, por outro, um *sentimento de familiaridade* que acompanharia esses traços na lembrança. Neste sentido, a memória se estabeleceria na relação entre o sujeito em tempo presente com os traços de vivência recordados acompanhados de um sentimento característico.

A memória, então, se distinguiria por ser acompanhada de um sentimento de crença no passado. E é pela existência desses sentimentos que Russell diferencia a memória de outros conteúdos da consciência. No caso da imaginação, ainda que, no conteúdo imagético, não haja diferenças qualitativas, não há na imaginação nenhum sentimento de que algo ocorreu no passado, como afirmado na seguinte passagem:

Memory-images and imagination-images do not differ in their intrinsic qualities, so far as we can discover. They differ by the fact that the images that constitute memories, unlike those that constitute imagination, are accompanied by a feeling of belief which may be expressed in the words "this happened." The mere occurrence of images, without this feeling of

⁸⁹ Cf. B. Russell, *Analysis of Mind*, [s.n.]. 2001, cap. IX.

belief, constitutes imagination; it is the element of belief that is the distinctive thing in memory (RUSSELL, 2001, p. 123).⁹⁰

Russell apela, por um lado, para a noção de sentimentos de passado, em que estes estariam conectados, pode se dizer, ao nível de intensidade das representações. Em outras palavras, esse tipo de sentimento mostraria o enfraquecimento das imagens de memória, trazendo a consciência de que se trataria da representação de um evento passado; por outro lado, à noção de sentimentos de familiaridade, em que o sentimento possibilitaria uma inclinação a reconhecer um conteúdo que nos surgisse como lembrança, de fato como lembrança.

Seguindo Wittgenstein na questão do conteúdo da memória, o que se explicita é que a proposta do filósofo não se limita a negação da possibilidade de conteúdos vivenciais (experenciais), como algumas leituras mais extremas propuseram, mas, para o filósofo, as noções que demandam de conteúdos, representações etc., não expressam o alcance de um conceito psicológico como memória. Na argumentação proposta no ponto 3.1, chegamos à conclusão de que não há uma conexão essencial entre memória e conteúdo, isto é, ainda que um conteúdo que temos em mente coincida com o que lembramos, isso não significa que seja um componente necessário da memória (SCHULTE, 2003, p.106). Contudo, a noção de conteúdo vivencial (experencial) se sustenta não apenas em imagens mentais, mas também em sentimentos característicos.

Suas observações sobre a noção de *sentimentos* não estão separadas das observações sobre a noção de *conteúdo imagético*, uma vez que as imagens seriam parte de um conteúdo que é interpretado através de um sentimento como sendo memória numa visão representacionista. Os parágrafos das RRPI que apresentam a noção de conteúdo vivencial (experencial), §§105-29, tratam, por um lado, da noção de imagens, por outro, da noção de sentimentos característicos para a interpretação dessas imagens como sendo lembranças. E, nesse contexto, se adianta que a veia

⁹⁰ (Trad. própria) Imagens de memória e imagens de imaginação não diferem em suas qualidades intrínsecas, até onde podemos saber. Elas diferem pelo fato de que as imagens que constituem memórias, ao contrário daquelas que constituem a imaginação, são acompanhadas por um sentimento de crença que pode ser expresso nas palavras "isto aconteceu." A mera ocorrência de imagens, sem este sentimento de crença, constitui a imaginação; o elemento da crença é o algo distinto na memória.

da crítica para a noção de sentimentos é a mesma da noção de imagens de memória. Isto é, assim como em relação às imagens, não há uma negação da noção de sentimento, mas o que se explicita é que não há uma relação *necessária* entre esses sentimentos e a lembrança.

As questões levantadas por Wittgenstein quanto à necessidade de sentimentos característicos da memória podem ser interpretadas, em parte, como resposta às noções de sentimentos estabelecidas por James e Russell em suas respectivas distinções do conceito de memória. Ainda que não haja um ataque direto a essas definições ou a negação da existência desses sentimentos, o que se explicita são as restrições que permeiam essas definições.

Quanto à noção de *sentimento de passado* ou de *direção ao tempo passado*, o que Wittgenstein adverte é que não são sentimentos estritamente associados à ocorrência de imagens de memória. Na leitura de Schulte para falar sobre um sentimento de passado, Wittgenstein fala de um sentimento de “há muito, muito tempo” (RPPI 114; LW 840; PI ii XIII) que pode acompanhar a recordação, mas também ocorrer fora de um contexto de lembrança:

This kind of feeling of pastness is not essentially connected with remembering, for just as it may occur without there being any remembering, so there will be many memory statements which are not accompanied by such a feeling. Indeed, it would be quite absurd to think is a statement like ‘Today I shaved before breakfast’ as associated with the feeling of ‘long, long ago’ or a similar sensation. The point which is decisive for Wittgenstein is that this feeling is embedded in a context of gestures and linguistic phrases which makes it possible to talk about the feeling in a way that others can understand (SHULTE, 2003, p.106-7)⁹¹.

Falar de sentimentos característicos da memória só faz sentido em certos contextos, em outros contextos não faz. Ainda que a ocorrência de sentimentos, por vezes, acompanhe uma recordação, não faz sentido dizer que são esses sentimentos que nos mostram que o que ocorreu foi uma lembrança, porque nos

⁹¹ (Trad. própria) Este tipo de sentimento de passado não está essencialmente conectado com a lembrança, pois assim como pode ocorrer sem que haja qualquer lembrança, então haverá muitas afirmações de memória que não são acompanhadas por tal sentimento. Na verdade, seria bastante absurdo pensar em uma afirmação como "Hoje eu me barbeei antes do café da manhã" como associado com a sensação de "há muito, muito tempo" ou uma sensação semelhante. O ponto que é decisivo para Wittgenstein é que este sentimento está inserido num contexto de gestos e frases linguísticas que torna possível falar sobre o sentimento de uma maneira que os outros possam entender.

diversos contextos em que se expressa uma lembrança nem sempre faz sentido falar de um sentimento, como no caso do exemplo acima, de “long, long ago”. Mas em outros contextos faz sentido, por exemplo, o sentimento de que um evento ocorrido em um passado distante pertence a outro mundo. Nesse caso, alguém poderia dizer “agora eu sei como é sentir que algo aconteceu há muito, muito tempo” (JOHNSTON, 1993, p. 150). Nesse sentido, “we might actually speak of a feeling ‘long, long ago’ and these words are an expression of the feeling; but not these: ‘I remember that I often met him’. [Cf. PI p.231c.]” (RPPI §114)⁹².

Há, ainda, uma diferenciação na aplicação das noções de sentimento de passado e familiaridade. Isto porque, enquanto o sentimento de ‘há muito, muito tempo’ pode ser distinguido em um número considerável de contextos, gestos, entonações etc., o sentimento de familiaridade não é tão simples de distinguir ou associar a certas formas de expressão (SHULTE, 2003, p. 107).

A aplicação da noção de sentimento de familiaridade se mostra confusa e, quando se trata de uma lembrança, sobretudo de algo que se tem uma boa memória, é um termo que se mostra inapropriado, como Wittgenstein propõe:

When I see someone I know well, his is a well-known face; it is far more intimately known to me, than when it merely ‘strikes me as familiar’. But wherein consists this familiar knowledge? Have I the feeling of familiar knowledge the whole time when I am seeing him? And why does one not want to say that? One would like to say: “I have no special feeling of familiar knowledge, no feeling that corresponds to my familiarity with him.” When I say that I know him extremely well, that I have seen him and talked with him countless times, that isn’t meant to describe a *feeling*. And what shows that this does not describe a feeling? – If, say, someone were to assert that he had such a feeling the whole time he was seeing some intimately known object - or if he says he *believes* he has such a feeling, - should I say I don’t believe him? – Or should I say I don’t know what sort of feeling that is? (RPPI §120)⁹³.

⁹² (Trad. MACHADO, R. H. P.) Realmente poderíamos falar de uma sensação de ‘há muito, muito tempo!’, e estas palavras são a expressão da sensação, ao passo que estas, não: ‘lembro-me de que topava com ele frequentemente’”(OFPI §114).

⁹³ (Trad. MACHADO, R. H. P.) Quando vejo um velho conhecido, seu rosto me é bem conhecido; seu rosto me é muito mais familiar do que quando apenas me “parece conhecido”. Mas em que consiste essa grande familiaridade? Tenho eu, durante todo o tempo em que o vejo, uma sensação de grande familiaridade? E por que não se quer dizer isso? Gostaríamos de dizer: “Não tenho nenhuma sensação particular de familiaridade, nenhuma sensação que corresponda a minha familiaridade com ele”. Quando digo que o conheço extremamente bem, já que o vi inúmeras vezes e conversei com ele, não é preciso que isso descreva *sensação* nenhuma. E o que mostra que isso não

O que o filósofo está alertando é que seria enganador dizer que houve um sentimento de familiaridade, sobretudo, quando se trata de algo ou alguém que não lhe é estranho, mas que foi visto inúmeras vezes.

O parágrafo segue com a seguinte afirmação:

I see someone I know well, and someone asks me whether his face strikes me as familiar. I shall say: no. I shall say that the face is that of a human being I have seen thousands of times. "And do you not have the experience of familiarity – When you do have it with a face you hardly know?!" (RPPI §120)⁹⁴.

Wittgenstein responde à essa questão com outra pergunta "How does it come out that I am not expressing a feeling, when I say: Of course his face is familiar to me, it is as familiar as can be? (RPPI §120) ⁹⁵. Isto porque, como aponta o filósofo, não faz sentido falar em um sentimento de familiaridade em casos particulares de recordação que expressam a lembrança de algo ou alguém muito conhecido.

Na leitura apresentada por Glock, há ainda, nas noções de sentimentos característicos – quando se trata do reconhecimento do conteúdo de uma lembrança –, uma problemática que surge quando da interpretação do conteúdo é preciso confirmar que a imagem é representação de algo passado, é uma imagem de memória. Pois, primeiro seria preciso o reconhecimento desse sentimento, isto é, recordá-lo, e segundo, seria preciso associar esse sentimento ao passado que pressuporia aqui a memória como critério de passado. O problema é que para se basear nesse tipo de sentimento para explicar uma imagem como sendo memória seria preciso recorrer à própria memória como critério para a definição dela mesma (GLOCK, 1998, p. 246), levando a uma circularidade no processo, uma armadilha epistêmica.

descreve uma sensação? – se, por exemplo, alguém afirmasse sobre *si mesmo* que, enquanto esta vendo um objeto bastante familiar tem aquela sensação durante todo o tempo – ou se ele diz que acredita que tem aquela sensação – devo simplesmente dizer que eu não acreditaria nele? – ou devo dizer que não sei que tipo de sensação é essa? (OFPI §120).

⁹⁴ (Trad. MACHADO, R. H. P.) Vejo um conhecido e alguém me pergunta se o rosto dele me parece conhecido. Eu vou dizer não. O rosto é de um homem que vi milhares de vezes. "Então não tem aí a vivência do ser-conhecido [Bekanntheit] – vivência que você tem até mesmo frente a um rosto que mal conhece?! (RPPI §120).

⁹⁵ (Trad. MACHADO, R. H. P.) Como se revela que não explico nenhuma sensação quando digo: é claro que o rosto me é conhecido, ele é tão bem conhecido quanto possível?"(OFPI §120).

Associar a lembrança a sentimentos que a distinguem é equivocado na medida em que não há uma conexão necessária para a ocorrência da memória. O alcance do conceito de memória nos vários contextos em que é expresso explicita o quanto está fora de lugar trazer os sentimentos como necessários ao reconhecimento da lembrança, pelo contrário, sua aplicação é restrita. Nos termos de Schulte:

Many memory statements are made without any characteristic expression; some are made with an expression of the feeling 'long, long ago'; other ones with an expression of anger, bliss, or yearning. None of these feelings is constitutive of remembering, and each of them may occur without memories. There is no such thing as a characteristic expression of an alleged feeling of memory, and hence there is no basis for speaking of an identifiable, isolable feeling of memory ⁹⁶(2003, p. 108).

O que está em jogo é, justamente, a dissociação de uma relação essencial entre processos, objetos privados, conteúdos experienciais e a lembrança. Manter essa relação é negligenciar os vários usos possíveis do conceito de memória. Retomando o §105 da RPPI, “Se me perguntam o que fiz nas últimas duas horas, respondo sem rodeios e sem ir lendo a resposta em nenhuma experiência. E, no entanto, o que se diz é que eu me lembrei, e que isso é um processo mental”, porém, como propomos, ainda que esses processos e conteúdos acompanhem a lembrança, eles não são características fundamentais de distinção do conceito, o que nos direciona a reflexão de que “there is no two-step process, first an inner experience of remembering and then its expression. Rather, remembering is just something we do, across a range of activities or practices” (SUTTON, 2015, 421)⁹⁷.

⁹⁶ (Trad. própria) Muitas declarações de memória são feitas sem qualquer expressão característica; Algumas são feitas com uma expressão do sentimento de "há muito, muito tempo"; outras com uma expressão de raiva, felicidade ou anseio. Nenhum desses sentimentos é constitutivo da lembrança, e cada um deles pode ocorrer sem lembranças. Não existe uma expressão característica de um suposto sentimento de memória e, portanto, não há base para falar de um sentimento de memória identificável e isolável.

⁹⁷ (Trad. Própria) Não há um processo em dois passos, primeiro a experiência interna da recordação e depois sua expressão. Em vez disso, lembrar é apenas algo que fazemos, através de uma gama de atividades ou práticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao trabalhar com a filosofia da psicologia, Wittgenstein não tinha pretensão de criar nenhuma teoria sistemática de mente ou coisa parecida, mas tão somente de explicitar que “os conceitos da psicologia são simplesmente conceitos do dia-a-dia. Não conceitos reformados pela ciência para seus próprios propósitos” (WITTGENSTEIN, 2008, p. 273; volIII §62). Assim, ao refletir acerca da experiência psicológica ordinária e ao comparar com a ciência, sua pretensão foi apresentar o uso desses conceitos, suas semelhanças e dessemelhanças proporcionando, assim, uma visão panorâmica de nosso uso, e conseqüentemente um esclarecimento de nosso entendimento acerca do vocabulário que usamos para falar sobre conceitos psicológicos, para falar, como neste caso, sobre memória. Contudo, as contribuições do filósofo, seja em torno de uma filosofia da psicologia, seja em suas observações acerca da memória mais especificamente, apresentam – como vimos no percurso deste trabalho – um olhar rigoroso no tratamento desses conceitos possibilitando assim, a reflexão e o estabelecimento de um novo olhar sobre a experiência psicológica.

As principais discussões apresentadas por Wittgenstein sobre as concepções tradicionais da memória, como discutimos no percurso dessa pesquisa, recaíram principalmente sobre a ideia de armazenamento de traços ou representações. Como vimos, ele rejeitou as concepções de Köhler e psicólogos da *Gestalt* quanto à necessidade de uma correlação isomórfica entre processos mentais e cerebrais derivado da ideia de um sistema de armazenamento, em que o cérebro seria esse sistema (WITTGENSTEIN, 2008, p. 193; §903, §904), isso se desdobra em críticas ao que chamamos de estruturalismo e representacionismo, que compreende os múltiplos sistemas de armazenamento de memória pelas ciências cognitivas.

Foi preciso também discutir sobre a questão da noção tradicional de causalidade para a compreensão do conceito de memória (WITTGENSTEIN, 2008, pp. 193-4; § 905), isso devido a uma visão confusa deste conceito no

estabelecimento de definições de múltiplos sistemas. Para Wittgenstein o conceito de causalidade pode estar presente quando lembramos, o que confere uma dimensão empírica na construção da memória (por exemplo – há uma correlação entre a lembrança e o cérebro), a questão é que o elo entre o evento lembrado e a lembrança é gramatical e não empírico (traços).

No interior das observações sobre a problemática dos múltiplos sistemas de armazenamento de memória, se desdobrou também uma crítica a noção de conteúdo experiencial da memória, sendo a introspecção insuficiente para ler as representações de qualquer traço que pudesse estar armazenado na mente ou cérebro, porque não há critério algum que sustente que isto é memória. Além do mais, imagens de memória e sentimentos característicos, como parte de um conteúdo experiencial, foram problematizados pelo filósofo no intuito de entender qual a função desempenhada por esses conceitos na memória. Dessa maneira questionamos a necessidade de imagens de memória no processo de recordação. Para Wittgenstein imagens são conteúdos contingentes na lembrança e não são suficientes para a produção de uma lembrança (WITTGENSTEIN, 2008, pp.36-7; §106, §109). Discordou também da noção de sentimento de familiaridade trazidas por James e Russel. Para perceber tal sentimento seria indispensável recordá-lo, mas isso implica na necessidade de uma compreensão prévia do conceito de passado, mas, como vimos, este é apreendido pela recordação, levando a uma circularidade no argumento.

No cenário mais amplo desta discussão o percurso de argumentos contra a possibilidade de uma linguagem privada sustenta suas observações e críticas sobre os conceitos psicológicos e explicita o modo original com o qual o filósofo, a partir de seu modo de fazer filosofia, apresenta a problemática sob a ótica de um esclarecimento conceitual, pois a partir da crítica e recusa de uma imagem de linguagem (objeto-designação) e a reivindicação do uso significativo do vocabulário que expressa essas sensações – tomados como pano de fundo de suas observações –, é que Wittgenstein dá o tom de tratamento do conceito de memória. Um tratamento esvaziado de postulações ontológicas, mas baseado no uso, nas regras, em práticas, em formas de vida.

REFERÊNCIAS

- ARAKI, Mauro J.. *Filosofia e Psicologia em William James/ Mauro Junji Araki*. - - São Carlos: USFCar, 2009. [Dissertação de mestrado]
- ARISTÓTELES. *Da memória e da Revocação*. IN: Parva Naturalia. Trad. Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2012. [Série Aristóteles. Clássicos Edipro]
- BENNETT, M. R.; HACKER, P. M. S. *Fundamentos Filosóficos da Neurociência*. Trad. Rui Alberto Pacheco. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.
- BRANDÃO, Marcus Lira. *As bases biológicas do comportamento: Introdução à neurociência*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 2004.
- COHEN, N. J. Preserved learning capacity in amnesia: evidence of multiple memory systems. *Neuropsychology of memory*. Ed L.R. Squire and N. Butters. New York: Guilford Press, 1984. pp. 83-103.
- COHEN, N. J.; SQUIRE, L. R. Preserved learning and retention of pattern analyzing skill in amnesia: dissociation of knowing how and knowing that. *Science*. 1980. pp. 207-9.
- DESCARTES. *Meditações Metafísicas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- DONAT, Mirian. Wittgenstein e as supostas posse privada e privacidade epistêmica da experiência. *Revista de Filosofia Aurora*, vol 21, n. 29. Curitiba, jul./dez. 2009 (pp. 437-453).
- FATTURI, Arturo. *Mundo Interior e Expressão: A Filosofia da Psicologia de Ludwig Wittgenstein*. – São Carlos: [s. n.], 2010. [Tese de Doutorado].
- GLOCK, Hans-Johann. *Dicionário Wittgenstein / Hans-Johann Glock*. Trad. Helena Martins. Rev.técnica. Luiz Carlos Pereira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- HACKER, P.M.S.. *Wittgenstein. Sobre a natureza humana*. Trad. João Virgílio Gallenari Cuter. São Paulo: UNESP, 2000. [Coleção Grandes Filósofos].
- _____. The Development of Wittgenstein's Philosophy of Psychology. In John Cottingham & Peter Hacker (eds.), *Mind, Method, and Morality: Essays in Honour of Anthony Kenny*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

_____. Some Remarks on Philosophy and on Wittgenstein's Conception of Philosophy and its Misinterpretation. *Argumenta* vol1, n1. University of Sassari, 2015. pp 43-58.

_____. *The relevance of Wittgenstein's philosophy of psychology to the psychological sciences*. na, 2007.

HACKING, Ian. *Múltipla Personalidade e as Ciências da Memória*. Trad. Vera Whately. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

HOBUS, Steffi. Memory acts: memory without representation. Theoretical and methodological suggestions. *Search of transcultural memory in europe*, n.1, sept. 2013. pp. 1-24.

HUTTO, Daniel D. "Remembering without Stored Contents: A Philosophical Reflection on Memory." *Memory in the Twenty-First Century*. Palgrave Macmillan UK, 2016. pp. 229-236.

IZQUIERDO, Iván. *Memória*. 2. Ed., ver. E ampl. Porto Alegre: Artmed, 2011.

JAMES, William. *The Principles of Psychology*[1890]. Versão ebook. Disponível em: <<http://www.bahaistudies.net/asma/principlesofpsychology.pdf>>. Acesso em: 02 de jul. 2016.

JOHNSTON, Paul. *Wittgenstein - Rethinking the Inner*. London: Routledge, 1993.

KÖHLER, Wolfgang. *Gestalt Psychology*. New York: Liveright, 1947.

_____. *The Task of Gestalt Psychology*. New York: Princeton University Press, 1969.

MCGINN, C. *Wittgenstein on Meaning*. Oxford: Basil Blackwell, 1984.

MCDONOUGH, R. Wittgenstein, german organicism, chaos, and the center of live. *Journal of the history of philosophy* 42(3), 2004. pp. 297-326.

MOYAL-SHARROCK, Danièle. Wittgenstein and the Memory Debate. U. Mueller & T. Racine (Eds), *New Ideas in Psychology Special Issue: Mind, Meaning and Language: Wittgenstein's Relevance for Psychology* 27, pp.1-26, 2009. Disponível

em: <<https://core.ac.uk/download/files/125/1639758.pdf>>. Acesso em: 30 de jul. 2016.

O'LOUGHLIN, Ian. *Remembering without storing: beyond archival models in the science and philosophy of human memory*/ Ian O'Loughlin. - - Iowa City: University of Iowa, 2014. [Ph.D Thesis]

PLATÃO. *Teeteto (ou do conhecimento)*. IN: *Dialógos I: Teeteto (ou do conhecimento), Sofista (ou do ser), Protágoras (ou sofistas)*. Trad. Edson Bini. Bauru, SP: 2007. [Clássicos Edipro].

RUSSELL, Bertrand. *Analysis of Mind*. The Electronic Classics Series Publication, Jim Manis, Editor, PSU-Hazleton, Hazleton, PA 18202, 2001. Disponível em: <<http://www.dhspriory.org/kenny/PhilTexts/Russell/analysis-mind.pdf>>. Acesso em: 5 de jul. 2016.

SANTOS, Thiago F. Memória em Wittgenstein. *Escritos de Filosofia: Linguagem e Cognição*. (Org.) Marcus José Alves de Souza; Maxwell Morais de Lima Filho. 1 ed. Maceió: EDUFAL, 2015.

_____. Memória e conteúdo na filosofia da psicologia de Ludwig Wittgenstein. *Estudos Filosóficos*, nº 16, São João del-Rei – MG, 2017. pp. 12-22.

SANTOS, Thiago F.; SOUZA, Marcus J. A. S. A gramática da memória na filosofia da Ludwig Wittgenstein: Articulações e Desdobramentos. *Problemata*, v. 6, 2015. pp. 42-62.

SCHULT, Joachim. *Experience and Expression: Wittgenstein's Philosophy of psychology*. Oxford: Claredon Press, 2003.

SMART, J. J. C., "The Mind/Brain Identity Theory", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Spring 2017 Edition), Edward N. Zalta (ed.). Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/spr2017/entries/mind-identity/>>. Acesso em: 21 de jan. 2018.

STERN, David G.. Models of Memory: Wittgenstein and cognitive science. *Philosophical psychology* - vol.4, nº2, 1991. pp. 203 – 218.

_____. *Wittgenstein on mind and language*, Oxford: Oxford University Press, 1995.

_____. *As investigações filosóficas de Wittgenstein: uma introdução.* / David G. Stern. Tradução de Marcelo Carvalho e Fernando L. Aquino. – São Paulo: Annablume, 2012. (Coleção Filosofia e Linguagem).

SUTTON, John. Remembering as Public Practice: Wittgenstein, memory, and distributed cognitive ecologies. In V. A. Munz, D. Moyal-Sharrock & A. Coliva (eds.), *Mind, Language, and Action: proceedings of the 36th Wittgenstein symposium*. De Gruyter. pp. 409-444 (2014) Disponível em : <https://www.academia.edu/6952283/Remembering_as_Public_Practice_Wittgenstein_memory_and_distributed_cognitive_ecologies> Acesso em 02 de nov. de 2016.

_____. “Wittgenstein, Memory, and Neurophilosophy”, chapter 8 of Sutton, *Connecting Memory Traces: studies of neurophilosophical theories of memory, mental representation, and personal identity from Descartes to new connectionism*, PhD thesis, University of Sydney. 1993.

_____. Memory. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Stanford: Stanford University, 2012.

_____. Language, memory, and concepts of memory: Semantic diversity and scientific psychology. *The Language of Memory from a Cross-Linguistic Perspective, Chapter: Language, memory, and concepts of memory: semantic diversity and scientific psychology*, Publisher: John Benjamins, Editors: Mengistu Amberber, jan. 2007, pp.41-65. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/259742434_Language_memory_and_concepts_of_memory_Semantic_diversity_and_scientific_psychology> Acesso em: 10 de mar. 2017.

TER HARK, Michel ter. “Electric Brain Fields and Memory Traces: Wittgenstein and Gestalt Psychology”, *Philosophical Investigations* 18, 1995, pp.113-138.

_____. *Beyond the inner and the outer Wittgenstein's philosophy of psychology*. Vol. 214. Synthese Library, 1990.

TOTH, Jeffrey P.; HUNT, R. Reed. Not one versus many, but zero versus any: structure and function into the context of the multiple memory systems debate. *Memory: Systems, Process, or Function?* J.K. Forster & M. Jelicic (Eds). Oxford: Oxford University Press. 1999. pp 232-272.

TULVING, E. Episodic and semantic memory. In: *Organization of memory*. New York: Academic, 1972.

_____. *Elements of episodic memory*. New York: Oxford University Press, 1983.

VALLE, Bortolo. A Filosofia da Psicologia em Ludwig Wittgenstein: Sobre o “Plano de Tratamento dos Conceitos Psicológicos”. *Revista AdVerbum* 2 (1) jan a jun de 2007, pp.102-111.

_____. LUDWIG WITTGENSTEIN: sobre o tratamento dos conceitos psicológicos. *Revista Filos.*, Aurora, Curitiba, v. 21, n. 29, jul./dez. 2009, p. 383-398.

WEBER, Mark E. "Representation and Intention: Wittgenstein on What Makes a Picture of a Target." *The Southern Journal of Philosophy* - vol36, n.2 (1998), pp. 289 – 315.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. Trad. José Carlos Bruni. São Paulo: Nova Cultural, 1996. [Col. Os Pensadores].

_____. *Philosophische Untersuchungen/ Philosophical Investigations*. Translated by G.E.M. Anscombe, P.M.S. Hacker, and Joachim Schulte. — Rev. 4th ed. / by P.M.S. Hacker and Joachim Schulte. Oxford: Wiley Blackwell, 2009.

_____. *Observações sobre a Filosofia da Psicologia – vol I e II*. Trad. Ricardo Hermann Ploch Machado. São Paulo: Idéias & Letras, 2008. [Subjetividade Contemporânea].

_____. *Remarks on the Philosophy of Psychology* 2 vols. Oxford Basil Blackwell, 1980.

_____. *Last Writings on the Philosophy of Psychology* 2 vols. Oxford: Basil Blackwell, 1992.

_____. *Philosophical Occasions, 1912-1951*. (J. C. Klagge & A. Nordmann, Eds.). Indianapolis and Cambridge: Hackett Publishing Company, 1993.

_____. *Zettel*. Londres: Basil Blackwell, 1967.